

Ministério da Saúde
Secretaria Executiva
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
Coordenação-Geral de Planejamento

3º Relatório Quadrimestral de Prestação de Contas

Setembro a Dezembro
2015

Fevereiro de 2016

Índice

Introdução	5
1. Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira	6
1.1. Execução Orçamentária da Despesa – 3º Quadrimestre de 2015 - Grandes Grupos	7
1.2. Execução da Despesa por Fonte de Recurso – 3º Quadrimestre de 2015	12
1.3. Execução Orçamentária da Despesa dos Hospitais Próprios – 3º Quadrimestre de 2015	13
1.4. Execução Orçamentária da Despesa do Grupo Hospitalar Conceição – 3º Quadrimestre de 2015	15
UNIDADE: GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO – GHC	15
1.5. Saldo Financeiro nas Contas Bancárias do Fundo Nacional de Saúde	16
1.6. Execução de Restos a Pagar (a serem pagos em 2016)	19
1.7. Acompanhamento Mensal da Receita Própria no 3º Quadrimestre de 2015	20
2. Desembolso Financeiro	25
2.1. Transferência Fundo a Fundo (Por Bloco)	25
2.2. Transferência a Estados e Municípios – Quadro Geral por Modalidade de Aplicação 30/31/40/41	29
2.3. Transferência a Estados – Empenhado por Modalidade de Aplicação 30/31/40/41	30
2.4. Transferência a Estados – Liquidados por Modalidade de Aplicação 30/31/40/41	31
3. Oferta e Produção de Serviços – Rede Própria e GHC	32
4. Indicadores (Resultado Cumulativo)	34
5. Resultados Qualitativos das Diretrizes da PAS – 3º Quadrimestre/2015	37
Diretriz 1 - Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada.	37
Diretriz 2 - Aprimorar a rede de urgência e emergência, com expansão e adequação de UPAs, SAMU, PS e centrais de regulação, articulando-a com outras redes de atenção.	42
Diretriz 3 - Promover atenção integral à saúde da mulher e da criança e implementar a Rede Cegonha, com especial atenção às áreas e populações de maior vulnerabilidade.	45
Diretriz 4 - Fortalecer a rede de saúde mental, com ênfase no enfrentamento da dependência de Crack e outras drogas.	50

Diretriz 5 - Garantir a atenção integral à saúde da pessoa idosa e dos portadores de doenças crônicas, estimulando o envelhecimento ativo e saudável e fortalecendo as ações de promoção e prevenção.	52
Diretriz 6 - Implementar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, articulado com o SUS, baseado no cuidado integral, observando as práticas de saúde e as medicinas tradicionais, com controle social, garantindo o respeito às especificidades culturais.	55
Diretriz 7 - Reduzir os riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde.	59
Diretriz 8 - Garantir assistência farmacêutica no âmbito do SUS.	70
Diretriz 9 - Aprimorar a regulação e a fiscalização da saúde suplementar, articulando a relação público - privado, gerando maior racionalidade e qualidade no setor saúde.	72
Diretriz 10 - Fortalecer o complexo industrial e de ciência, tecnologia e inovação em saúde como vetor estruturante da agenda nacional de desenvolvimento econômico, social e sustentável, reduzindo a vulnerabilidade do acesso à saúde e da assistência farmacêutica no âmbito do SUS	74
Diretriz 11 - Contribuir para a adequada formação, alocação, qualificação, valorização e democratização das relações do trabalho dos profissionais e trabalhadores de saúde.	77
Diretriz 12 - Implementar novo modelo de gestão e instrumentos de relação federativa, com centralidade na garantia do acesso, gestão participativa com foco em resultados, participação social e financiamento estável.	81
Diretriz 13 - Qualificar instrumentos de execução direta, gerando ganhos de produtividade e eficiência para o SUS.	86
Diretriz 14 - Promover internacionalmente os interesses brasileiros no campo da saúde, bem como compartilhar as experiências e saberes do SUS com outros países, em conformidade com as diretrizes da Política Externa Brasileira.	89
Diretriz 15 - Implementar ações de saneamento básico e saúde ambiental, de forma sustentável, para a promoção da saúde e redução das desigualdades sociais.	93
Diretriz 16 - Contribuir para erradicar a extrema pobreza no país.	94
ANEXO I	95

Introdução

Com a finalidade de atender ao disposto na Lei Complementar 141, de 13 de janeiro de 2012, o Ministério da Saúde (MS) apresenta o Relatório Quadrimestral de Prestação de Contas (RQPC), referente ao quadrimestre de setembro a dezembro de 2015. Este relatório contém o desempenho do MS detalhado de acordo com o Art. 36 da referida Lei Complementar e foi formatado em adequação ao nível de informação pactuado com a Comissão de Orçamento e Finanças (Cofin/CNS).

Os resultados alcançados, com informações originadas dos sistemas oficiais de informações em saúde, com preenchimento de responsabilidade dos entes federados responsáveis pela execução da maior parte das ações de saúde aqui apresentada. As linhas de atuação propostas pela coordenação nacional do SUS, sob responsabilidade do MS, e a sua adequação às diferentes realidades inter e intra regionais, manifestadas no âmbito local, são indicativos importantes a serem considerados na análise dos resultados obtidos. É válido destacar que a eficácia dos processos decisórios inerentes à gestão do SUS revela-se na prestação de contas dos resultados obtidos e contribuem para a atuação do controle social e das instâncias Intergestores Bipartite e Tripartite.

O desempenho obtido deve ser debatido de modo a permitir a avaliação da participação federal na implementação da política de saúde e na obtenção dos resultados alcançados, a partir da utilização de um modelo de gestão descentralizado e democrático, referido aos 16 objetivos estratégicos que norteiam a gestão federal; às diretrizes e metas do Plano Nacional de Saúde 2012/2015; aos objetivos, metas e iniciativas do Plano Plurianual 2012/2015 e, por fim, às ações da Lei Orçamentária Anual de 2015. Essa determinação normativa tem contribuído para o aperfeiçoamento e transparência da gestão, potencializa o monitoramento e a avaliação do gasto em saúde, além de instrumentalizar a atuação do controle social.

A sistematização das informações disponibilizadas explicita o desempenho das principais linhas de atuação constantes em outros instrumentos de gestão, a exemplo do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão e do Sistema de Monitoramento do Planejamento Estratégico do MS (Ecar/MS) e guarda coerência com outros documentos semelhantes dirigidos ao Congresso Nacional e aos Órgãos de controle da administração pública.

Este relatório divide-se em cinco seções, além desta introdução. Na primeira é apresentado um demonstrativo da execução orçamentária e financeira dos recursos federais em geral, com destaque para as unidades hospitalares próprias e com participação da União. A segunda demonstra a execução financeira por meio das transferências fundo a fundo a estados e municípios, segundo os grandes blocos de financiamento e modalidade de aplicação. A terceira retrata a quantificação da produção de bens, insumos e serviços de saúde, com destaque para a rede própria de hospitais e com participação da União. A quarta contém uma síntese do desempenho setorial por meio dos resultados apresentados por indicadores estrategicamente selecionados, complementada por comentários sobre a situação verificada por cada indicador. A quinta seção permite a formulação de uma análise situacional dos objetivos estratégicos por meio da comparação dos resultados atingidos até o terceiro quadrimestre de 2015, relacionando-os com a meta anual proposta na Programação Anual de Saúde 2015 e em outras programações da pasta. No anexo consta os resultados das atividades de controle encerradas até dezembro de 2015 pelo Departamento de Auditoria do SUS.

1. Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira

O orçamento do Ministério da Saúde foi definido pela Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2015.

POSIÇÃO: Dezembro Encerrado (15.02.2016)

Em R\$ 1,00

ITEM	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	DISPONIBIL. P/ EMPENHO DEC 8.456/15 (B)	EMPENHADO (C)	PAGO (D)	SALDO A PAGAR E = (C - D)	% DISPON. F = (C / B)	SALDO DISPON. G = (B - C)	% SALDO H =(G / B)
PESSOAL ATIVO - ASPS	9.597,2	9.597,2	9.519,9	9.505,7	14,1	99,2	77,4	0,8
PESSOAL ATIVO - ANS - NÃO ASPS	146,7	146,7	145,7	144,5	1,2	99,3	1,0	0,7
INATIVO	7.941,5	7.941,5	7.938,5	7.936,5	1,9	100,0	3,0	0,0
DÍVIDA	21,4	21,4	15,9	15,9	0,0	74,4	5,5	25,6
ANS - UO 74202	13,2	13,2	6,9	5,4	1,6	52,5	6,2	47,5
Crédito Extraordinário - ASPS	2.533,0	2.533,0	2.500,0	2.499,5	0,5	98,7	33,0	1,3
OCC - ASPS	100.851,9	91.311,2	90.940,5	83.074,1	7.866,3	99,6	370,8	0,4
Programação Própria	92.020,5	88.921,3	88.754,2	83.042,4	5.711,8	99,8	167,2	0,2
Emendas	8.803,1	2.361,6	2.158,3	3,9	2.154,5	91,4	203,3	8,6
Sentenças Judiciais	28,3	28,3	28,0	27,9	0,1	98,8	0,3	1,2
Crédito Extraordinário - NÃO ASPS	200,0	200,0	58,3	0,0	58,3	29,2	141,7	70,8
OCC - NÃO ASPS	2.616,8	1.808,7	1.684,3	1.293,3	391,0	93,1	124,4	6,9
Programação Própria	2.250,4	1.767,5	1.643,4	1.288,8	354,7	91,9	124,1	0,1
Emendas	361,5	36,3	36,3	0,0	36,3	240,4	0,0	-
Sentenças Judiciais	4,9	4,9	4,6	4,6	0,0	93,8	0,3	6,2
TOTAL ASPS	110.449,2	100.908,5	100.460,3	92.579,9	7.880,5	99,6%	448,1	0,4%
TOTAL NÃO ASPS	10.705,0	9.896,9	9.768,5	9.374,4	394,1	98,7%	128,4	1,3%
TOTAL MIN. SAÚDE	121.154,2	110.805,4	110.228,8	101.954,3	8.274,5	99,5%	576,6	0,5%

Fonte: Tesouro Gerencial; CAA/CGOF/SPO/SE/MS

1.1. Execução Orçamentária da Despesa – 3º Quadrimestre de 2015 - Grandes Grupos

CONSOLIDADO – MINISTÉRIO DA SAÚDE

POSIÇÃO: Dezembro Encerrado (15.02.2016)

Em R\$ 1,00

DENOMINAÇÃO	EXECUTADO 2014	ORÇAMENTO 2015 - LEI Nº 13.115 DE 20 DE ABRIL DE 2015							%			
		PLOA 2015	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	EMPENHADO (B)	LIQUIDADADO (C)	PAGO (D)	SALDO ORÇAMENTÁRIO E = (A - B)	EMP	LIQ	SALDO	
1	ITENS GLOBAIS	17.034.154.739	17.701.413.274	17.701.413.274	17.706.840.357	17.619.918.737	17.603.571.154	17.602.687.099	86.921.620	99,51	99,42	0,49
2	PESSOAL ATIVO	9.432.480.720	10.097.911.735	10.097.911.735	9.743.978.570	9.665.560.658	9.651.150.500	9.650.266.446	78.417.912	99,20	99,05	0,80
3	PESSOAL INATIVO E PENSIONISTA	7.586.680.078	7.551.365.539	7.551.365.539	7.941.505.183	7.938.467.953	7.936.530.528	7.936.530.528	3.037.230	99,96	99,94	0,04
4	DÍVIDA (AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS)	14.993.942	52.136.000	52.136.000	21.356.604	15.890.125	15.890.125	15.890.125	5.466.479	74,40	74,40	25,60
5	FUNDO NACIONAL DE SAÚDE - FNS	81.338.946.468	88.489.158.779	99.796.635.654	99.827.558.856	90.112.797.360	83.363.430.738	82.626.535.282	9.714.761.496	90,27	83,51	9,73
6	COMBATE ÀS CARÊNCIAS NUTRICIONAIS	10.449.871	32.000.000	32.000.000	32.000.000	3.761.174	1.474.576	1.435.091	28.238.826	11,75	4,61	88,25
8	MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA	316.892.791	390.000.000	385.365.460	387.365.460	323.140.505	291.859.130	289.713.358	64.224.955	83,42	75,34	16,58
9	MANUTENÇÃO DE UNIDADES OPERACIONAIS	45.345.053	63.000.000	62.200.000	62.200.000	62.160.831	51.701.653	51.565.431	39.169	99,94	83,12	0,06
10	HOSPITAIS PRÓPRIOS	922.825.908	1.014.500.000	1.014.380.000	1.014.380.000	958.792.746	788.717.065	772.096.247	55.587.254	94,52	77,75	5,48
11	INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER - INCa	310.722.187	377.500.000	376.350.000	330.350.000	315.536.616	292.095.199	288.144.481	14.813.384	95,52	88,42	4,48
12	PIONEIRAS SOCIAIS	750.000.000	890.000.000	890.000.000	1.194.527.700	896.882.275	890.000.000	890.000.000	297.645.425	75,08	74,51	24,92
13	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA	181.379.779	210.000.000	210.000.000	210.000.000	148.860.625	88.710.636	86.453.527	61.139.375	70,89	42,24	29,11
14	SERV. DE PROCESSAMENTO DADOS - DATASUS	382.998.571	517.000.000	497.823.000	406.823.000	328.376.891	290.557.796	286.565.516	78.446.109	80,72	71,42	19,28
15	PROGRAMA SANGUE E HEMODERIVADOS	522.190.983	878.000.000	969.200.000	1.168.350.000	1.084.084.602	748.172.771	747.202.760	84.265.398	92,79	64,04	7,21
16	INCENTIVO FINANCEIRO - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	1.689.093.378	2.072.000.000	2.072.000.000	1.772.000.000	1.769.223.459	1.354.620.833	1.354.492.366	2.776.541	99,84	76,45	0,16
18	VACINAS E VACINAÇÃO	1.256.719.000	2.870.000.000	2.870.000.000	3.300.672.000	3.300.232.110	2.473.592.624	2.148.891.230	439.890	99,99	74,94	0,01
19	OUTROS PROGRAMAS	1.732.007.828	2.169.752.305	2.029.821.105	2.025.458.817	1.123.167.339	951.404.412	948.470.707	902.291.478	55,45	46,97	44,55
20	QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO SUS	1.199.266.906	1.567.270.000	1.566.360.000	1.136.459.900	1.042.582.911	966.140.904	963.027.280	93.876.989	91,74	85,01	8,26
21	FOMENTO A PESQUISA EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA	76.274.910	88.000.000	84.128.000	84.128.000	26.501.625	15.356.444	15.356.444	57.626.375	31,50	18,25	68,50

DENOMINAÇÃO		EXECUTADO 2014	ORÇAMENTO 2015 - LEI Nº 13.115 DE 20 DE ABRIL DE 2015						%	%	%	
			PLQA 2015	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	EMPENHADO (B)	LIQUIDADO (C)	PAGO (D)	SALDO ORÇAMENTÁRIO E = (A - B)	EMP	LIQ	SALDO
23	PROG. ESTRUTURAÇÃO SAÚDE FAMÍLIA - PROESF	78.576.738	105.000.000	105.000.000	48.500.000	43.792.575	24.529.762	22.330.272	4.707.425	90,29	50,58	9,71
24	REEST. DE HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS FEDERAIS - REHUF	443.244.607	465.000.000	452.000.000	452.000.000	343.322.096	215.523.936	173.292.777	108.677.904	75,96	47,68	24,04
25	PROGRAMA DE PREVENÇÃO DAS DST / AIDS	178.437.979	178.500.000	178.500.000	178.500.000	176.939.899	163.407.914	163.407.914	1.560.101	99,13	91,55	0,87
26	SAÚDE INDÍGENA	1.150.297.583	1.390.000.000	1.390.000.000	1.499.000.000	1.369.923.057	1.233.661.428	1.232.824.902	129.076.943	91,39	82,30	8,61
27	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC (AIH/SIA/SUS)	39.153.771.247	40.802.652.512	43.817.796.512	43.142.321.717	43.132.910.999	42.765.336.857	42.602.282.064	9.410.718	99,98	99,13	0,02
28	MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS	4.890.818.830	4.950.000.000	4.950.000.000	5.865.974.795	5.865.366.798	5.232.823.477	5.098.792.824	607.997	99,99	89,21	0,01
29	PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB FIXO	5.061.914.265	5.384.000.000	5.384.000.000	4.944.000.000	4.935.159.675	4.906.969.463	4.904.566.819	8.840.325	99,82	99,25	0,18
30	PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA - PACS/PSF	11.017.263.937	13.005.000.000	13.005.000.000	12.477.000.000	12.469.221.347	12.340.179.421	12.339.655.066	7.778.653	99,94	98,90	0,06
31	SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU	912.138.940	1.000.000.000	998.500.000	1.298.050.000	1.014.338.455	1.014.338.455	1.014.338.455	283.711.545	78,14	78,14	21,86
32	ATENÇÃO SAÚDE DA MULHER, CRIANÇA, ADOL. E JOVEM	46.026.380	121.700.000	115.177.580	115.177.580	13.398.978	7.584.612	6.763.439	101.778.602	11,63	6,59	88,37
33	VIGILÂNCIA SANITÁRIA - PAB	185.000.000	185.000.000	185.000.000	185.000.000	181.555.765	178.177.952	178.177.952	3.444.235	98,14	96,31	1,86
34	FARMÁCIA BÁSICA - PAB	1.292.642.014	1.520.000.000	1.520.000.000	1.230.000.000	1.229.474.378	998.483.163	998.483.163	525.622	99,96	81,18	0,04
35	ATENÇÃO À SAÚDE BUCAL	170.007.647	270.000.000	264.300.000	264.590.000	214.728.114	214.458.635	214.371.394	49.861.886	81,16	81,05	18,84
36	FARMÁCIAS POPULARES	2.187.263.645	2.779.700.000	2.779.700.000	3.263.028.000	3.039.695.914	2.793.731.137	2.793.731.137	223.332.086	93,16	85,62	6,84
37	AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	257.834.589	431.400.000	423.780.000	423.780.000	266.928.598	174.529.977	174.166.672	156.851.402	62,99	41,18	37,01
38	AQUISIÇÃO E DISTRIB. DE MEDICAMENTOS ESTRATÉGICOS	163.937.097	340.000.000	340.000.000	340.000.000	339.802.801	249.645.233	248.025.005	197.199	99,94	73,43	0,06
39	AQUIS. E DISTRIB. MEDICAMENTOS/D ST/AIDS	863.694.200	980.000.000	980.000.000	1.101.000.000	1.097.454.246	860.038.195	835.937.608	3.545.754	99,68	78,11	0,32
41	REAPARELHAMENTO UNIDADES DO SUS / MS	452.496.537	747.500.000	616.560.000	689.412.388	300.736.749	144.995.341	142.132.532	388.675.639	43,62	21,03	56,38
42	AUXÍLIOS AO SERVIDOR	348.603.592	380.816.180	380.816.180	373.352.023	369.581.168	369.581.168	369.581.168	3.770.855	98,99	98,99	1,01
43	ASSISTÊNCIA MÉDICA A SERVIDORES	295.222.117	310.360.968	310.360.968	267.330.097	264.680.551	264.680.551	264.680.551	2.649.546	99,01	99,01	0,99

DENOMINAÇÃO	EXECUTADO 2014	ORÇAMENTO 2015 - LEI Nº 13.115 DE 20 DE ABRIL DE 2015							%	%	%	
		PLQA 2015	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	EMPENHADO (B)	LIQUIDADO (C)	PAGO (D)	SALDO ORÇAMENTÁRIO E = (A - B)	EMP	LIQ	SALDO	
44	SENTENÇA JUDICIAL (CUSTEIO)	3.396.973	3.506.814	3.506.814	3.506.814	3.345.796	3.345.796	3.345.796	161.018	95,41	95,41	4,59
45	EMENDAS NOMINATIVAS	2.790.190.387	0	8.537.010.035	8.541.320.565	2.057.135.691	3.004.220	2.233.333	6.484.184.874	24,08	0,04	75,92
46	AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ANVISA	270.942.823	320.499.207	320.499.207	320.029.631	241.270.632	215.116.894	215.040.503	78.758.999	75,39	67,22	24,61
47	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	98.084.352	115.000.000	115.000.000	115.000.000	96.051.857	78.964.994	78.942.080	18.948.143	83,52	68,67	16,48
48	VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE PRODUTOS E SERVIÇOS	158.507.046	188.700.000	188.700.000	188.700.000	130.928.539	122.161.664	122.108.187	57.771.461	69,38	64,74	30,62
50	AUXÍLIOS AO SERVIDOR	10.007.113	11.374.800	11.374.800	10.904.800	9.936.249	9.936.249	9.936.249	968.551	91,12	91,12	8,88
51	ASSISTÊNCIA MÉDICA A SERVIDORES	4.344.312	5.417.016	5.417.016	5.417.016	4.346.184	4.046.184	4.046.184	1.070.832	80,23	74,69	19,77
49	SENTENÇA JUDICIAL (CUSTEIO)	0	7.391	7.391	7.815	7.803	7.803	7.803	12	99,85	99,85	0,15
52	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA	1.092.440.270	1.217.682.335	1.722.059.029	1.683.983.377	874.834.941	377.852.182	370.003.270	809.148.436	51,95	22,44	48,05
53	PAC - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO	499.485.680	515.315.708	457.112.566	457.112.566	347.586.282	136.018.784	131.888.987	109.526.284	76,04	29,76	23,96
55	MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA	147.971.365	160.000.000	158.000.000	158.000.000	140.852.166	111.689.672	108.563.654	17.147.834	89,15	70,69	10,85
58	SANEAMENTO BÁSICO (DEMAIS AÇÕES)	143.441.077	350.188.826	310.911.061	310.911.061	116.269.318	13.472.060	12.886.353	194.641.743	37,40	4,33	62,60
59	OUTROS PROGRAMAS	33.298.507	46.100.000	43.500.000	43.500.000	29.071.670	19.355.419	19.351.739	14.428.330	66,83	44,50	33,17
60	AUXÍLIOS AO SERVIDOR	71.302.847	69.961.200	69.961.200	43.501.200	43.479.809	39.493.286	39.489.576	21.391	99,95	90,79	0,05
61	ASSISTÊNCIA MÉDICA A SERVIDORES	68.950.907	70.083.036	70.083.036	59.083.036	59.083.036	51.193.487	51.193.487	0	100,00	86,65	0,00
62	SENTENÇA JUDICIAL (CUSTEIO)	5.279.347	6.033.565	6.033.565	6.726.107	6.702.694	6.629.473	6.629.473	23.413	99,65	98,56	0,35
63	EMENDAS NOMINATIVAS	122.710.540	0	606.457.601	605.149.407	131.789.966	0	0	473.359.441	21,78	0,00	78,22
64	FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ	1.896.724.637	1.246.955.004	1.216.368.835	1.337.751.335	1.130.345.171	946.116.867	939.614.709	207.406.164	84,50	70,72	15,50
65	MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA	187.073.135	212.000.000	210.444.576	239.533.491	231.115.381	228.180.524	227.923.151	8.418.110	96,49	95,26	3,51
66	MANUTENÇÃO DE UNIDADES DE PESQUISAS	35.460.422	42.000.000	41.324.000	49.588.800	49.571.671	48.892.094	48.839.359	17.129	99,97	98,60	0,03
67	MODERNIZAÇÃO DAS UNIDADES DE PESQUISAS	72.058.131	59.000.000	54.284.750	60.186.715	59.847.062	57.780.821	57.517.189	339.653	99,44	96,00	0,56
69	VACINAS E VACINAÇÃO	1.078.738.305	40.000.000	36.000.000	156.000.000	154.449.827	30.778.976	27.368.979	1.550.173	99,01	19,73	0,99

DENOMINAÇÃO	EXECUTADO 2014	ORÇAMENTO 2015 - LEI Nº 13.115 DE 20 DE ABRIL DE 2015							%	%	%	
		PLQA 2015	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	EMPENHADO (B)	LIQUIDADO (C)	PAGO (D)	SALDO ORÇAMENTÁRIO E = (A - B)	EMP	LIQ	SALDO	
70	ESTUDOS E PESQUISAS	127.603.605	123.000.000	122.840.000	140.740.000	140.705.433	136.184.259	135.439.696	34.567	99,98	96,76	0,02
71	OUTROS PROGRAMAS	260.211.672	609.000.000	572.870.505	511.714.825	326.977.231	291.268.128	289.835.356	184.737.594	63,90	56,92	36,10
72	FARMÁCIAS POPULARES	93.008.816	100.000.000	100.000.000	100.000.000	99.996.269	89.188.474	89.097.943	3.731	100,00	89,19	0,00
73	AUXÍLIOS AO SERVIDOR	25.262.983	27.442.764	27.442.764	28.079.764	27.225.442	27.225.442	27.225.442	854.322	96,96	96,96	3,04
74	ASSISTÊNCIA MÉDICA A SERVIDORES	13.536.232	14.632.176	14.632.176	14.132.176	13.743.102	13.743.102	13.743.102	389.074	97,25	97,25	2,75
75	OPERAÇÕES ESPECIAIS : CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	0	19.880.064	19.880.064	21.125.564	20.985.792	20.985.792	20.985.792	139.772	99,34	99,34	0,66
76	EMENDAS NOMINATIVAS	3.771.337	0	16.650.000	16.650.000	5.727.962	1.889.255	1.638.700	10.922.038	34,40	11,35	65,60
77	AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS	140.871.451	148.732.760	148.732.760	148.055.860	124.741.218	108.877.571	108.877.571	23.314.642	84,25	73,54	15,75
78	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	54.675.000	59.000.000	59.000.000	59.600.000	54.153.390	50.238.692	50.238.692	5.446.610	90,86	84,29	9,14
79	ASSISTÊNCIA SUPLEMENTAR DE SAÚDE	47.540.439	46.750.000	46.750.000	46.750.000	33.274.949	27.824.760	27.824.760	13.475.051	71,18	59,52	28,82
80	OUTROS PROGRAMAS	34.813.785	38.270.000	38.270.000	37.670.000	33.490.924	27.037.880	27.037.880	4.179.076	88,91	71,78	11,09
81	AUXÍLIOS AO SERVIDOR	2.964.945	3.174.588	3.174.588	3.197.688	3.023.783	3.023.783	3.023.783	173.905	94,56	94,56	5,44
82	ASSISTÊNCIA MÉDICA A SERVIDORES	829.646	1.538.172	1.538.172	838.172	798.172	752.456	752.456	0	0,00	0,00	0,00
183	SENTENÇA JUDICIAL (CUSTEIO)	47.636	0	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00
83	GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO - GHC	91.534.538	117.335.184	118.835.184	129.986.373	124.905.138	100.795.267	91.512.940	5.081.235	96,09	77,54	3,91
84	ATENÇÃO HOSPITALAR DA UNIDADE	39.508.736	64.300.000	65.800.000	64.300.000	61.291.375	38.138.554	31.955.904	3.008.625	95,32	59,31	4,68
85	AUXÍLIOS AO SERVIDOR	48.023.993	48.454.920	48.454.920	59.325.109	59.107.686	58.256.797	56.460.852	217.423	99,63	98,20	0,37
86	SENTENÇA JUDICIAL (CUSTEIO)	836.228	1.634.000	1.634.000	1.844.000	1.489.190	1.489.190	1.488.402	354.810	80,76	80,76	19,24
139	ASSISTÊNCIA MÉDICA A SERVIDORES	2.865.999	2.946.264	2.946.264	3.017.264	3.016.887	2.910.727	1.607.782	377	99,99	96,47	0,01
87	EMENDAS NOMINATIVAS	299.581	0	0	1.500.000	0	0	0	1.500.000	0,00	0,00	100,00
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - TOTAL		92.243.191.171	80.595.625.057	86.229.393.060	110.449.163.999	100.460.337.118	93.335.701.483	92.579.870.003	9.988.826.881	90,96	84,51	9,04
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - OCC		82.944.282.440	80.595.625.057	86.229.393.060	100.851.915.256	90.940.466.983	83.829.084.852	83.074.137.427	9.911.448.273	90,17	83,12	9,83

DENOMINAÇÃO	EXECUTADO 2014	ORÇAMENTO 2015 - LEI Nº 13.115 DE 20 DE ABRIL DE 2015						%	%	%	
		PLQA 2015	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	EMPENHADO (B)	LIQUIDADO (C)	PAGO (D)	SALDO ORÇAMENTÁRIO E = (A - B)	EMP	LIQ	SALDO
- ID USO 6											
NÃO ASPS - OCC - ID USO 0 (Incluído emendas e Dívida)	1.902.171.689	2.891.179.446	2.976.463.390	2.616.806.780	1.684.317.603	1.298.994.792	1.293.336.973	932.489.177	64,37	49,64	35,63
131 PESSOAL ATIVO - GERAL	9.432.480.720	10.097.911.735	10.097.911.735	9.743.978.570	9.665.560.658	9.651.150.500	9.650.266.446	78.417.912	99,20	99,05	0,80
PESSOAL ATIVO - ID USO 6	9.298.908.731	0	0	9.597.248.743	9.519.870.134	9.506.616.630	9.505.732.576	77.378.609	99,19	99,06	0,81
PESSOAL ATIVO - ID USO 0 => ANS	133.571.989	134.062.214	134.062.214	146.729.827	145.690.524	144.533.870	144.533.870	1.039.303	99,29	98,50	0,71
132 PESSOAL INATIVO E PENSIONISTA - ID USO 0	7.586.680.078	7.551.365.539	7.551.365.539	7.941.505.183	7.938.467.953	7.936.530.528	7.936.530.528	3.037.230	99,96	99,94	0,04
133 DÍVIDA (AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS) - ID USO 0	14.993.942	52.136.000	52.136.000	21.356.604	15.890.125	15.890.125	15.890.125	5.466.479	74,40	74,40	25,60
134 OUTROS CUSTEIOS E CAPITAL - TOTAL (ID USO 0 E 6)	84.846.454.129	91.592.499.269	103.375.266.669	103.468.722.036	92.624.784.586	85.128.079.644	84.367.474.400	10.843.937.450	89,52	82,27	10,48
135 EMENDAS PARLAMENTARES	2.916.971.844	0	9.160.117.636	9.164.619.972	2.194.653.619	4.893.474	3.872.033	6.969.966.353	23,95	0,05	76,05
137 UO 74202 - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DA ANS	10.053.458	13.170.000	13.170.000	13.170.000	6.920.130	5.356.998	5.356.998	6.249.870	52,54	40,68	47,46
138 SENTENÇA JUDICIAL (CUSTEIO)	9.560.185	31.061.834	31.061.834	33.210.300	32.531.275	32.458.054	32.457.266	679.025	98	97,73	2,04
MS - TOTAL GERAL	101.865.614.927	109.241.776.543	121.024.543.943	121.154.205.789	110.228.813.198	102.715.760.673	101.954.271.375	10.925.392.591	90,98	84,78	9,02

Fonte: TesouroGerencial;CAA/CGOF/SPO/SE/MS

1.2. Execução da Despesa por Fonte de Recurso – 3º Quadrimestre de 2015

POSIÇÃO: Dezembro Encerrado (15.02.2016)

R\$ 1,00

Fonte de Recursos		Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Executadas	Valores Pagos
00	RECURSOS ORDINARIOS	12.737.372.486,00	6.242.628.679,31	3.942.209.889,67	3.936.331.403,21
18	CONTRIBUICOES SOBRE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	10.119.212,00	5.781.762,90	5.781.762,90	5.781.762,90
43	REFINANCIAMENTO DA DIV.PUBL.MOBIL.FEDERAL	13.737.557,00	9.850.011,93	9.850.011,93	9.850.011,93
44	TITULOS DE RESPONSABILID.DO TESOIRO NACIONAL	7.619.047,00	6.040.113,13	6.040.113,13	6.040.113,13
48	OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS-EM MOEDA	157.528.352,00	28.776.877,67	26.359.549,51	26.359.549,51
50	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	132.794.435,00	114.766.786,19	106.898.354,60	106.789.390,50
51	CONTR.SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS	44.202.651.893,00	41.142.270.380,18	36.842.596.891,46	36.291.051.699,44
53	CONTRIBUICAO P/FINANCIAM.DA SEGURIDADE SOCIAL	51.695.450.626,00	51.349.422.878,78	50.601.669.138,54	50.424.454.243,53
56	CONTRIBUICAO PLANO SEGURIDADE SOCIAL SERVIDOR	2.079.002.858,00	2.078.944.802,72	2.077.217.524,35	2.077.217.524,35
69	CONTRIB.PATRONAL P/PLANO DE SEGURID.SOC.SERV.	4.456.571.334,00	4.456.397.292,60	4.456.195.478,46	4.456.195.478,46
74	TX/MUL.P/PODER DE POLICIA E MUL.PROV.PROC.JUD	580.597.466,00	486.702.171,39	447.680.659,27	447.603.084,18
80	RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	12.530.632,00	9.853.878,37	8.253.054,83	8.048.352,59
81	RECURSOS DE CONVENIOS	2.652.512,00	239.324,80	224.740,17	224.740,17
86	OUTRAS RECEITAS VINCULADAS	4.431.969.728,00	3.663.779.029,17	3.551.425.211,65	3.524.965.728,14
88	REMUNERACAO DAS DISPONIB. DO TESOIRO NACIONAL	633.607.651,00	633.359.208,70	633.358.292,53	633.358.292,53
Total		121.154.205.789,00	110.228.813.197,84	102.715.760.673,00	101.954.271.374,57

Fonte: Tesouro Gerencial;CAA/CGOF/SPO/SE/MS

1.3. Execução Orçamentária da Despesa dos Hospitais Próprios – 3º Quadrimestre de 2015

UNIDADE: FUNDO NACIONAL DE SAÚDE – FNS

POSIÇÃO: Dezembro Encerrado (15.02.2016)

R\$ 1,00

FUNCIONAL COMPLETA	EXECUTADO EM 2014	ORÇAMENTO 2015 - LEI Nº 13.115 DE 20 DE ABRIL DE 2015						
		PLOA 2015	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	EMPENHADO (B)	LIQUIDADO (C)	PAGO (D)	SALDO ORÇAMENTÁRIO E = (A - B)
TOTAL GERAL	932.024.951	1.014.500.000	1.044.892.300	1.044.892.300	958.892.692	788.717.065	772.096.247	85.999.608
TOTAL - EMENDAS	9.199.043	0	30.512.300	30.512.300	99.947	0	0	30.412.353
10 - HOSPITAIS PRÓPRIOS, EXCLUSIVE EMENDAS, PESSOAL (ATIVO E INATIVO) E DÍVIDA	922.825.908	1.014.500.000	1.014.380.000	1.014.380.000	958.792.746	788.717.065	772.096.247	55.587.254
10.302.2015.4324.0010	14.999.968	15.000.000	14.880.000	14.880.000	14.879.965	0	0	35
10.302.2015.8755.0033	101.306.861	105.600.000	105.600.000	105.600.000	99.099.898	89.051.569	86.376.715	6.500.102
10.302.2015.6217.6506	176.316.586	182.000.000	182.000.000	182.000.000	166.247.508	141.917.120	139.000.981	15.752.492
10.302.2015.6217.6507	132.631.385	169.000.000	169.000.000	169.000.000	155.591.547	133.117.068	129.907.580	13.408.453
10.302.2015.6217.6508	60.017.712	72.000.000	72.000.000	72.000.000	68.349.035	61.249.151	59.670.433	3.650.965
10.302.2015.6217.6509	59.049.700	63.900.000	63.900.000	63.900.000	62.628.357	50.885.447	50.472.121	1.271.643

FUNCIONAL COMPLETA		EXECUTADO EM 2014	ORÇAMENTO 2015 - LEI Nº 13.115 DE 20 DE ABRIL DE 2015						SALDO ORÇAMENTÁRIO E = (A - B)
			PLQA 2015	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	EMPENHADO (B)	LIQUIDADO (C)	PAGO (D)	
10.302.2015.6217.6510	Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde - No Município do Rio de Janeiro - RJ (Hospital Geral do Andaraí)	93.273.290	106.000.000	106.000.000	106.000.000	99.978.345	71.537.082	70.352.586	6.021.655
10.302.2015.6217.6511	Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde - No Município do Rio de Janeiro - RJ (Hospital Geral da Lagoa)	66.391.999	71.500.000	71.500.000	71.500.000	70.627.191	61.560.357	61.334.459	872.809
10.302.2015.8759.0033	Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Traumatologia e Ortopedia - INTO -No Estado do Rio de Janeiro	218.838.407	229.500.000	229.500.000	229.500.000	221.390.898	179.399.271	174.981.373	8.109.102
45 - EMENDAS NOMINATIVAS		9.199.043	0	30.512.300	30.512.300	99.947	0	0	30.412.353
10.302.2015.4324.0010	Atenção à Saúde das Populações Ribeirinhas da Região Amazônica Mediante Cooperação com a Marinha do Brasil	6.699.982	0	24.712.300	24.712.300	99.947	0	0	24.612.353
10.302.2015.6217.6506	Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde - No Município do Rio de Janeiro - RJ (Hospital Geral dos Servidores)	999.583	0	4.300.000	4.300.000	0	0	0	4.300.000
10.302.2015.6217.6507	Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde - No Município do Rio de Janeiro - RJ (Hospital Geral de Bonsucesso)		0	1.000.000	1.000.000	0	0	0	1.000.000
10.302.2015.6217.6509	Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde - No Município do Rio de Janeiro - RJ (Hospital Geral de Ipanema)		0	500.000	500.000	0	0	0	500.000
10.302.2015.8755.0033	Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Cardiologia - Inc	1.499.479	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: TesouroGerencial;SPO/SE/MS

1.4. Execução Orçamentária da Despesa do Grupo Hospitalar Conceição – 3º Quadrimestre de 2015

UNIDADE: GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO – GHC

POSIÇÃO: Dezembro Encerrado (15.02.2016)

Em R\$1,00

FUNCIONAL COMPLETA	EXECUTADO EM 2014	ORÇAMENTO 2015 - LEI Nº 13.115 DE 20 DE ABRIL DE 2015							
		PLQA 2015	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	EMPENHADO (B)	LIQUIDADO (C)	PAGO (D)	SALDO ORÇAMENTÁRIO E = (A - B)	
84 - ATENÇÃO HOSPITALAR DA UNIDADE	39.508.736	64.300.000	65.800.000	64.300.000	61.291.375	38.138.554	31.955.904	3.008.625	
10.128.2115.6149.0001	Residência de Profissionais de Saúde - SUS / Hosp. Nossa Senhora da Conceição - RS	16.539.285	19.300.000	19.300.000	19.300.000	18.365.053	18.365.053	18.365.053	934.947
10.302.2015.6217.5027	Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde-No Município de Porto Alegre - RS / Hosp.Nossa Senhora da Conceição - RS	22.969.451	45.000.000	46.500.000	45.000.000	42.926.322	19.773.501	13.590.851	2.073.678

Fonte: Tesouro Gerencial;SPO/SE/MS

1.5. Saldo Financeiro nas Contas Bancárias do Fundo Nacional de Saúde

LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO

POSIÇÃO: Dezembro Encerrado (15.02.2016)

Em R\$ 1,00

UG Executora		Saldo Atual - R\$ (Item Inf.)
250001	GABINETE DO MINISTRO - MS	0,00
250005	DEPARTAMENTO DE LOGISTICA EM SAUDE - DLOG	597.084.882,22
250006	COORDENACAO-GERAL DE GESTAO DE PESSOAS	205.354,46
250007	SECR. DE CIENCIA, TECNO. E INSUMOS ESTRATEGIC	0,00
250009	SECRET. DE GESTAO ESTRATEGICA E PARTICIPATIVA	0,00
250010	SECRETARIA DE ATENCAO A SAUDE	0,00
250012	NUCLEO ESTADUAL DO MS/AC	0,00
250013	NUCLEO ESTADUAL DO MS/AL	0,00
250014	NUCLEO ESTADUAL DO MS/AP	0,00
250015	NUCLEO ESTADUAL DO MS/AM	0,00
250016	NUCLEO ESTADUAL DO MS/BA	0,00
250017	NUCLEO ESTADUAL DO MS/CE	0,00
250019	NUCLEO ESTADUAL DO MS/ES	0,00
250021	NUCLEO ESTADUAL DO MS/GO	0,00
250022	NUCLEO ESTADUAL DO MS/MA	0,00
250023	NUCLEO ESTADUAL DO MS/MT	226.351,89
250024	NUCLEO ESTADUAL DO MS/MS	0,00
250025	NUCLEO ESTADUAL DO MS/MG	0,00
250026	NUCLEO ESTADUAL DO MS/PA	0,00
250027	NUCLEO ESTADUAL DO MS/PB	0,00
250028	NUCLEO ESTADUAL DO MS/PR	0,00
250029	NUCLEO ESTADUAL DO MS/PE	2.933,49
250030	NUCLEO ESTADUAL DO MS/PI	30.000,00
250031	NUCLEO ESTADUAL DO MS/RJ	0,00
250032	NUCLEO ESTADUAL DO MS/RN	0,00
250033	NUCLEO ESTADUAL DO MS/RS	0,00
250034	NUCLEO ESTADUAL DO MS/RO	0,00
250035	NUCLEO ESTADUAL DO MS/RR	0,00
250036	NUCLEO ESTADUAL DO MS/SC	0,00
250037	NUCLEO ESTADUAL DO MS-SP	0,00
250038	NUCLEO ESTADUAL DO MS/SE	0,00
250039	NUCLEO ESTADUAL DO MS/TO	0,00
250042	HOSPITAL FEDERAL DE BONSUCESSO	0,00
250052	INSTITUTO NACIONAL DO CANCER - RJ	0,00
250057	INST. NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPIEDIA	0,00
250059	INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA	0,00
250061	HOSPITAL FEDERAL DOS SERVIDORES DO ESTADO	0,00
250088	SPO-COORD.-GERAL DE ORC.E FINANÇAS	0,00
250100	SECR. DE GESTAO DO TRAB. E DA EDUC. NA SAUDE	0,00
250103	HOSPITAL FEDERAL DE IPANEMA	0,00
250104	HOSPITAL FEDERAL CARDOSO FONTES	0,00
250105	HOSPITAL FEDERAL DA LAGOA	0,00
250106	HOSPITAL FEDERAL DO ANDARAI	0,00
250107	CEF-PROGRAMAS DO MINISTERIO DA SAUDE	2.072.368,81
250110	COORDENACAO-GERAL DE MATERIAL E PATRIMONIO	994.227,04
253002	AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA	740.257,70
253003	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR	553.021,35
253004	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-SC	11.756,56
253005	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-RS	10.394,56
253006	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-PR	38.911,66
253007	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-PE	54.420,58
253008	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-MS	13.360,27
253009	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-AP	7.035,00
253010	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-PA	17.127,98
253011	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-MG	188.572,96
253012	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-RJ	161.603,74
253013	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-ES	5.792,43
253014	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-GO	21.152,93

UG Executora		Saldo Atual - R\$ (Item Inf.)
253015	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-BA	56.243,59
253016	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-RN	19.075,34
253017	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-AM	22.538,33
253018	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-CE	4.852,08
253019	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-AL	14.996,45
253020	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-MA	8.278,08
253021	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-PB	7.171,88
253022	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-RR	11.982,99
253023	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-SE	6.554,43
253024	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-MT	33.809,70
253025	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-TO	7.160,40
253026	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-RO	21.576,15
253027	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-PI	12.495,64
253028	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-SP	2.993,36
253029	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-AC	17.547,37
253032	GERENCIA:GERAL DE RESSARCIMENTO AO SUS	6.112.599,13
253033	ANS - DISTRITO FEDERAL	0,00
253034	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE S. - SAO PAULO	238.605,46
254420	FUNDACAO OSWALDO CRUZ	137.051.989,83
254421	CENTRO DE PESQUISAS AGGEU MAGALHAES	452.423,34
254422	CENTRO DE PESQUISAS GONCALO MUNIZ	269.792,17
254423	CENTRO DE PESQUISAS RENE RACHOU	1.373.468,25
254445	INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS	186.318.213,23
254446	INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM FARMACOS	14.462.489,07
254447	INSTITUTO FERNANDES FIGUEIRA	1.420.489,89
254448	INSTITUTO NAC. DE CONTROLE E QUALID. EM SAUDE	436.497,86
254450	ESCOLA NAC. DE SAUDE PUBLICA SERGIO AROUCA	15.402.175,71
254462	DIRETORIA DE ADMINISTRACAO DO CAMPUS-DIRAC	2.319.408,39
254463	INSTITUTO OSWALDO CRUZ	3.010.698,95
254474	CENTRO DE PESQUISA LEONIDAS MARIA DEANE	84.652,60
254488	CASA DE OSWALDO CRUZ	33.867,01
254492	INST.NACIONAL DE INFECTOLOGIA EVANDRO CHAGAS	134.307,76
255000	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - DF	95.912.761,75
255001	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - AC	4.187,14
255002	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - AL	5.441,83
255003	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - AP	1.579,72
255004	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - AM	132.037,30
255005	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - BA	155,92
255006	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - CE	9.419,33
255008	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - ES	98.525,25
255009	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - GO	121,59
255010	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - MA	51.093,21
255011	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - MT	315.132,42
255012	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - MS	0,00
255013	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - MG	736.546,83
255014	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - PA	3.052,40
255015	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - PB	9.590,28
255016	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - PR	9.931,79
255017	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - PE	17.978,29
255018	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - PI	23.637,44
255019	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - RJ	705.630,59
255020	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - RN	28.127,47
255021	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - RS	111.965,52
255022	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - RO	2.852,33
255023	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - RR	43.757,61
255024	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - SC	129.289,46
255025	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - SP	63.812,09
255026	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - SE	98.611,53
255027	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - TO	31.160,23
257001	DIRETORIA EXECUTIVA DO FUNDO NAC. DE SAUDE	764.710.951,97
257002	SECRETARIA DE VIGILANCIA EM SAUDE	13.772,29
257003	INSTITUTO EVANDRO CHAGAS	0,00
257005	CENTRO NACIONAL DE PRIMATAS	0,00
257020	SECRETARIA ESPECIAL DE SAUDE INDIGENA - SESAI	0,00
257021	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - ALTO RIO JURUA	0,00
257022	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - ALTO PURUS	0,00
257023	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA AL/SE	0,00

UG Executora		Saldo Atual - R\$ (Item Inf.)
257024	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - ALTO RIO NEGRO	0,00
257025	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - ALTO SOLIMOES	0,00
257026	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - JAVARI	0,00
257027	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - MANAUS	0,00
257028	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - MEDIO PURUS	0,00
257029	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - MEDIO SOLIMOES	0,00
257030	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - PARINTINS	0,00
257031	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - AMAPA	0,00
257032	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - BAHIA	0,00
257033	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - CEARA	0,00
257034	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - MARANHAO	0,00
257035	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - MG/ES	0,00
257036	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA MATO GROSSO SUL	0,00
257037	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - ARAGUAIA	0,00
257038	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA KAIAPO MT GROSSO	0,00
257039	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - CUIABA	0,00
257040	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - XAVANTE	0,00
257041	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - XINGU	0,00
257042	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - ALTAMIRA	0,00
257043	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA GUAMA TOCANTINS	0,00
257044	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - KAIAPO REDENCAO	0,00
257045	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - TAPAJOS	0,00
257046	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - POTIGUARA	0,00
257047	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - PERNAMBUCO	0,00
257048	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - LITORAL SUL	0,00
257049	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - PORTO VELHO	0,00
257050	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - VILHENA	0,00
257051	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - LESTE RR	0,00
257052	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - YANOMAMI	0,00
257053	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - INTERIOR SUL	4.532,85
257054	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - TOCANTINS	0,00
257066	FNS/MS/QUALISUS-REDE	0,00
366003	HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEICAO S/A	17.474.409,87
TOTAL		1.852.558.546,37

Fonte: Tesouro Gerencial;CAA/CGOF/SPO/SE/MS

1.6. Execução de Restos a Pagar (a serem pagos em 2016)

CONSOLIDADO GERAL – MINISTÉRIO DA SAÚDE

POSIÇÃO: Dezembro Encerrado (Posição de 12 de janeiro de 2016)

Em R\$ 1,00

DENOMINAÇÃO / UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	RESTOS A PAGAR						
	INSCRITOS e REINSCRITOS	CANCELADOS	PAGOS	BLOQUEADOS	SALDO A PAGAR		
					LIQUIDADOS	A LIQUIDAR	TOTAL
1 PESSOAL A PAGAR EXERC. ANTERIORES	0	0	0	0	0	0	0
2 PESSOAL ATIVO	55.675.291	10.405.695	6.148.874		150.874	38.969.848	39.120.721
3 PESSOAL INATIVO E PENSIONISTA	587.410	0	0		0	587.410	587.410
4 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		0	0	0	0	0	0
SUBTOTAL	56.262.701	10.405.695	6.148.874	0	150.874	39.557.258	39.708.131
5 FNS	11.025.105.134	561.618.703	5.344.789.291		398.155.015	4.721.883.475	5.120.038.490
6 ANVISA	52.266.375	9.806.180	28.436.660		53.282	14.320.676	14.373.958
7 FUNASA	3.103.435.176	334.489.264	483.508.832		374.387.958	1.911.049.122	2.285.437.080
8 FIOCRUZ	565.314.681	4.531.835	448.261.580		9.417.705	103.103.563	112.521.268
9 ANSS	23.050.788	3.839.795	18.849.146		1.200	360.646	361.846
10 GHC	25.627.955	1.430.186	21.971.805		839.657	1.386.307	2.225.964
SUBTOTAL	14.794.800.109	915.715.964	6.345.817.313	0	782.854.816	6.752.103.789	7.534.958.605
MS - TOTAL GERAL	14.851.062.810	926.121.659	6.351.966.187	0	783.005.690	6.791.661.047	7.574.666.736

Fonte: Siafi Gerencial; CAA/CGOF/SPO/SE/MS

1.7. Acompanhamento Mensal da Receita Própria no 3º Quadrimestre de 2015

Fundo Nacional Saúde - FNS

POSIÇÃO: Dezembro Encerrado (Posição de 12 de janeiro de 2016)

Em R\$ 1,00

RECEITA			Arrecadado 2014	Lei nº 13.115, de 20.04.2015			Receita Arrecadada					
SIAFI	Denominação	FTE		L O A	CRÉDITO	LOA + CRÉDITO	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho
13110000	ALUGUÉIS	150	185.593	258.049		258.049	7.382	6.387	12.670	2.290	4.690	13.395
13250000	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	180	70.931	0		0	962.588	1.158.341	1.130.550	1.183.763	997.502	919.970
13270000	REMUNERAÇÃO DE SALDOS DE RECURSOS NÃO DESEMBOLSADOS	180	70.932	1.412		1.412	0	6	26.594	0	0	0
16005000	TARIFA INSCR. CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS	150	0	0		0	4.500	8.280	0	0	0	0
16000501	SERVIÇOS HOSPITALARES	150	0	33.501		33.501	0	0	0	0	0	0
16001300	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	150	50.113	63.971		63.971	90	283	89	214	1.096	2.115
16000599	OUTROS SERVIÇOS DE SAÚDE	150	-	0		0	3.247			6.443		
19159901	OUTRAS MULT. JUR. MORA DIV. ATIV. OUTR. RECEITAS	150	429.580	426.980		426.980	45.680	39.546	54.538	40.912	52.644	30.018
19189900	OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA	150	26.167	50.000		50.000	0	0	0	0	12	485
19192700	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	150	316.175	432.558		432.558	41.240	265.748	47.016	42.915	49.417	44.176
19195000	MULTAS POR AUTO DE INFRAÇÃO	150	0	0		0	165.164					
19199900	OUTRAS MULTAS	150	2.622.853	3.452.355		3.452.355	294.788	327.270	818.249	561.618	479.606	658.023
19220110	RESTITUIÇÕES CONVÊNIOS - PRIMÁRIAS	150	0	0		0	142.227	462.903	-72.011	70.793	-84.874	341.037
19220500	RESSARCIMENTO POR OPERADORAS DE SEGUROS PRIVADOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE	186	408.271.589	150.000.000		150.000.000	3.956.468	2.999.200	0	26.051.488	7.040.837	5.846.158

RECEITA			Arrecadado 2014	Lei nº 13.115, de 20.04.2015			Receita Arrecadada					
SIAFI	Denominação	FTE		LOA	CRÉDITO	LOA + CRÉDITO	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho
19229900	OUTRAS RESTITUIÇÕES	150	60.731.750	55.760.680		55.760.680	5.928.069	4.549.807	7.684.447	8.256.938	6.766.832	3.322.274
19329901	REC. DIVIDA ATIVA NÃO TRIBUT. OUTRAS RECEITAS	150	598.307	413.722		413.722	61.427	47.044	49.494	39.479	52.355	37.562
19901600	RECEITA DE PARTICIPAÇÃO SEGUROS - DPVAT	186	3.722.751.036	4.281.969.728		4.281.969.728	625.422.796	358.833.340	407.861.889	374.928.883	334.479.271	298.681.125
79189900	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTRAS RECEITAS - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	150	0	7.591		7.591	0	0	0	0	0	0
79220100	RESTITUIÇÕES DE CONVÊNIOS - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	150	0	5.654.773		5.654.773	12.981	14.769	56.481	202	95.591	21.720
79229900	OUTRAS RESTITUIÇÕES - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	150	282.620	125.278		125.278	0	0	0	0	0	0
19909900	OUTRAS RECEITAS	150	10.146.596	28.296		28.296	2.138	2.216	2.216	2.216	2.216	2.216
Total			4.206.554.242	4.498.678.894	0	4.498.678.894	637.050.785	368.715.140	417.672.222	411.188.154	349.937.195	309.920.274

RECEITA			Receita Arrecadada						Total		Excesso ou Frustração
SIAFI	Denominação	FTE	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Acumulado Dez	Projeção Jan/Dez	
13110000	ALUGUÉIS	150	7.240	5.080	7.630	7.630	7.630	10.180	92.204	92.204	-165.845
13250000	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	180	771.106	869.315	747.562	976.005	1.193.695	1.262.728	12.173.125	12.173.125	12.173.125
13270000	REMUNERAÇÃO DE SALDOS DE RECURSOS NÃO DESEMBOLSADOS	180	0	-26.600	44.185	-	102.615	-	146.800	146.800	145.388
16005000	TARIFA INSCR. CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS	150	0	0	255.250	65.050	0	0	333.080	333.080	333.080
16000501	SERVIÇOS HOSPITALARES	150	2.555.003	-	-	-	-	-	2.555.003	2.555.003	2.521.502
16001300	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	150	140	93	1.152	1.923	525	1.601	9.321	9.321	-54.650
16000599	OUTROS SERVIÇOS DE SAÚDE	150	4.110	-	-	38.940	-	-	52.740	52.740	52.740
19159901	OUTRAS MULT. JUR. MORA DIV. ATIV. OUTR. RECEITAS	150	73.753	32.521	32.508	30.613	30.381	43.371	506.485	506.485	79.505
19189900	OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA	150	0	0	0	0	0	0	497	497	-49.503
19192700	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	150	84.793	111.351	48.872	311.840	14.936	89.360	1.151.664	1.151.664	719.106

RECEITA			Receita Arrecadada						Total		Excesso ou Frustração
SIAFI	Denominação	FTE	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Acumulado Dez	Projeção Jan/Dez	
19195000	MULTAS POR AUTO DE INFRAÇÃO	150		8.318	4.073	7.212	4.073	4.073	192.913	192.913	192.913
19199900	OUTRAS MULTAS	150	674.092	483.499	466.970	361.817	202.802	275.217	5.603.951	5.603.951	2.151.596
19220110	RESTITUIÇÕES CONVÊNIOS - PRIMÁRIAS	150	44.503	501.434	-225.329	5.869	619.849	-288.663	1.517.738	1.517.738	1.517.738
19220500	RESSARCIMENTO POR OPERADORAS DE SEGUROS PRIVADOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE	186	156.399.594	4.863.761	30.921.627	38.414.325	54.159.797	24.951.764	355.605.019	355.605.019	205.605.019
19229900	OUTRAS RESTITUIÇÕES	150	6.651.213	7.413.649	5.697.905	3.169.602	4.715.187	7.236.001	71.391.924	71.391.924	15.631.244
19329901	REC. DIVIDA ATIVA NÃO TRIBUT. OUTRAS RECEITAS	150	58.533	36.732	35.694	35.333	36.240	57.560	547.453	547.453	133.731
19901600	RECEITA DE PARTICIPAÇÃO SEGUROS - DPVAT	186	305.088.466	269.331.404	246.503.615	203.916.479	170.000.961	210.067.829	3.805.116.058	3.805.116.058	-476.853.670
79189900	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTRAS RECEITAS - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	150	0	0	0	0	0	0	0	0	-7.591
79220100	RESTITUIÇÕES DE CONVÊNIOS - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	150	75.696	336.257	24.734	2.023	120.665	25.049	786.168	786.168	-4.868.605
79229900	OUTRAS RESTITUIÇÕES - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	150	0	0	0	0	0	0	0	0	-125.278
19909900	OUTRAS RECEITAS	150	2.216	2.216	2.216	2.216	4.432	2.216	28.730	28.730	434
Total			472.490.458	283.969.030	284.568.664	247.346.877	231.213.788	243.738.284	4.257.810.871	4.257.810.871	-240.868.023

Fonte: SIAFI Gerencial;CAA/CGOF/SPO/SE/MS

Receita Própria em todas as unidades orçamentárias MS

POSIÇÃO: Dezembro Encerrado (Posição de 12 de janeiro de 2016)

Em R\$ 1,00

DENOMINAÇÃO	Lei nº 13.115, de 20.04.2015			Receita Arrecadada						
	LOA	CRÉDITO	LOA + CRÉDITO	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho
36901 - FUNDO	4.498.678.894	0	4.498.678.894	637.050.785	368.715.140	417.672.222	411.188.154	349.937.195	309.920.274	472.490.458
150	66.707.754		66.707.754	6.708.933	5.724.253	8.653.189	9.024.020	7.419.585	4.473.021	10.231.292
180	1.412		1.412	962.588	1.158.347	1.157.144	1.183.763	997.502	919.970	771.106
186	4.431.969.728		4.431.969.728	629.379.264	361.832.540	407.861.889	400.980.371	341.520.108	304.527.283	461.488.060
36211 - FUNASA	2.237.248	0	2.237.248	24.160	22.398	23.821	65.098	451.157	45.726	32.265
250	2.237.248		2.237.248	24.160	22.398	23.821	16.509	451.157	45.726	26.205
280				0	0	0	48.589	0	0	6.060
36201 - FIOCRUZ	61.449.592	0	61.449.592	4.292.825	3.535.208	4.929.088	3.678.645	3.639.051	4.324.938	5.512.331
250	57.866.620		57.866.620	4.141.215	3.424.745	4.829.537	3.574.408	3.551.215	4.149.717	5.330.374
280	930.460		930.460	151.610	110.463	99.551	104.237	87.836	175.221	181.957
281	2.652.512		2.652.512	0	0	0	0	0	0	0
36212 - ANVISA	374.429.972	0	374.429.972	24.993.013	25.018.651	30.140.288	29.325.816	29.174.752	31.956.832	31.413.318
174	360.532.043		360.532.043	24.147.421	24.030.122	29.243.985	28.388.877	28.357.288	31.147.949	30.568.132
250	176.485		176.485	4.483	3.401	3.880	4.397	4.288	4.776	4.721
280	13.721.444		13.721.444	841.109	985.128	892.423	932.542	813.176	804.107	840.465
36213 - ANS	218.985.579	0	218.985.579	17.083.393	13.074.226	32.900.842	16.295.299	15.769.610	33.114.413	16.779.317
174	215.565.423		215.565.423	16.774.180	12.714.290	32.408.011	15.879.518	15.388.951	32.773.938	16.430.524
250	2.220.156		2.220.156	204.606	175.613	254.899	160.873	180.865	135.560	146.810
280	1.200.000		1.200.000	104.607	184.323	237.932	254.908	199.794	204.915	201.983
36210 - HNSC	4.763.488	0	4.763.488	210.975	248.429	283.188	1.034.248	196.410	1.602.128	193.347
250	3.586.172		3.586.172	22.670	27.717	85.777	837.707	25.604	1.435.765	18.135
280	1.177.316		1.177.316	188.305	220.712	197.411	196.541	170.806	166.363	175.212
TOTAL GERAL	5.160.544.773	0	5.160.544.773	683.655.151	410.614.052	485.949.449	461.587.260	399.168.175	380.964.311	526.421.036

DENOMINAÇÃO	Receita Arrecadada					TOTAL	Projeção	Excesso ou
	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Acumulado		Frustração
36901 - FUNDO	283.969.030	284.568.664	247.346.877	231.213.788	243.738.284	4.257.810.871	4.257.810.871	-240.868.023
150	8.931.150	6.351.675	4.040.068	5.756.720	7.455.964	84.769.870	84.769.870	18.062.116
180	842.715	791.747	976.005	1.296.310	1.262.728	12.319.925	12.319.925	12.318.513
186	274.195.165	277.425.242	242.330.804	224.160.758	235.019.593	4.160.721.077	4.160.721.077	-271.248.651
36211 - FUNASA	20.661	45.777	63.467	25.431	117.118	937.079	937.079	-1.300.169
250	20.661	32.621	50.511	25.431	95.914	835.114	835.114	-1.402.134
280	0	13.156	12.956	0	21.204	101.965	101.965	101.965
36201 - FIOCRUZ	3.870.488	3.687.202	2.737.644	3.494.379	3.533.730	47.235.529	47.235.529	-14.214.063
250	3.677.596	3.506.497	2.561.856	3.346.711	3.415.854	45.509.725	45.509.725	-12.356.895
280	192.892	180.705	175.788	147.668	117.876	1.725.804	1.725.804	795.344

281	0	0	0	0	0	0	0	0	-2.652.512
36212 - ANVISA	28.499.457	66.234.552	65.006.395	69.374.271	64.416.007	495.553.352	495.553.352	121.123.380	
174	27.643.405	65.555.248	64.214.283	68.493.513	63.577.413	485.367.636	485.367.636	124.835.593	
250	3.879	4.474	5.124	3.796	5.400	52.619	52.619	-123.866	
280	852.173	674.830	786.988	876.962	833.193	10.133.096	10.133.096	-3.588.348	
36213 - ANS	22.099.141	30.975.613	16.993.554	14.274.001	59.175.120	288.534.529	288.534.529	69.548.950	
174	21.532.325	30.842.517	16.466.559	13.454.401	58.714.501	283.379.715	283.379.715	67.814.292	
250	214.896	149.541	376.508	444.227	323.351	2.767.749	2.767.749	547.593	
280	351.920	-16.445	150.487	375.373	137.267	2.387.064	2.387.064	1.187.064	
36210 - HNSC	219.105	229.861	276.851	539.248	2.304.501	7.338.291	7.338.291	2.574.803	
250	43.678	94.963	116.810	356.423	2.129.003	5.194.252	5.194.252	1.608.080	
280	175.427	134.898	160.041	182.825	175.498	2.144.039	2.144.039	966.723	
TOTAL GERAL	338.677.882	385.741.669	332.424.788	318.921.118	373.284.759	5.097.409.650	5.097.409.650	-63.135.123	

Fonte: Siafi Gerencial; CAA/CGOF/SPO/SE/MS

2. Desembolso Financeiro

2.1. Transferência Fundo a Fundo (Por Bloco)

POSIÇÃO: Dezembro Encerrado (15.02.2016)

R\$ 1,00

UF	ATENÇÃO BÁSICA		MÉDIA ALTA COMPLEXIDADE		VIGILÂNCIA EM SAÚDE	
	TOTAL		TOTAL		TOTAL	
	ESTADUAL	MUNICIPAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	ESTADUAL	MUNICIPAL
AC	72.212.349,13		211.330.521,24		12.753.003,02	
	1.507.868,20	70.704.480,93	207.945.619,41	3.384.901,83	3.844.162,45	8.908.840,57
AM	289.348.793,63		574.738.292,27		57.999.119,86	
	4.931.120,00	284.417.673,63	498.788.345,41	75.949.946,86	15.867.107,62	42.132.012,24
AP	54.034.350,38		130.986.977,59		13.266.775,28	
	90.720,00	53.943.630,38	78.363.987,13	52.622.990,46	3.660.807,89	9.605.967,39
PA	585.164.422,27		1.117.557.825,24		105.588.566,27	
	1.381.157,12	583.783.265,15	151.809.143,77	965.748.681,47	17.856.727,55	87.731.838,72
RO	127.139.734,76		345.353.353,59		25.190.790,80	
	2.495.160,00	124.644.574,76	189.512.188,54	155.841.165,05	6.415.450,49	18.775.340,31
RR	34.686.241,05		101.515.647,69		10.182.640,45	
	40.200,00	34.646.041,05	70.160.390,04	31.355.257,65	2.977.977,34	7.204.663,11
TO	178.981.225,52		361.458.814,45		23.338.307,51	
	238.110,03	178.743.115,49	257.668.486,04	103.790.328,41	7.246.307,66	16.091.999,85
Norte	1.341.567.116,74		2.842.941.432,07		248.319.203,19	
	10.684.335	1.330.882.781	1.454.248.160	1.388.693.272	57.868.541	190.450.662
AL	332.663.958,44		777.816.969,28		34.030.174,54	
	37.800,00	332.626.158,44	211.456.498,53	566.360.470,75	9.265.157,51	24.765.017,03
BA	1.312.983.307,05		2.869.445.316,59		144.269.886,17	
	9.683.600,00	1.303.299.707,05	1.317.941.844,65	1.551.503.471,94	34.847.143,70	109.422.742,47
CE	813.683.450,39		1.825.280.196,03		87.126.142,48	
	480.060,00	813.203.390,39	307.768.680,76	1.517.511.515,27	20.095.345,63	67.030.796,85
MA	697.841.494,00		968.300.787,48		90.360.647,34	
	2.705.496,09	695.135.997,91	304.340.032,18	663.960.755,30	21.010.200,82	69.350.446,52
PB	503.729.229,48		744.468.815,53		38.626.477,05	
	283.500,00	503.445.729,48	109.273.578,72	635.195.236,81	12.489.891,99	26.136.585,06
PE	842.459.761,10		2.272.985.144,55		93.017.929,35	
	12.561.814,18	829.897.946,92	1.041.983.118,60	1.231.002.025,95	28.625.345,01	64.392.584,34
PI	440.673.522,30		602.891.554,86		31.939.774,33	
	1.266.780,00	439.406.742,30	119.584.532,30	483.307.022,56	8.382.604,14	23.557.170,19
RN	382.810.345,27		674.382.646,04		33.276.885,71	
	4.310.000,00	378.500.345,27	217.208.084,12	457.174.561,92	8.636.231,20	24.640.654,51
SE	206.346.575,98		491.406.471,07		23.566.328,24	
	88.830,00	206.257.745,98	145.350.784,70	346.055.686,37	7.281.078,87	16.285.249,37
Nordeste	5.533.191.644,01		11.226.977.901,43		576.214.245,21	
	31.417.880	5.501.773.764	3.774.907.155	7.452.070.747	150.632.999	425.581.246

UF	ATENÇÃO BÁSICA		MÉDIA ALTA COMPLEXIDADE		VIGILÂNCIA EM SAÚDE	
	TOTAL		TOTAL		TOTAL	
	ESTADUAL	MUNICIPAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	ESTADUAL	MUNICIPAL
ES	248.464.751,97		769.574.329,31			
	514.080,00	247.950.671,97	542.279.910,32	227.294.418,99	10.126.443,79	28.457.094,91
MG	1.838.298.191,67		4.447.747.125,76			
	954.450,00	1.837.343.741,67	1.006.015.360,29	3.441.731.765,47	43.633.248,74	153.603.501,39
RJ	942.860.519,31		3.467.668.019,51			
	0,00	942.860.519,31	556.239.423,64	2.911.428.595,87	28.525.996,57	125.859.963,03
SP	2.156.936.712,52		9.631.910.619,88			
	2.742.220,00	2.154.194.492,52	4.453.127.944,45	5.178.782.675,43	67.688.600,17	219.964.759,18
Sudeste	5.186.560.175,47		18.316.900.094,46		677.859.607,78	
	4.210.750	5.182.349.425	6.557.662.639	11.759.237.456	149.974.289	527.885.319
PR	794.985.383,73		2.644.704.414,13		78.922.776,82	
	120.960,00	794.864.423,73	1.079.412.437,56	1.565.291.976,57	22.330.336,61	56.592.440,21
RS	639.116.422,93		2.601.296.848,27		76.812.609,63	
	25.080,00	639.091.342,93	919.289.196,93	1.682.007.651,34	19.730.192,35	57.082.417,28
SC	600.114.571,44		1.488.165.847,17		46.867.877,28	
	41.580,00	600.072.991,44	516.950.979,41	971.214.867,76	11.416.963,07	35.450.914,21
Sul	2.034.216.378,10		6.734.167.109,57		202.603.263,73	
	187.620,00	2.034.028.758,10	2.515.652.613,90	4.218.514.495,67	53.477.492,03	149.125.771,70
DF	108.390.466,75		496.170.224,50		20.007.206,46	
	108.390.466,75	0,00	496.170.224,50	0,00	20.007.206,46	0,00
GO	484.107.492,07		1.276.371.296,16		67.952.896,01	
	309.960,00	483.797.532,07	43.382.719,72	1.232.988.576,44	12.310.582,15	55.642.313,86
MS	228.459.350,13		648.176.484,30		28.771.382,47	
	11.951,66	228.447.398,47	96.260.908,02	551.915.576,28	8.297.010,85	20.474.371,62
MT	261.193.637,39		658.638.846,32		39.083.207,11	
	175.799,99	261.017.837,40	228.363.599,74	430.275.246,58	10.354.335,00	28.728.872,11
Centro-Oeste	1.082.150.946,34		3.079.356.851,28		155.814.692,05	
	108.888.178,40	973.262.767,94	864.177.451,98	2.215.179.399,30	50.969.134,46	104.845.557,59
Brasil	15.177.686.260,66		42.200.343.388,81		1.860.811.011,96	
	155.388.764,02	15.022.297.496,64	15.166.648.019,48	27.033.695.369,33	462.922.455,63	1.397.888.556,33

UF	ASSIST. FARMACEUTICA		GESTÃO SUS		INVESTIMENTO	
	TOTAL		TOTAL		TOTAL	
	ESTADUAL	MUNICIPAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	ESTADUAL	MUNICIPAL
AC	4.684.213,84		694.300,00		5.653.645,20	
	638.862,75	4.045.351,09	49.500,00	644.800,00	113.527,20	5.540.118,00
AM	25.668.609,74		1.841.300,00		17.095.944,74	
	8.620.451,32	17.048.158,42	880.500,00	960.800,00	8.220.831,42	8.875.113,32
AP	3.966.424,19		347.723,42		7.873.251,14	
	528.552,92	3.437.871,27	203.723,42	144.000,00	4.870.743,14	3.002.508,00
PA	54.874.946,63		2.503.037,74		65.619.213,54	
	7.841.157,14	47.033.789,49	158.237,74	2.344.800,00	1.476.601,17	64.142.612,37
RO	11.031.900,62		891.034,05		20.861.926,66	
	2.801.875,80	8.230.024,82	49.500,00	841.534,05	2.052.000,00	18.809.926,66
RR	3.116.227,75		406.500,00		2.340.182,00	
	677.895,11	2.438.332,64	109.500,00	297.000,00	1.142.900,00	1.197.282,00
TO	10.741.810,34		1.275.500,00		18.217.765,50	
	1.615.367,95	9.126.442,39	99.500,00	1.176.000,00	3.711.392,50	14.506.373,00
Norte	114.084.133,11		7.959.395,21		137.661.928,78	
	22.724.163	91.359.970	1.550.461	6.408.934	21.587.995	116.073.933
AL	29.115.909,62		445.500,00		17.574.305,49	
	10.715.188,07	18.400.721,55	60.500,00	385.000,00	3.423.210,00	14.151.095,49
BA	97.906.517,15		7.442.779,60		80.067.075,53	
	34.866.434,15	63.040.083,00	5.622.579,60	1.820.200,00	1.729.905,24	78.337.170,29
CE	67.280.403,13		3.874.920,00		51.710.344,60	
	46.011.312,83	21.269.090,30	1.110.820,00	2.764.100,00	4.231.338,18	47.479.006,42
MA	45.423.097,22		2.768.300,00		56.526.262,14	
	8.967.944,10	36.455.153,12	71.500,00	2.696.800,00	3.315.061,96	53.211.200,18
PB	33.068.057,42		2.109.900,00		42.846.351,62	
	8.382.523,21	24.685.534,21	60.500,00	2.049.400,00	3.208.413,13	39.637.938,49
PE	63.783.698,56		4.251.076,00		54.039.713,11	
	16.083.563,92	47.700.134,64	2.345.650,00	1.905.426,00	891.650,00	53.148.063,11
PI	21.252.591,29		2.735.967,45		43.980.109,85	
	4.585.832,38	16.666.758,91	1.465.425,50	1.270.541,95	9.783.198,00	34.196.911,85
RN	23.820.736,23		396.500,00		27.483.939,99	
	4.855.474,52	18.965.261,71	60.500,00	336.000,00	811.684,00	26.672.255,99
SE	18.043.596,26				13.471.366,34	
	6.592.747,32	11.450.848,94	49.500,00	170.500,00	75.000,00	13.396.366,34
Nordeste	399.694.606,88		24.244.943,05		387.699.468,67	
	141.061.021	258.633.586	10.846.975	13.397.968	27.469.461	360.230.008

UF	ASSIST. FARMACEUTICA		GESTÃO SUS		INVESTIMENTO	
	TOTAL		TOTAL		TOTAL	
	ESTADUAL	MUNICIPAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	ESTADUAL	MUNICIPAL
ES	39.002.342,00		401.100,00		17.013.056,32	
	20.722.307,04	18.280.034,96	60.500,00	340.600,00	687.296,32	16.325.760,00
MG	174.023.363,17		15.284.800,00		71.334.439,36	
	115.431.521,32	58.591.841,85	10.293.500,00	4.991.300,00	295.000,00	71.039.439,36
RJ	116.969.157,47		870.300,00		35.118.976,03	
	34.736.001,37	82.233.156,10	82.500,00	787.800,00	0,00	35.118.976,03
SP	533.658.767,43		7.153.970,00		207.995.753,24	
	350.017.001,41	183.641.766,02	1.047.070,00	6.106.900,00	3.275.077,71	204.720.675,53
Sudeste	863.653.630,07		23.710.170,00		331.462.224,95	
	520.906.831,14	342.746.798,93	11.483.570,00	12.226.600,00	4.257.374,03	327.204.850,92
PR	104.754.560,48		2.257.600,00		56.978.701,05	
	88.474.965,61	16.279.594,87	82.500,00	2.175.100,00	0,00	56.978.701,05
RS	76.660.350,61		1.205.900,00		45.963.455,85	
	19.287.862,98	57.372.487,63	82.500,00	1.123.400,00	482.473,20	45.480.982,65
SC	69.141.491,48		2.195.934,72		40.345.211,73	
	36.068.064,67	33.073.426,81	847.434,72	1.348.500,00	1.589.212,00	38.755.999,73
Sul	250.556.402,57		5.659.434,72		143.287.368,63	
	143.830.893,26	106.725.509,31	1.012.434,72	4.647.000,00	2.071.685,20	141.215.683,43
DF	24.341.947,40		2.488.700,00		8.358.879,23	
	24.341.947,40	0,00	2.488.700,00	0,00	8.358.879,23	0,00
GO	57.877.195,79		71.500,00		59.460.221,85	
	24.888.432,38	32.988.763,41	71.500,00	4.302.450,00	809.413,70	58.650.808,15
MS	22.997.650,38		60.500,00		15.182.677,57	
	10.025.270,14	12.972.380,24	60.500,00	187.000,00	3.626.318,91	11.556.358,66
MT	23.291.334,78		918.163,20		44.390.946,17	
	6.284.882,87	17.006.451,91	918.163,20	341.500,00	5.723.017,50	38.667.928,67
Centro-Oeste	128.508.128,35		8.369.813,20		127.392.724,82	
	65.540.532,79	62.967.595,56	3.538.863,20	4.830.950,00	18.517.629,34	108.875.095,48
Brasil	1.756.496.900,98		69.943.756,18		1.127.503.715,85	
	894.063.440,68	862.433.460,30	28.432.304,18	41.511.452,00	73.904.144,51	1.053.599.571,34

Fonte: SIAFI/CAA/SPO/MS

2.2. Transferência a Estados e Municípios – Quadro Geral por Modalidade de Aplicação 30/31/40/41

POSIÇÃO: Dezembro Encerrado (15.02.2016)

R\$ 1,00

Item Informação		DOTACAO ATUALIZADA	23	25	28
			DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
Modalidade Aplicação		Saldo Atual - R\$ (Item Inf.)	Saldo Atual - R\$ (Item Inf.)	Saldo Atual - R\$ (Item Inf.)	Saldo Atual - R\$ (Item Inf.)
30	TRANSFER. A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL	1.965.273.420,54	73.337.342,44	11.597.829,24	10.316.530,95
40	TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS	2.630.126.734,02	542.473.404,41	149.070.563,66	144.920.700,08
TOTAL TRANSFERIDO POR CONVÊNIO/SIMILAR		4.595.400.154,56	615.810.746,85	160.668.392,90	155.237.231,03
31	TRANSFER. A ESTADOS E DF - FUNDO A FUNDO	17.711.882.030,16	17.128.892.924,04	16.703.829.666,45	16.701.279.584,11
41	TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS - FUNDO A FUNDO	49.029.411.854,01	46.900.028.328,56	44.869.488.411,80	44.847.491.652,74
TOTAL TRANSFERIDO FUNDO A FUNDO		66.741.293.884,17	64.028.921.252,60	61.573.318.078,25	61.548.771.236,85
TOTAL GERAL		71.336.694.038,73	64.644.731.999,45	61.733.986.471,15	61.704.008.467,88

Fonte: Tesouro Gerencial;SPO/SE/MS

2.3. Transferência a Estados – Empenhado por Modalidade de Aplicação 30/31/40/41
POSIÇÃO: Dezembro Encerrado (15.02.2016)

Em R\$1,00

UF Beneficiada	30	31	40	41	TOTAL
AC ACRE	4.793.481,16	220.626.526,88	15.080.544,00	106.290.239,97	346.790.792,01
AL ALAGOAS	665.074,01	237.601.393,48	7.471.959,35	993.850.322,69	1.239.588.749,53
AM AMAZONAS	12.404.654,15	551.115.888,82	7.208.161,62	451.022.705,58	1.021.751.410,17
AP AMAPA	0,00	98.933.842,66	10.816.866,01	141.729.500,99	251.480.209,66
BA BAHIA	318.829,23	1.430.450.289,20	31.526.998,41	3.229.761.393,50	4.692.057.510,34
CE CEARA	328.164,84	385.827.137,46	66.377.276,74	2.564.376.588,06	3.016.909.167,10
DF DISTRITO FEDERAL	1.517.966,00	687.615.380,44	0,00	0,00	689.133.346,44
ES ESPIRITO SANTO	0,00	573.716.362,76	1.876.292,19	558.524.051,30	1.134.116.706,25
GO GOIAS	9.500.000,00	86.938.324,73	19.623.378,62	1.932.394.118,59	2.048.455.821,94
MA MARANHAO	105.089,00	349.141.146,66	55.423.604,62	1.582.970.046,45	1.987.639.886,73
MG MINAS GERAIS	1.073.000,00	1.236.045.115,79	83.168.671,98	5.719.567.557,16	7.039.854.344,93
MS MATO GROSSO DO SUL	188.096,00	140.631.203,82	6.293.119,49	839.748.432,26	986.860.851,57
MT MATO GROSSO	0,00	251.556.693,24	2.222.403,60	807.702.900,80	1.061.481.997,64
PA PARA	65.691,93	222.718.028,86	49.228.317,73	1.803.539.117,02	2.075.551.155,54
PB PARAIBA	258.304,71	132.342.448,05	7.382.307,76	1.278.185.803,52	1.418.168.864,04
PE PERNAMBUCO	2.485.026,61	1.108.525.134,16	7.570.694,77	2.337.385.957,67	3.455.966.813,21
PI PIAUI	23.907.033,15	166.507.757,21	54.491.280,55	1.047.133.414,23	1.292.039.485,14
PR PARANA	3.339.503,75	1.198.751.425,70	26.881.926,04	2.591.059.366,98	3.820.032.222,47
RJ RIO DE JANEIRO	0,00	642.019.284,22	14.749.467,25	4.291.747.297,41	4.948.516.048,88
RN RIO GRANDE DO NORTE	0,00	236.367.659,45	8.914.405,36	939.224.169,12	1.184.506.233,93
RO RONDONIA	2.625.480,00	207.892.295,27	0,00	349.212.739,87	559.730.515,14
RR RORAIMA	0,00	103.950.192,18	5.891.087,00	91.862.559,01	201.703.838,19
RS RIO GRANDE DO SUL	679.400,00	961.086.707,28	7.945.337,31	2.543.784.718,10	3.513.496.162,69
SC SANTA CATARINA	0,00	572.673.603,24	40.388.264,31	1.713.410.756,47	2.326.472.624,02
SE SERGIPE	0,00	161.730.910,12	4.254.363,38	633.995.303,39	799.980.576,89
SP SAO PAULO	9.082.547,90	4.887.158.862,78	6.335.426,35	8.004.803.784,96	12.907.380.621,99
TO TOCANTINS	0,00	276.969.309,58	1.351.249,97	346.745.483,46	625.066.043,01
Total:	73.337.342,44	17.128.892.924,04	542.473.404,41	46.900.028.328,56	64.644.731.999,45

Fonte: Tesouro Gerencial; SPO/SE/MS

2.4. Transferência a Estados – Liquidados por Modalidade de Aplicação 30/31/40/41
POSIÇÃO: Dezembro Encerrado (15.02.2016)

Em R\$1,00

UF Beneficiada	30	31	40	41	TOTAL
AC ACRE	2.872.981,16	214.221.038,66	0,00	90.209.673,77	307.303.693,59
AL ALAGOAS	665.074,01	232.943.766,59	3.400.253,34	948.054.624,65	1.185.063.718,59
AM AMAZONAS	4.000.854,28	533.920.692,50	4.871.993,00	418.090.743,07	960.884.282,85
AP AMAPA	0,00	83.206.077,27	1.288.491,13	121.964.162,18	206.458.730,58
BA BAHIA	883,95	1.399.132.819,57	1.224.951,41	3.061.640.080,51	4.461.998.735,44
CE CEARA	0,00	377.097.736,49	17.746.876,03	2.444.995.248,80	2.839.839.861,32
DF DISTRITO FEDERAL	0,00	651.341.045,04	0,00	0,00	651.341.045,04
ES ESPIRITO SANTO	0,00	570.950.365,59	1.418.923,22	525.331.036,24	1.097.700.325,05
GO GOIAS	0,00	84.176.918,83	5.709.164,62	1.843.728.276,68	1.933.614.360,13
MA MARANHAO	0,00	335.700.025,45	13.471.833,51	1.499.404.849,77	1.848.576.708,73
MG MINAS GERAIS	573.000,00	1.176.800.669,83	24.629.707,67	5.528.370.485,94	6.730.373.863,44
MS MATO GROSSO DO SUL	3.197,00	114.729.521,40	417.387,00	820.853.599,15	936.003.704,55
MT MATO GROSSO	0,00	246.204.676,54	0,00	762.111.361,13	1.008.316.037,67
PA PARA	65.691,93	175.977.066,17	18.946.789,59	1.722.775.355,84	1.917.764.903,53
PB PARAIBA	0,00	129.906.168,26	1.102.193,09	1.219.622.361,36	1.350.630.722,71
PE PERNAMBUCO	933.745,15	1.100.453.670,06	0,00	2.230.017.586,04	3.331.405.001,25
PI PIAUI	254.362,00	134.357.536,86	26.875.500,18	981.186.934,25	1.142.674.333,29
PR PARANA	180.669,76	1.190.832.637,92	2.311.127,68	2.463.490.922,96	3.656.815.358,32
RJ RIO DE JANEIRO	0,00	620.694.492,74	5.268.495,32	4.070.549.382,84	4.696.512.370,90
RN RIO GRANDE DO NORTE	0,00	234.163.425,12	0,00	897.229.756,52	1.131.393.181,64
RO RONDONIA	1.872.720,00	202.249.909,32	0,00	318.354.374,97	522.477.004,29
RR RORAIMA	0,00	74.254.465,18	0,00	74.957.038,91	149.211.504,09
RS RIO GRANDE DO SUL	0,00	958.532.321,87	1.450.025,12	2.466.851.433,96	3.426.833.780,95
SC SANTA CATARINA	0,00	563.547.174,53	18.048.960,48	1.665.236.376,14	2.246.832.511,15
SE SERGIPE	0,00	159.562.971,04	20.067,00	588.662.771,05	748.245.809,09
SP SAO PAULO	174.650,00	4.871.008.599,22	867.824,27	7.788.945.169,80	12.660.996.243,29
TO TOCANTINS	0,00	267.863.874,40	0,00	316.854.805,27	584.718.679,67
Total:	11.597.829,24	16.703.829.666,45	149.070.563,66	44.869.488.411,80	61.733.986.471,15

Fonte: Tesouro Gerencial; SPO/SE/MS

3. Oferta e Produção de Serviços – Rede Própria e GHC

Produção Assistencial dos Hospitais Próprios e do Grupo Hospitalar Conceição – GHC – 3º Quadrimestre de 2015.

Período: Janeiro a Dezembro de 2015.

PROCEDIMENTOS	HOSPITAL FEDERAL DO ANDARAÍ CNES: 2269384	MS HOSPITAL DE IPANEMA CNES: 2269775	MS HOSPITAL GERAL DE BONSUCESSO CNES: 2269880	MS HSE HOSPITAL FEDERAL DOS SERVIDORES DO ESTADO CNES: 2269988	MS HOSPITAL FEDERAL CARDOSO FONTES CNES: 2295423	MS HOSPITAL FEDERAL DA LAGOA CNES: 2273659
Internação	7.421	4.244	13.262	8.099	4.594	5.837
Consultas	63.996	99.144	179.406	255.599	140.132	171.824
Cirurgia	14.658	6.474	8.883	13.489	2.585	6.117
Partos	-	-	1.603	196		-
Exames Ambulatoriais	340.104	321.406	1.268.075	814.338	757.581	364.190
Outros Proced. Ambulatoriais	13.048	22.577	36.814	22.442	16.416	2.281

Período: GHC: Janeiro a Dezembro de 2015 / INSTITUTOS: Janeiro a Dezembro de 2015

PROCEDIMENTOS	GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO - GHC CNES: 2237571; 2265052; 2265060; 2265079; 2265087; 2265095; 2265109; 2265125; 2265133; 2265141; 2265168; 2265176; 2265184; 2265192; 2265206; 7114893.	INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA CNES: 2273276	INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA CNES: 2280132	INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA CNES: 2269821, 2273284, 2273454, 2273462 e 2273470
Internação	57.401	9.827	2.509	14.259
Consulta	1.477.279	141.022	42.745	301.850
Cirurgia	32.328	12.594	1.560	836.234
Partos	8.014	-	-	-
Exames Ambulatoriais	2.499.909	249.662	-	1.099.329
Outros Procedimentos Ambulatoriais	928.709	144.330	1.956	283.454

Consolidado por: NGI/CGA/DGH-RJ/SAS/MS

NOTA : Todas as informações que constam neste relatório foram extraídas através dos sistemas de produção ambulatorial e hospitalar (SIA e SIH) do MS, no dia 11/02/2016. Cabe ressaltar que tais informações estão sujeitas a alterações uma vez que o sistema permite que novos inputs de dados sejam lançados.

(-) Quantitativo não informado pela unidade.

Legenda:

- **Internação** - Produção SIH
- **Consultas** - Subgrupo 0301 - Consultas/Atendimentos/Acompanhamentos - SIA
- **Cirurgia** - Grupo 04 - Procedimentos Cirúrgicos - SIA e SIH
- **PARTO** - Normal - SIH
 - 03.10.01.003-9 - PARTO NORMAL
 - 03.10.01.004-7 - PARTO NORMAL EM GESTACAO DE ALTO RISCO
 - 03.10.01.005-5 - PARTO NORMAL EM CENTRO DE PARTO NORMAL (CPN) Cesária - SIH
 - 04.11.01.002-6 - PARTO CESARIANO EM GESTACAO DE ALTO RISCO
 - 04.11.01.003-4 - PARTO CESARIANO
 - 04.11.01.004-2 - PARTO CESARIANO C/ LAQUEADURA TUBARIA

- **Exames Ambulatoriais** - Grupo 02 - Procedimentos com finalidade diagnóstica - SIA
- **Outros Procedimentos Ambulatoriais** - atendimentos Ambulatoriais menos os itens Consultas e Exames Ambulatoriais.

4. Indicadores (Resultado Cumulativo)

Denominação	Fórmula de Cálculo	Unidade de medida	Meta 2015	Índice Apurado 2015			Fonte	Observações
				1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre		
Quantidade de municípios definidos no "Programa Brasil sem Miséria" implantados com o Programa "Farmácia Popular"	Quantidade de municípios atendidos com farmácias ou drogarias do Programa Farmácia Popular	unidade	1.614	1.610	1.639	1.644	DAF/SCTIE	Em 2015, foi superada a expectativa de chegar ao acumulado de 1.614 municípios beneficiados com o programa implantado desde 2012.
Número absoluto de óbitos por dengue	Número de óbitos confirmados por dengue, em determinado espaço geográfico, no período considerado.	unidade	328	290	572	863*	SINAN (SVS)	"Até a Semana Epidemiológica 53, correspondente ao período de 04/01/2015 a 02/01/2016, foram confirmados 863 óbitos. Isso representa um aumento de 81,7 % em relação ao mesmo período de 2014 quando foram confirmados 475 óbitos por dengue" (*) Dados preliminares.
Cobertura vacinal da tetravalente/pentavalente em menores de 1 ano	Nº de crianças menores de 1 ano vacinadas com a 3ª dose da tetravalente/pentavalente dividido pela População de menores de 1 ano x 100.	percentual	95	83,9	88,07	95	SI-PNI/ API/ Sinasc (SVS)	Dados preliminares de janeiro a novembro de 2015 demonstram que 2.720 municípios obtiveram cobertura vacinal adequada, ou seja, de 95%.
Número absoluto de casos de malária	Número absoluto de casos de malária na Região Amazônica	Unidade	145.500	36.102*	89.771*	137.811**	Sivep-Malária (SVS)	Em 2015: foram registrados 136.677 casos autóctones de malária na região Amazônica, o que equivale a uma IPA de 4,9 casos/1.000 habitantes. (*) Dados revisados em fevereiro de 2016. (**) Dados preliminares.
Percentual de óbitos maternos e de mulheres em idade fértil (MIF) investigados	Total de óbitos maternos e de mulheres em idade fértil (MIF) por causas presumíveis de morte materna investigados na região/ total de óbitos maternos e de MIF x 100	percentual	85	83,6*	77,9*	68,90	SIM (SVS)	(*) Dados revisados.

Denominação	Fórmula de Cálculo	Unidade de medida	Meta 2015	Índice Apurado 2015			Fonte	Observações
				1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre		
Número de amostras de água analisadas para o parâmetro coliforme total	Número de amostras de água examinadas para o parâmetro coliformes totais realizadas pela vigilância	unidade	70% - 510.711 análises	10,2% - 74.687 análises	27,7% - 202.005 análises	55% - 401.510 análises *	Sisagua (SVS)	É importante destacar que a inserção de dados no Sisagua evolui ao longo do ano, sendo que o maior volume de dados é inserido no final do ano e no começo do ano subsequente. (*) Dados preliminares. O resultado final dos indicadores do Programa Vigigagua referente ao ano de 2015 serão extraídos no final de março/2016.
Número de portadores de Hepatites Virais C com indicação de tratamento, recebendo medicamento	Número absoluto de portadores de Hepatites Virais C com indicação de tratamento, recebendo medicamento	unidade	15.000	14.861	11.216	14.861	SVS	Trata-se de indicador não cumulativo cuja estimativa é realizada a partir dos dados de consumo médio mensal (CMM) dos medicamentos enviados pelos estados ao Departamento de Assistência Farmacêutica (DAF/SCTIE) e repassada ao Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais (DDAHV/SVS).
Índice de Risco Sanitário em Portos, Aeroportos e Fronteiras	Riscos identificados em fiscalizações dividido pelos Riscos aplicáveis nas mesmas fiscalizações, multiplicado por 100.	Percentual	9	6,84	6,91	6,91	Sistema Sagarana - software Risk Manager (Anvisa)	O índice do 3º quadrimestre de 2015 não foi apurado devido a uma limitação no acesso a informação no sistema Sagarana, por estar passando por uma revisão no seus algoritmos. Considerando que a série histórica do índice apurado se mantém em patamares constantes e abaixo da meta. A Agência optou em replicar o resultado apurado do 2º quadrimestre no 3º.
Total de unidades farmacêuticas produzidas (Fiocruz)	Total de unidades farmacêuticas produzidas no ano	unidade	270.000.000	-	135.884.332	187.396.902	Fiocruz	

Denominação	Fórmula de Cálculo	Unidade de medida	Meta 2015	Índice Apurado 2015			Fonte	Observações
				1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre		
Pacientes atendidos em atenção de referência pelos hospitais da Fiocruz ¹	Somatório do atendimento nas unidades de atenção por público alvo	unidade	84.640	-	37.186	77.217	Fiocruz	A meta não foi alcançada em decorrência da redução de profissionais na área assistencial e por fechamento temporário de serviços devido às adequações físicas.
Exame laboratorial realizado pelas unidades da Fiocruz.	Total de Exames laboratoriais de referência realizado no período	unidade	244.820	-	80.359	233.684	Fiocruz	O quantitativo de exames realizados é diretamente influenciado pela existência ou não de surtos endêmicos e epidêmicos no país.
Cobertura populacional estimada pelas equipes de atenção básica	Nº de ESF + Nº de ESF equivalente) X 3.000 em determinado local e período/Pop. no mesmo local e período X 100	%	74%	70,79	72,76	63,45	DAB/SAS	
Cobertura populacional estimada pelas equipes básicas de Saúde Bucal	Soma da carga horária dos cirurgiões dentistas/40 X 3.000 em determinado local e período/População no mesmo local e período.	%	53	52,69	52,82	38	DAB/SAS	
Cobertura de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS)	(Nº CAPS I X 0,5) + (nº CAPS II) + (Nº CAPSi) + (Nº CAPS III X 1,5) + (Nº CAPS ad) + (Nº CAPS ad III X 1,5)/População x 100.000	Taxa (/100.000)	A previsão de cobertura para 2015 está sendo estimada	0,92	0,93	0,97	Coord. Geral de Saúde Mental/SAS	Base populacional IBGE 2010: 190.732.694 habitantes.

¹ Hospitais da Fiocruz que são referências nas áreas de saúde da mulher e da criança (Instituto Nacional de Saúde da Mulher e da Criança) e de doenças infecciosas (Instituto de Pesquisa Clínica Evandro Chagas).

5. Resultados Qualitativos das Diretrizes da PAS – 3º Quadrimestre/2015

Diretriz 1 - Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada.

Uma das prioridades na implementação dessa diretriz será a ampliação do acesso e da qualidade da atenção primária por meio da elevação da quantidade das equipes de saúde da família e de saúde bucal. Ainda nesse nível de atenção, as prioridades estão voltadas para a adequação da infraestrutura das unidades básicas, aprimoramento dos parâmetros de qualidade e a expansão e qualificação do sistema. Com relação à atenção especializada, será privilegiada a organização dos serviços em redes, nas quais deverão ser qualificados o acolhimento e a humanização das práticas.

Resultados da PAS 2015

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (jan - dez)	Ação Orçamentária PLOA 2015
1. Ampliar a área física e/ou reformar 23 mil unidades básicas de saúde (UBS)	Nova UBS com obra de ampliada/ reformada concluída	4.368 (1.805 ampliadas; 2.563 reformadas)	1.535 reformas e 1.783 ampliações concluídas, totalizando 3.318 reformas e ampliações concluídas no ano.	2015.12L5 - Construção e Ampliação de Unidades Básicas de Saúde - UBS
2. Implantar 3.358 unidades básicas de saúde (UBS), passando de 36.892 UBS em 2011 para 40.250 até 2015	Nova UBS com obra de construção concluída	5.318	Foram 1.526 construções concluídas no ano.	2015.8577 – Piso de Atenção Básica Fixo (PO 0003)
3. Ampliar em 33,6 mil o número de agentes comunitários de saúde, passando de 250,6 mil agentes em dezembro de 2011 para 284,2 mil até 2015.	ACS implantado	1.831	No ano de 2015 houve um aumento de 552 ACS. Atingiu-se 266.250 ACS contratados no país ao final de 2015, representando uma cobertura de 66,65% da população brasileira.	2015.20AD - Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família
4. Ampliar em 8,1 mil o número de Equipes da Estratégia Saúde da Família, passando de 32,3 mil equipes em dezembro de 2011 para 40,4 mil em 2015.	Equipe implantada	1.431	No ano houve um incremento de 715 novas ESF. Atingiu-se 39.943 ESF no país ao final de 2015.	
5. Ampliar em 3,5 mil o número de equipes de saúde bucal, passando de 21,4 mil equipes em dezembro de	ESB implantada	1.000	No ano houve um incremento de 86 Equipes de Saúde Bucal. Atingiu-se	

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (jan - dez)	Ação Orçamentária PLOA 2015
2011 para 24,9 mil até 2015.			24.365 ESB no país ao final de 2015.	
6. Alocar até 13 mil médicos brasileiros e estrangeiros em regiões prioritárias para o SUS, por meio do Programa Mais Médicos.	Médico alocado no âmbito de Programa Mais Médicos	Meta alcançada	Em 2015 foram alocados 3.778 médicos, atingindo um total de 18.240 médicos em atividade pelo programa Mais Médicos.	2015.20AD- Piso de Atenção Básica Variável Saúde da Família (Mais Médicos)
7. Promover a adesão de 78% dos municípios brasileiros ao Programa Saúde na Escola até 2015.	Percentual de municípios com adesão ao Programa "Saúde na Escola"	87%	85,94% de adesão dos municípios	2015.20AD - Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família
8. Implantar 1.400 equipes de atenção domiciliar até 2015.	Equipe de atenção à saúde domiciliar implantada	360 (240 EMAD e 120 EMAP)	Em 2015 foram implantadas 70 EMAD e 38 EMAP, totalizando 108 equipes. No período 2012-2015 foram implantadas 592 EMAD e 319 EMAP, totalizando 911 equipes.	
9. Implantar 416 Centros de Especialidades Odontológicas, passando de 882 em dezembro de 2011 para 1.298 em 2015.	CEO implantado	100	Em 2015 foram implantados 4 Centros de Especialidades Odontológicas, totalizando 1.034 CEOs em funcionamento no país.	2015.8730 - Ampliação da Resolutividade da Saúde Bucal na Atenção Básica e Especializada
10. Qualificar 35 novos serviços de saúde no sistema prisional.	Serviço qualificado	Meta alcançada	-	-
11. Requalificar 235 serviços de saúde existentes no sistema prisional.	Serviço requalificado	186	12 Serviços requalificados no ano, totalizando 34 serviços requalificados no período 2012-2015.	2015.20B1 - Serviços de Atenção à Saúde da População do Sistema Penitenciário Nacional
12. Aumentar em 10% ao ano o número de transplantes de órgãos sólidos e não sólidos realizados, passando de 21.000 para 30.800.	Transplante de órgãos sólidos e não sólidos realizado	24.000	Até novembro foram realizados 23.400 transplantes no país.	2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade
13. Ampliação do tratamento do câncer, com incremento de 25% das cirurgias oncológicas e de 5% dos procedimentos quimioterápicos no Brasil, até 2015.	Ampliação de cirurgias oncológicas e procedimentos quimioterápicos (%)	10% das cirurgias e 5% dos procedimentos quimioterápicos	No ano de 2015 foram realizadas 258.435 mil cirurgias de câncer e 2.643.077 milhões de procedimentos de quimioterapia. Comparando-se o ano de 2015 com o de 2011, com dados	2015.8758 - Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Oncologia – INCA

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (jan - dez)	Ação Orçamentária PLOA 2015
			anualizados, observa-se uma ampliação de 12% das cirurgias para câncer e 23% dos procedimentos quimioterápicos realizados.	
14. Implantar, em todas as 27 unidades da federação do país, a Política de Atenção às Pessoas com Doença Falciforme e outras Hemoglobinopatias.	UF com Política implantada	Meta alcançada	-	-
15. Concluir o novo complexo integrado do Instituto Nacional de Câncer.	Complexo Implantado (%)	14%	1,67	2015.125H - Implantação do Complexo Integrado do Instituto Nacional de Câncer - INCa
16. Implantar 187 Centrais de Regulação.	Central de Regulação implantada	43	Em 2015 foram implantadas 47 Centrais de Regulação. No período 2012-2015, o total de Centrais de Regulação implantadas foi de 189.	2015.8721 - Implementação da Regulação, Controle e Avaliação da Atenção à Saúde
17. Implantar 1 unidade de Monitoramento Externo de Qualidade - MEQ dos exames citopatológicos em cada uma das 27 UF, até 2015.	Unidade MEQ implantada	8	No ano de 2015 foram habilitados 10 laboratórios como Tipo II (responsáveis por realizar os exames citopatológicos no âmbito do MEQ). No país existem 30 laboratórios habilitados como Tipo II, em 22 Unidades da Federação.	2015.20R4 - Apoio à Implementação da Rede Cegonha
18. Implantar o Plano de Expansão da Radioterapia, que contempla 80 serviços, sendo 39 ampliações de serviços já habilitados e 41 novos serviços, até 2015.	Serviço implantado / ampliado	37 ampliações	0	2015.8585 - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde (PO 0001)

Informações Adicionais

Este Objetivo contempla a ampliação do acesso e qualificação da oferta dos serviços inerentes às linhas de atuação responsáveis pelo atendimento direto à população: a Atenção Básica (AB) e de Média e Alta Complexidade (MAC), em todos os seus segmentos.

A atenção básica em saúde vem ocupando cada vez mais centralidade no SUS como ordenadora dos sistemas municipais, atuando como eixo estruturante de muitos programas e projetos no âmbito federal. O reconhecimento nacional e internacional que o SUS tem conquistado com a AB justifica-se não só pela rapidez e escala da sua expansão de cobertura, como também pelos resultados associados ao modelo prioritário de organização deste nível de atenção: a Estratégia Saúde da Família (ESF).

A ESF está presente em mais de 95% dos Municípios, priorizando as áreas mais pobres, onde as necessidades de saúde são maiores. Em termos de cobertura, a Estratégia de Saúde da Família alcançou em 2015 a cobertura de 63,45% da população brasileira, o que corresponde a 123 milhões de pessoas. Até dezembro de 2015, a Estratégia contou com 39,9 mil equipes atuando em 5.459 Municípios. Em relação aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), conta-se com 266.250 ACS contratados, representando uma cobertura de 66,65% da população brasileira.

Também, em 2015, o Ministério da Saúde continuou a adequação do contingente de profissionais da área médica e a expansão da infraestrutura física da oferta de saúde, com destaque para o Programa Mais Médicos, que tem por finalidade a redução da carência de médicos e a expansão da infraestrutura física da oferta de saúde nas regiões prioritárias para o Sistema Único de Saúde (SUS).

Em 2015, foram alocados mais 3.778 médicos, atingindo um total de 18.240 médicos em atividade em 4.058 Municípios e 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI) desde a sua criação. Para a reposição de vagas, foram realizados editais em janeiro, julho e outubro de 2015. Todas as vagas foram preenchidas por médicos com registro no Brasil ou brasileiros formados fora do Brasil. O Governo Federal superou, portanto, a meta inicial estipulada de garantir a cobertura de Atenção Básica a 46 milhões de pessoas, chegando a alcançar 63 milhões de beneficiados.

No âmbito da saúde bucal observa-se o aumento significativo do acesso da população à atenção odontológica, assim como melhoria das condições da saúde bucal da população. Em 2015, até novembro, houve um incremento de 86 Equipes de Saúde Bucal, totalizando um incremento de aproximadamente 3.000 equipes no período 2012-2015, atingindo o total de 24.365 Equipes de Saúde Bucal no país, beneficiando 76,4 milhões de pessoas. O Programa conta, ainda, com 1.034 Centros de Especialidades Odontológicas (CEO).

Com a finalidade de aumentar a capacidade das gestões municipais, estaduais e federal, em conjunto com as equipes de saúde, o Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ), no segundo ciclo do Programa, que ocorreu entre maio de 2012 e setembro de 2015, participaram 30.523 (89%) equipes de atenção básica, das quais: i) 19.946 com saúde bucal; ii) 1.813 Núcleos de Apoio à Saúde da Família; e iii) 860 Centros de Especialidades Odontológicas, presentes em 5.070 Municípios.

A Assistência Especializada de Média e Alta Complexidade (MAC), estratégia para a integralidade da atenção à saúde, configura uma das faces mais visíveis da atuação e desempenho do SUS. As ações de Média Complexidade (MC) visam atender problemas de saúde que dependem da disponibilidade de profissionais especializados e do uso de recursos tecnológicos de apoio diagnóstico e terapêutico, por meio de procedimentos ambulatoriais e hospitalares. Já os serviços de Alta Complexidade (AC), que compreendem um conjunto de procedimentos que empregam alta tecnologia,

a um custo elevado, que se integram aos demais níveis de atenção, envolvendo procedimentos ambulatoriais e hospitalares.

No âmbito da atenção especializada, o Programa Melhor em Casa ampliou em 2015 a abrangência do atendimento do SUS fora do espaço hospitalar. Nesse âmbito, até dezembro de 2015, apresenta alcance de 48,5 milhões de habitantes. A assistência multiprofissional gratuita é realizada no lar do paciente, que recebe o cuidado mais próximo da família, proporcionando um serviço humanizado e acolhedor. Em 2015, foram constituídas 70 novas Equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar (Emad), formadas por médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem e fisioterapeutas, e 38 Equipes Multiprofissionais de Apoio (Emap), que são compostas por outros profissionais, de saúde, como fonoaudiólogos, nutricionistas e psicólogos. Assim, totalizam 911 Equipes desde o início do Programa, em novembro de 2011, sendo compostas por 592 Emad e 319 Emap.

Quanto à construção de novas UBS, até 2015 registra-se a conclusão de 3.486 obras de construção e 5.688 obras de reforma de Unidades Básicas de Saúde (UBS). Além disso, 4.680 obras de ampliação foram concluídas.

Em relação aos procedimentos de tratamento do câncer, foram realizadas 258,4 mil cirurgias de câncer, 2,6 milhões de procedimentos de quimioterapia e 9,6 milhões de procedimentos radioterápicos. O montante gasto com os procedimentos de tratamento (cirurgias de câncer, procedimentos de quimioterapia e procedimentos radioterápicos) representou R\$ 2,6 bilhões. Existem 283 hospitais habilitados em alta complexidade em oncologia

Em relação às cirurgias de transplante realizadas no Brasil, 95% são realizadas pelo SUS. O quantitativo total de transplantes realizados de janeiro até novembro de 2015 foi de 21,6 mil. No mesmo período, foram realizados mais de sete mil transplantes de órgãos sólidos e contabilizados 2,5 mil doadores efetivos. Em 2015, até o mês de novembro, a aceitação familiar em relação à doação de órgãos foi de 56%. Destaca-se, ainda, a manutenção do crescimento do Registro Nacional de Doadores Voluntários de Medula Óssea (Redome), fechando o ano com mais de 3,8 milhões de doadores cadastrados, sendo o terceiro maior registro de doadores voluntários de medula óssea do mundo e o maior com financiamento exclusivamente público.

Também, até dezembro de 2015 foi assegurada a disponibilidade de 3,21 UI per capita de Fator VIII e 0,65 UI per capita de Fator IX para o tratamento dos pacientes com hemofilia A e B, respectivamente, considerando os quantitativos armazenados e distribuídos pelo Ministério da Saúde.

Diretriz 2 - Aprimorar a rede de urgência e emergência, com expansão e adequação de UPAs, SAMU, PS e centrais de regulação, articulando-a com outras redes de atenção.

A Rede de Urgência e Emergência (RUE) envolve a atenção à saúde em todos os níveis de complexidade. A abrangência dos serviços em caráter de urgência e emergência torna necessária a qualificação das unidades de atendimento que operam com essa finalidade. O espectro de serviços abrange desde o contato inicial em situação de urgência e emergência, os cuidados necessários e o encaminhamento para a continuidade do tratamento, quando prescrito.

Um dos componentes mais importantes da RUE é o Serviço Móvel de Urgências e Emergências (Samu), com as unidades de Suporte Avançado e Suporte Básico de Vida, portadoras de conformações adequadas a cada situação de saúde e atendimento de acordo com o encaminhamento das Centrais de Regulação Médica. Para que seja comprovada a efetividade do atendimento, além da ampliação da cobertura pelo SAMU e pelas UPAs, é necessária a qualificação das unidades de prontos socorros, principais portas de entrada para as urgências. Essa qualificação constitui-se na base de operacionalização dessa diretriz. Essa rede será organizada de modo a ampliar o acesso humanizado, integral, ágil e oportuno aos usuários em situação de urgências nos serviços de saúde.

Resultados da PAS 2015

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan- Dez)	Ação Orçamentária PLOA 2015
1. Adquirir 2.160 ambulâncias até 2015	Ambulância adquirida	500	388 novas unidades foram adquiridas e entregues em 2015, totalizando 2.916 no período 2012-2015. ²	2015.8933 - Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Hospitalar (PO 0005)
2. Implantar ou expandir 64 novas centrais de regulação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), até 2015	Central de Regulação do SAMU implantada/ expandida	8	4 novas centrais de regulação foram implantadas em 2015, totalizando 28 no período 2012-2015.	2015.8933 - Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Hospitalar
3. Estruturar 231 unidades de atenção especializada dentro das Redes de Urgência e Emergência até 2015	Unidade de atenção especializada estruturada	Meta alcançada	Em 2015, foram estruturadas mais 21 unidades (portas hospitalares) que começaram a receber incentivo de custeio, totalizando 299.	-

² Outras 177 unidades serão entregues em 2016 totalizando 2.916 ambulâncias adquiridas e entregues no período de 2012 a 2015.

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan- Dez)	Ação Orçamentária PLOA 2015
4. Implantar 2.163 leitos hospitalares (leitos de UTI, UCI, UTI neonatal, leitos clínicos de retaguarda, leitos de reabilitação) dentro das Redes de Urgência e Emergência até 2015 ³	Leito hospitalar implantado	540	Em 2015 foram implantados um total de 745 leitos, dos quais, 285 UTI adulto, 6 pediátrico e 87 neonatal, além de 18 UCO, 242 UCInco e 107 UCInca.	2015.8933 - Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Hospitalar
5. Implantar 500 unidades de pronto atendimento, passando de 596 em 2011 para 1.096 até 2015	UPA em funcionamento	110	Até 2015 foram implantadas 987 UPA, das quais, 427 entraram em funcionamento. ⁴	2015.12L4 - Implantação, Construção e Ampliação de Unidades de Pronto Atendimento - UPA

³ Após a avaliação do PPA de 2013 foram considerados apenas os leitos habilitados de UTI (adulto, pediátrico e neonatal), excluindo os leitos clínicos de retaguarda, os quais são leitos para complementar o atendimento às Portas de Entrada Hospitalares de Urgências, os quais dependem da disponibilização de leitos das instituições hospitalares, públicas ou privadas, por meio da organização de suas enfermarias clínicas, para estarem aptas a receber custeio diferenciado (Art. 12, da Portaria nº 2.395, de 11 de outubro de 2011).

⁴ A meta considerada como UPA implantada as propostas vigentes (aprovadas). Cabe esclarecer que a meta PPA foi reescrita por orientação do TCU e encaminhada ao MPOG para alteração de "implantação de 500 UPA 24h" para "aprovação em investimento de 500 UPA 24h", com solicitação de correção no PPA e RAG.

Informações Adicionais

Em 2015, foi estabelecido que as solicitações de habilitação de UTI fossem feitas por meio do Sistema de Apoio a Implementação de Políticas de Saúde (SAIPS), com o objetivo de informatizar, padronizar e dar maior agilidade aos processos.

O sistema SAIPS foi instituído pela Portaria SAS/MS Nº 281 GM/MS, de 27/02/2014. Após a publicação da portaria mencionada, foram capacitadas as equipes e desenvolvidos os requisitos específicos de cada área técnica. Atualmente já foi finalizada a construção do sistema e capacitação da equipe para atender aos pedidos de habilitação de UTI.

Assim, toda a documentação necessária à habilitação de UTI deverá ser enviada pelo SAIPS, e a documentação física armazenada no próprio município, conforme Portaria nº 1.954, de 06/09/2013.

O sítio para acessar o SAIPS é <http://saips.saude.gov.br>. Antes de cadastrar a proposta para solicitação de habilitação, é importante os solicitantes lerem o manual disponível no link <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/585-sas-raiz/saips/l1-saips/10617-manuais>. Neste link há manuais que orientam o cadastro do gestor e a forma como os documentos solicitados devem ser inseridos.

O SAIPS está sendo utilizado para habilitação em custeio de UPA e SAMU (custeio e incentivos). Ainda não foi implantada a possibilidade de solicitação de habilitação de leito de UTI pelo sistema.

As metas e objetivos para o segundo semestre de 2015 referente ao SAMU 192 consistiram em duas frentes: as habilitações e qualificações dos serviços; e aquisição de unidades móveis para suprir as necessidades das centrais de regulação.

No concernente à aquisição de ambulâncias, durante o ano de 2015, foram adquiridas 565, das quais, 177 serão entregues para o início do ano de 2016. Assim, meta inicial foi superada com as aquisições de ambulâncias.

Em 2015 foram aprovadas 21 UPA 24h para recurso de investimento. Assim a meta de aprovação de 500 UPA 24h no PAC2 foi atingida. Cabe esclarecer que a meta PPA foi reescrita por orientação do TCU e encaminhada ao MPOG para alteração de "implantação de 500 UPA 24h" para "aprovação em investimento de 500 UPA 24h", com solicitação de correção no PPA e RAG.

Diretriz 3 - Promover atenção integral à saúde da mulher e da criança e implementar a Rede Cegonha, com especial atenção às áreas e populações de maior vulnerabilidade.

A implementação dessa diretriz organiza-se a partir do desenvolvimento da “Rede Cegonha” (estratégia de qualificação da atenção obstétrica e infantil), por intermédio de um conjunto amplo de medidas voltadas a garantir: (i) acolhimento, ampliação do acesso e qualidade do pré natal; (ii) vinculação da gestante à unidade de referência e ao transporte seguro; (iii) boas práticas e segurança na atenção ao parto e nascimento; (iv) atenção à saúde das crianças de zero a 24 meses, com qualidade e resolubilidade; e (v) ampliação do acesso ao planejamento reprodutivo.

Há também ênfase ao tratamento oncológico, por meio de incentivos à renovação dos equipamentos de alta voltagem, da implementação de centros de diagnóstico do câncer de colo de útero e unidade de diagnóstico do câncer de mama, além da qualificação desses pontos de atenção para aprimoramento dos exames realizados.

Resultados da PAS 2015

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan – Dez)	Ação Orçamentária PLOA 2015
1. Adequar a ambiência de 120 maternidades (reforma, aquisição de equipamentos e materiais) para a atenção humanizada ao parto e nascimento.	Maternidade com ambiência adequada	50	Até 2015 foram concluídas 10 obras, contemplando 09 serviços; 36 obras estão em execução em 36 serviços distribuídos; e, no que se refere a equipamentos, foram pagas 96 propostas, contemplando 88 serviços.	2015.20R4 - Apoio à Implementação da Rede Cegonha
2. Habilitar 276 serviços como Maternidade para Atenção à Gestação de Alto Risco, passando de 197 serviços em 2012 para 473 até 2015.	Serviço habilitado	60	No ano de 2015 foram habilitados 34 serviços. Desde 2012 foram habilitados 75 serviços.	2015.20R4 - Apoio à Implementação da Rede Cegonha
3. Ampliar em 684 o número de leitos de unidade de terapia intensiva neonatal, passando de 3.775 leitos em 2011 para 4.459 até 2015	Leito de UTI neonatal implantado	226	112	

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan – Dez)	Ação Orçamentária PLOA 2015
4. Implantar 20 novas Casas de Gestante, Bebê e Puérpera (CGBP), passando de 36 casas em 2011 para 56 até 2015.	CGBP implantada	7	O total do período 2012-2015 foi de 13 CGBPs Implantadas.	2015.20R4 - Apoio à Implementação da Rede Cegonha
5. Implantar 30 novos Centros de Parto Normal, passando de 35 para 65 até 2015.	Centro de parto normal implantado	14	O total do período 2012-2015 foi de 40 CPNs Implantados.	
6. Capacitar 1.300 parteiras tradicionais até 2015.	Parteira capacitada	120	126 parteiras tradicionais	2015.8762 - Implementação de Ações e Serviços às Populações em Localidades Estratégicas e Vulneráveis de Agravo
7. Custear 3.141 leitos adicionais de unidades de cuidado intermediário neonatal (UCI), passando de 349 leitos custeados em 2011 para 3.490 até 2015.	Leito adicional de UCI custeado	1.436	359 novos leitos de UCIN.	2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade
8. Realizar 12 milhões de mamografias, na faixa etária de 50 a 69 anos, entre os anos de 2012 a 2015.	Mamografia realizada	5.058.997	Em 2015 foram realizadas 2,2 milhões de mamografias para rastreamento em mulheres de 50 a 69 anos.	2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade
9. Realizar 36 milhões de exames de citopatologia, na faixa etária de 25 a 64 anos, entre os anos de 2012 a 2015.	Exame citopatológico realizado	10.953.072	Em 2015 foram realizados 6,3 milhões de exames citopatológicos em mulheres de 25 a 64 anos.	
10. Garantir a oferta do teste de eletroforese para as gestantes usuárias do SUS em 100% dos municípios brasileiros, de acordo com o protocolo de pré-natal proposto pela Rede Cegonha.	Percentual de municípios com teste disponibilizado	60%	Até dezembro de 2015, 1.236 (21%) dos municípios possuem o teste de eletroforese para as gestantes usuárias do SUS.	2015.8535 - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde
11. Garantir a oferta de teste rápido da sífilis para 100% das gestantes usuárias do SUS, de acordo com o protocolo de pré-natal proposto pela Rede Cegonha.	Percentual de gestantes com teste realizado	50%	2,2 milhões	2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade
12. Implantar 50 serviços de referência para o diagnóstico do câncer de mama, até 2015.	Serviço de referência implantado	45	1	2015.8535 - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde
13. Implantar 20 serviços para ampliação do acesso à confirmação diagnóstica e	Serviço de diagnóstico e tratamento de lesões	6	5	

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan – Dez)	Ação Orçamentária PLOA 2015
tratamento de lesões precursoras de câncer de colo de útero, até 2015.	precursoras implantado			
14. 3.034 municípios realizando suplementação de megadoses de vitamina A para crianças de 6 a 59 meses de idade.	Município realizando suplementação	3.034	Em 2015 houve expansão do Programa Nacional de Suplementação de Vitamina A, para crianças de 6-59 meses contemplando 3.562 Municípios, dos quais 2.867 (80,5%) registraram dados no sistema de gestão do Programa e aproximadamente 3 milhões de crianças de 6-59 meses receberam a megadose de vitamina A.	2015.8735 - Alimentação e Nutrição para a Saúde
15. 60% das Equipes de Atenção Básica referindo disponibilidade de sulfato ferroso na UBS para prevenção de anemia em crianças menores de 2 anos.	Equipe de Atenção Básica referindo disponibilidade de sulfato ferroso nas UBS (%)	60%	No ciclo referente à avaliação externa do Programa (PMAQ) em 2013/2014, o indicador referente à disponibilidade de sulfato ferroso considerou a avaliação de 29.696 equipes localizadas em 23.584 UBS. Assim, a avaliação mostrou que havia disponibilidade de sulfato ferroso em 68,3% das unidades básicas de saúde e 63,0% das equipes informaram que possuíam sulfato ferroso na UBS em quantidade suficiente para as suas ações	
16. Ampliar a investigação de óbitos infantis e fetais, passando de 24% em 2010 para 70% até 2015.	Proporção de óbitos infantis e fetais investigados	70	74,2% dos Óbitos infantis e fetais ocorridos em 2014 foram investigados.	2015.20YJ - Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (PO - 000A)
17. Ampliar a investigação dos óbitos maternos para 85% até 2015.	Proporção de óbitos maternos investigados	85	91,2% dos Óbitos maternos ocorridos em 2014 foram investigados	
18. Ampliar a investigação dos óbitos de mulheres em idade fértil (MIF) para, no mínimo, 85% até 2015.	Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil (MIF) investigados	85	83,7% dos Óbitos de mulheres em idade fértil ocorridos em 2014 foram investigados.	

Informações Adicionais

A estratégia Rede Cegonha contou com vários avanços no período 2011 a 2015. Todos os estados já aderiram à Rede Cegonha, contemplando 5.488 Municípios, beneficiando mais de 2,5 milhões de gestantes. Mais de 50% das regiões de saúde do País já elaboraram os Planos de Ação Regional (PAR), 11 estados se encontram com 100% das Regiões de Saúde com PAR.

Atenção ao pré-natal, incentivo ao parto natural e redução do número de cesáreas desnecessárias, redução da mortalidade materna, enfrentamento da violência contra a mulher, planejamento familiar, assistência ao climatério, assistência às mulheres negras e população LGBT são áreas prioritárias de atuação em saúde da mulher.

Essa atuação compreende o reconhecimento do conceito de atenção como o cuidado médico e de toda a equipe de saúde referenciado às práticas educativas, entendidas como estratégia para a capacidade crítica e a autonomia das mulheres.

A Política de Atenção Integral à Saúde da Mulher, por meio da estratégia Rede Cegonha, contou com vários avanços no período de 2011 a 2015, especialmente nos eixos da Atenção às Mulheres em Situação de Violência e da Atenção Obstétrica.

Todos os Estados e o Distrito Federal já aderiram à Rede Cegonha e mais da metade das regiões de saúde já elaboraram seus planos de ação, beneficiando mais de 2,5 milhões de gestantes. Além disso, mais de 2,6 milhões de unidades de Caderneta da Gestante foram distribuídas aos Estados, ao DF e aos Municípios no período de 2014 a outubro de 2015. Desde dezembro de 2015, informações relacionadas à proteção individual e coletiva, visando a redução da infestação por meio do aedes aegypti e contaminação de gestantes com doenças transmitidas por estes mosquitos foram preparadas por especialistas e disponibilizadas à rede SUS e nas Cadernetas das Gestantes. Mais de 50% das regiões de saúde do País já elaboraram os Planos de Ação Regional, beneficiando mais de 2,5 milhões de gestantes. Além disso, foram disponibilizadas mais de 1,7 milhão de unidades de Caderneta da Gestante.

Estão em curso ações de incentivo do parto normal e a redução de cesarianas, tendo sido lançada, em 2015, a Campanha de Incentivo ao Parto Normal e o Protocolo Clínico e Diretriz Terapêutica (PCDT) de Cesariana pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologia no SUS (Conitec). Está em fase final de elaboração o PCDT de parto normal. Além disso, encontra-se em desenvolvimento ações em 28 hospitais (SUS e privados) com altos índices de cesariana – Projeto Parto Adequado, em parceria com o Hospital Albert Einstein.

Em 2015 foram criados 112 Unidades de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN) e 359 Unidades de Cuidados Intermediários Neonatais (UCIN). Como resultado da atuação em rede, entre janeiro de 2011 e outubro de 2015, foram criados 3.072 novos leitos neonatais, sendo 1.190 Unidades de Terapia Intensiva Neonatal (Utin) e 1.882 Unidades de Cuidados Intermediários Neonatais (UCI). Além disso, 4.718 leitos receberam custeio para qualificação do cuidado neonatal. Atualmente, há mais de sete mil leitos de UTI e UCI Neonatal habilitados no Brasil, sendo mais de três mil criados desde o início do Programa em 2011.

No âmbito da Rede Cegonha, foram distribuídos, em 2015, cerca de 2,2 milhões de testes rápidos de sífilis e 2,7 milhões de testes de HIV/Aids para gestantes. Desde maio de 2012, foram distribuídos 5,9 milhões de testes rápidos de sífilis e 8,9 milhões de testes de HIV/Aids para gestantes.

Em relação ao leite humano, mais de 835 mil litros com certificação de qualidade foram coletados de 2011 a 2015, sendo 649 mil litros distribuídos no período, beneficiando cerca de 836 mil recém-nascidos, envolvendo a participação de 822 mil mães integrantes voluntárias do programa de doação. Apenas em 2015, até outubro, 141 mil litros de leite humano foram coletados com a participação de 140 mil mães doadoras. Foram beneficiados 128 mil prematuros, que receberam 111 mil litros de leite humano certificados.

Manteve-se, também, a triagem neonatal (teste do pezinho) para fenilcetonúria, hipotireoidismo congênito e doença falciforme (fase II), universalizada, em todo o Brasil, desde 2013, bem como a detecção da fibrose cística (fase III). Em 2015, foram triados 2,2 milhões de recém-nascidos no teste do pezinho.

No intuito de realizar o rastreamento do câncer do colo do útero e do câncer de mama, no ano de 2015 foram realizados mais de 2,2 milhões exames de mamografia realizados na faixa etária preconizada de 50 a 69 anos, totalizando 9,1 milhões de exames para esta faixa etária de 2012 a 2015; além de mais de 6,2 milhões de exames citopatológicos, na faixa etária preconizada de 25 a 64 anos em 2015, totalizando 30,1 milhões de exames citopatológicos, para esta faixa etária, de 2012 a 2015.

Diretriz 4 - Fortalecer a rede de saúde mental, com ênfase no enfrentamento da dependência de Crack e outras drogas.

O modelo adotado para essa linha de atuação busca garantir a atenção à saúde e a livre circulação das pessoas com transtornos mentais. Para dar suporte a essa proposição o SUS conta com uma rede de serviços e equipamentos variados tais como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), os Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT), os Centros de Convivência e Cultura e os leitos de atenção integral (em Hospitais Gerais, nos CAPS III).

O fortalecimento dessa rede compreende o apoio financeiro à ampliação do acesso e a qualificação do tratamento a usuários e dependentes de álcool, crack e outras drogas, bem como o atendimento de seus familiares. Entre as estratégias, é fundamental o custeio dos consultórios na rua, incluindo a expansão dessas unidades, com a incorporação de equipes multidisciplinares volantes para o atendimento às pessoas em situação de rua, com desenvolvimento de ações de prevenção, redução de danos, promoção e cuidados básicos em saúde.

Resultados da PAS 2015

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan-Dez)	Ação Orçamentária PLOA 2015
1. Ampliar em 2.400 o número de beneficiários do Programa de Volta para Casa, passando de 3.786 em 2011 para 6.186 até 2015.	Novo beneficiado com o Programa "De Volta para Casa"	95	Em 2015, foram alcançados 45 novos beneficiários, totalizando 4.394 beneficiários.	2015.20AI - Auxílio-Reabilitação Psicossocial aos Egressos de Longas Internações Psiquiátricas no Sistema Único de Saúde (De Volta Pra Casa)
2. Implantar e implementar 3.600 leitos de atenção integral de saúde mental em hospitais gerais até 2015.	Leito implantado / qualificado	270	Até outubro de 2015, estavam habilitados 997 leitos de atenção integral de saúde mental em hospitais gerais.	2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade
3. Implantar e implementar 640 Centros de Atenção Psicossocial - CAPS (CAPS I, CAPS II, CAPS III, CAPSi e CAPSad), passando de 1.650 em 2011 para 2.290 até 2015.	CAPS implantado/ implementado	120	Até novembro de 2015, foram implantados 120 novos CAPS.	2015.20B0 - Atenção Especializada em Saúde Mental
4. Implantar e implementar 641 Unidades de Acolhimento até 2015.	UA implantadas/ implementadas	70	Até dezembro de 2015, estavam em funcionamento 69 Unidades de Acolhimento.	
5. Implantar 179 Consultórios na Rua, com atendimento direcionado à população em situação de rua até 2015.	Consultório na Rua implantado	162	Até dezembro de 2015 existiam 148 Consultórios na Rua em funcionamento, dos quais 119 financiadas pelo Ministério da Saúde.	2015.20AD - Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família

Informações Adicionais

De 2012 a outubro de 2015 foram financiados 206 Serviços Hospitalares de Referência, totalizando 997 leitos de saúde mental em Hospitais Gerais de Estados, Municípios e Distrito Federal, com o repasse anual de cerca de R\$ 67 mil por leito/ano.

Para fornecer apoio financeiro aos segmentos populacionais com fragilidade de renda, o Programa de Volta para Casa oferece bolsas para egressos de longas internações em hospitais psiquiátricos, possibilitando a manutenção do tratamento com base residencial. Neste contexto, o processo de retorno à comunidade de antigos moradores de manicômios foi reforçado com o incentivo à abertura de 60 residências terapêuticas, além do aumento da rede CAPS já mencionado, e do Programa de Volta Para Casa, que atingiu 4.394 pessoas com o benefício mensal de R\$ 412.

Até novembro de 2015 havia 148 Consultórios na Rua em funcionamento, sendo 119 financiados pelo Ministério da Saúde. Em 2015 foram habilitados 19 CAPS ad, totalizando 88 em todo o Brasil. Até dezembro de 2015 estavam em funcionamento 31 infanto-juvenis e 38 Unidades de Acolhimento adulto, totalizando 69 Unidades de Acolhimento em funcionamento no país. Cabe considerar os repasses de construção de UA infanto-juvenil. De 2013 a 2014, foram aprovadas 68 propostas de construção, resultando em uma boa perspectiva de abertura de novos serviços.

Diretriz 5 - Garantir a atenção integral à saúde da pessoa idosa e dos portadores de doenças crônicas, estimulando o envelhecimento ativo e saudável e fortalecendo as ações de promoção e prevenção.

A diretriz cinco reforça a necessidade de que as ações voltadas às pessoas idosas ampliem, sobretudo, o seu grau de independência para o auto-cuidado – envolvendo, além da pessoa idosa, seus familiares e comunidade. A construção de um Modelo de atenção Integral à Saúde da Pessoa Idosa visa dispor sobre a organização do cuidado ofertado nos territórios, além de investir na formação/atualização de gestores, profissionais e cuidadores, quanto ao tema, qualificando a atenção ofertada nos diferentes pontos de atenção da Rede de Atenção à Saúde (RAS), melhorando também, a acessibilidade e o acolhimento. Além das ações de atenção, o modelo enfatiza a importância de investir em ações de promoção e prevenção, tendo o envelhecimento ativo como uma de suas diretrizes. Insere-se nesse modelo, a ampliação da atenção biopsicossocial à pessoa idosa em situação de violência, bem como a ampliação e estruturação de ações e serviços para identificação e diagnóstico precoce, tratamento e reabilitação às pessoas com agravos neuropsíquicos e deficiências, em conformidade com o processo de implantação da rede de cuidados às pessoas com deficiência, no âmbito do Programa Viver Sem Limites.

Resultados da PAS 2015

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan-Dez)	Ação Orçamentária PLOA 2015
1. Capacitar 5.500 gestores e profissionais do SUS em Saúde da Pessoa Idosa e Envelhecimento.	Profissional capacitado	1.000	445 profissionais capacitados no ano.	2015.6178 - Implementação de Políticas de Atenção à Saúde da Pessoa Idosa
2. Implantar 45 Centros Especializados em Reabilitação até o final de 2014, no âmbito do Programa Viver sem Limites.	Centro Especializado em Reabilitação em funcionamento	Meta alcançada	135 Centros Especializados em Reabilitação (CERs) habilitados, ou seja, em funcionamento.	2015.8535 - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde
3. Implantar 6 oficinas ortopédicas fixas, 7 oficinas ortopédicas itinerantes terrestres e 6 oficinas ortopédicas fluviais no país, até 2014, no âmbito do Programa Viver sem Limites.	Oficina Ortopédica implantada	Meta alcançada ⁵	24 Oficinas Ortopédicas Fixas em funcionamento.	2015.8535 – Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde

⁵ A entrega dos equipamentos de oficinas ortopédicas fluviais está prevista para setembro/outubro de 2015.

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan-Dez)	Ação Orçamentária PLOA 2015
4. Implantar a Fase IV do Programa Nacional de Triagem Neonatal em todas as Unidades da Federação, até 2014, no âmbito do Programa Viver sem Limites.	Fase IV Implantadas em todas as Unidades da Federação	Meta alcançada	-	-
5. Qualificação de 420 Centros de Especialidades Odontológicas - CEO para atendimento a pessoas com deficiência até 2014.	CEO qualificado	Meta alcançada	490 CEO qualificados para atendimento à pessoa com deficiência.	-
6. Reformulação da Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa e distribuição de 6.000.000 de Cadernetas até 2015.	Caderneta distribuída	3.672.000	A primeira tiragem da 3ª.edição foi de 1.022.000 exemplares e a distribuição contemplou 582 municípios.	2015.6178 - Implementação de Políticas de Atenção à Saúde da Pessoa Idosa
7. Realizar inquérito telefônico para vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas (Vigitel) anualmente até 2015.	Inquérito realizado	1	No período de maio a dezembro de 2015, as entrevistas foram realizadas conforme o planejado, totalizando 54.174, com os resultados a serem lançados em 2016.	2015.20YJ - Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (PO - 0005)

Informações Adicionais

Em 2015 foi concluída a capacitação de 445 profissionais de saúde em envelhecimento e saúde da pessoa idosa; no período de 2012 a 2015 foram capacitados, por meio de oficinas, cursos de atualização e especialização, um total de 5.578 profissionais de saúde, com vistas a qualificar o cuidado ofertado pelo SUS a essa população.

A campanha nacional de vacinação contra a gripe em 2015 atingiu a marca de 88,99% de cobertura do público alvo (pessoas maiores de 60 anos).

Com relação ao Programa Viver sem Limite (que integra o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência), até 2015 houve vários avanços no âmbito do eixo de atenção à saúde, tais como:

- habilitação e funcionamento de 135 Centros Especializados em Reabilitação;
- implantação e funcionamento de 24 oficinas ortopédicas fixas;
- inclusão de novos procedimentos à Tabela do SUS, tais como: 1. manutenção e adaptação de Órteses, Próteses e Materiais (OPM); 2. novos modelos de cadeiras de roda, como cadeira de rodas motorizada (adulto e infantil), cadeira de rodas monobloco e cadeiras de rodas para pessoas acima de 90 kg; 3. Kit sistema FM para pessoas com deficiência auditiva.

Para o ano de 2015, foi planejada a habilitação das Oficinas Ortopédicas Itinerantes Fluviais e das Oficinas Ortopédicas Itinerantes Terrestres, contudo, tais ações não foram executadas, ou seja, esses estabelecimentos de saúde não estão em efetivo funcionamento.

No que se refere às Oficinas Ortopédicas Itinerantes Fluviais, o novo Termo de Referência encontra-se em elaboração. Quanto às Oficinas Ortopédicas Itinerantes Terrestres, 05 (cinco) oficinas foram entregues, no entanto, os gestores locais ainda não finalizaram as propostas de habilitação.

Até 2015 o Projeto Vida no Trânsito atingiu 30 municípios, dos quais 26 capitais: Belo Horizonte, São Paulo, Vitória, Campo Grande, Goiânia, Cuiabá, Brasília, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre, Palmas, Rio Branco, Macapá, Manaus, Boa Vista, Belém, Porto Velho, Natal, Recife, Maceió, Fortaleza, Teresina, João Pessoa, São Luís, Salvador e Aracaju. Rio de Janeiro aguarda a institucionalização do Comitê Intersetorial de acompanhamento do PVT. Municípios acima de um milhão de habitantes: Campinas, Guarulhos. Além destes, no Estado do Paraná implantaram o PVT Foz do Iguaçu e São José dos Pinhais.

Diretriz 6 - Implementar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, articulado com o SUS, baseado no cuidado integral, observando as práticas de saúde e as medicinas tradicionais, com controle social, garantindo o respeito às especificidades culturais.

Os cuidados preconizados nessa diretriz terão como foco a família indígena, cujas necessidades de saúde deverão ser atendidas mediante ações intersetoriais, com vistas a garantir a integralidade na atenção.

Resultados da PAS 2015

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan-Dez)	Ação Orçamentária PLOA 2015
1. Ampliar a cobertura vacinal para 80% da população indígena menor de 7 anos até 2015, conforme o calendário de imunização específico estabelecido pelo Ministério da Saúde.	Cobertura vacinal ampliada (%)	80	80,4	2065.20YP - Promoção, Proteção, Vigilância, Segurança Alimentar e Nutricional e Recuperação da Saúde Indígena (Plano orçamentário 0002 - Promoção, vigilância, proteção e recuperação da saúde indígena)
2. Estabelecer até 2015, contratos de ação pública com os estados e municípios com serviços de média e alta complexidade na área de abrangência dos 34 Distritos Sanitário Especial Indígena.	DSEI inseridos nos COAP assinados	7	Em 2015, assim com nos anos de 2013 e 2014, não houve assinatura de Termos do COAP.	
3. Distritos Sanitários Especiais Indígenas participando dos Planos de Ação da Rede Cegonha até 2015.	DSEI inserido nos planos de ação da Rede Cegonha nos estados em que os planos estão elaborados.	14	26 DSEI estão inseridos em algum dos componentes da Rede Cegonha.	
4. Implantar, até 2015, 700 sistemas de abastecimento de água em aldeias indígenas.	Sistema de abastecimento de água implantado (SAA)	220	38 SAA em 2015, totalizando 340 no período 2012 a 2015. ⁶	

⁶ Para esta meta está sendo considerado como “SAA implantado” aquele com obra de construção contratada. No período de 2012-2015 foram concluídas 54 novas obras de Sistemas de Abastecimento de Água.

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan-Dez)	Ação Orçamentária PLOA 2015
5. Reformar 31 Casas de Saúde Indígena (CASAI) até 2015.	CASAI reformada / ampliada	10	4 em 2015, totalizando 29 no período 2012 a 2015. ⁷	2065.20YP - Promoção, Proteção, Vigilância, Segurança Alimentar e Nutricional e Recuperação da Saúde Indígena (Plano orçamentário 0003 - Estruturação de Unidades de Saúde para Atendimento à População Indígena)
6. Implantar 24 Casas de Saúde Indígena (CASAI) até 2015.	CASAI implantada	3	0 em 2015 e 3 no período de 2012 a 2015. ⁸	
7. 5ª Conferência de Saúde Indígena realizada em 2013.	Conferência realizada	Meta alcançada	Meta alcançada	-

⁷ Nesta meta está sendo considerada como “casai reformadas” aquelas cujas obras de reforma foram contratadas.

⁸ Para esta meta está sendo considerado como “CASAI implantada” aquela com obra de construção contratada.

Informações Adicionais (Atualizar/complementar)

As Equipes Multiprofissionais de Saúde Indígena realizaram, em 2015, nos 34 Distritos Especiais de Saúde Indígena (DSEI), 886.763 atendimentos médicos, mais de 2 milhões de atendimentos de enfermagem, 606.277 atendimentos odontológicos e 3,8 milhões de atendimentos por técnicos de enfermagem. No tocante às ações de atendimento para grupos prioritários, foram realizados 77.005 atendimentos a gestantes e 28.978 atendimentos a crianças menores de um ano de idade.

Além das ações de atenção básica, foram realizadas três expedições clínico-cirúrgicas, com a realização de mais 772 cirurgias, 7.612 consultas médico e odontológico e 10.972 exames e procedimentos.

Quanto às ações de imunização, até dezembro de 2015, 67.315 crianças menores de sete anos completaram o esquema vacinal, o que corresponde a 80,4 % da população alvo. Os dados de 2015 são parciais e sujeitos à alteração (31 DSEI).

Importante, destacar que durante o ano de 2015 houve a verificação e fechamento dos índices apurados nos anos anteriores, a saber:

Ano base 2014: 96.605 crianças menores de 7 anos tiveram seus esquemas vacinais completos, o que corresponde a 78,6% da população alvo no período.

Ano base 2013: 93.508 crianças menores de sete anos completaram o esquema vacinal, o que corresponde a 75,2% da população. Em 2013, somente durante o mês da vacinação dos povos indígenas, foram aplicadas 183.038 doses de vacina, em 137.104 indígenas residentes em 1.144 (94,2%) aldeias e 142 (98,6%) polos- base.

Ano base 2012: 89.220 crianças menores de 7 anos completaram o esquema vacinal, correspondendo a 73,0% da população alvo no período.

A Sesai tem implementado projetos de qualificação das estratégias de cuidado para prevenção do suicídio nos dez DSEI prioritários, além de ações para mitigar os danos causados pelo impacto do suicídio junto aos povos indígenas, assim como de outros agravos relacionados à saúde mental: i) uso prejudicial de álcool e outras drogas, incluindo óbitos relacionados ao uso destas substâncias; ii) situações de violência; e iii) transtornos mentais. Também foram realizadas capacitações das equipes multidisciplinares de saúde indígena em cinco DSEIs; visitas técnicas para potencializar as pactuações com a rede de apoio (comunidades e Rede de Atenção Psicossocial – RAPS) e estabelecer fluxos de informações; e uma Oficina de Qualificação de Estratégias de Prevenção ao Suicídio nos Povos Indígenas. (Fonte: Mensagem Presidencial 2016).

Com o intuito de aprimorar o atendimento à saúde nas áreas indígenas, foi ampliado o contingente de profissionais, tendo sido incorporados, até dezembro de 2015, 344 médicos, sendo nove originários do Programa de Valorização dos Profissionais de Atenção Básica, oito médicos brasileiros, 25 intercambistas e 302 médicos cubanos do Programa Mais Médicos. (Fonte: Mensagem Presidencial 2016).

Quanto ao controle social, foram realizadas seis reuniões do Fórum de Presidentes de Conselho Distrital de Saúde Indígena, 203 reuniões de Conselhos Distritais de Saúde Indígena, 538 reuniões de Conselhos Locais de Saúde Indígena e foram capacitados 2.582 conselheiros de saúde indígena.

Com relação ao saneamento básico, no período de 2012 a 2015, houve 340 novas contratações de obra para implantação de Sistemas de Abastecimento de Água (SAA), sendo: 128 em 2012; 134 em 2013; 40 em 2014 e 38 em 2015. No mesmo período foram concluídas 205 novas obras de Sistemas de Abastecimento de Água, dos quais 151 em 2015.

Vale ressaltar que além das implantações, a SESAI acumulou ,nesse mesmo período, a contratação de mais de 222 obras de reforma/ ampliação visando o bom funcionamento dos SAA existentes, das quais 156 já foram concluídas; a contratações de mais de 142 obras de Melhorias Sanitárias e Domiciliares (MSD), com 99 obras já entregues.

Com relação às obras de estruturação física para atendimento à saúde indígena, no período de 2012 a 2015, foram entregues 03 novas Casas de Saúde indígena (CASAI) e foram contratadas 29 obras de reformada/ ampliação, das quais 24 foram concluídas em 16 CASAI.

As CASAI beneficiadas com as contratações de obras para reforma/ ampliação foram:

Ano 2012 – 06:

1. Reforma da CASAI Altamira – DSEI Altamira;
2. Reforma da CASAI Barra do Garças – DSEI Xavante;
3. Reforma da CASAI Boa Vista – DSEI Yanomami;
4. Reforma da CASAI Juína – DSEI Vilhena;
5. Reforma da CASAI Macapá – DSEI Amapá e Norte do Pará; e
6. Reforma da CASAI Rio Branco – DSEI Alto Rio Purus.

Ano 2013 – 07 obras contratadas nos seguintes Dsei:

1. Reforma da CASAI São Félix do Xingu (DSEI Kaiapó do Pará);
2. Reforma da CASAI Redenção (DSEI Kaiapó do Pará);
3. Reforma da CASAI Ourilândia do Norte (DSEI Kaiapó do Pará);
4. Reforma da CASAI Rio Branco (DSEI Alto Rio Purus);
5. Reforma da CASAI Barra do Garças – DSEI Xavante;
6. Reforma da CASAI Ji-Paraná – DSEI Porto velho; e
7. Reforma da CASAI Juína – DSEI Vilhena.

Ano 2014 - 12 obras contratadas nos seguintes Dsei:

1. Reforma de CASAI Araguaina – DSEI Tocantins;
2. Reforma da CASAI Campo Grande – DSEI Mato Grosso do Sul;
3. Reforma da CASAI Guajará-Mirim – DSEI Porto velho;
4. Reforma da CASAI Humaitá – DSEI Porto Velho;
5. Reforma da CASAI Gurupi – DSEI Tocantins;
6. Reforma da CASAI Paragominas – DSEI Guamá-Tocantins;
7. Reforma CASAI Porto Velho – DSEI Porto Velho;
8. Reforma da CASAI Rio Branco – DSEI Rio Branco;
9. Reforma da CASAI Mâncio Lima – DSEI Alto Rio Juruá;
10. Reforma da CASAI Vilhena – DSEI Vilhena; e
11. CASAI Manaus – DSEI Manaus; e
12. Reforma da CASAI Dourados (DSEI Mato Grosso do Sul).

Vale ressaltar que além das contratações de obras de construção, reforma/ ampliação de CASAI, a SESAI acumulou, nesse mesmo período, contratações de obras de Construção, reforma/ampliação de 16 Polos Base e de mais 137 Unidades Básicas de Saúde Indígena (UBSI). Bem como as obras contratadas nesse mesmo período por parceiros (empreendimentos, ministérios, prefeituras, etc) totalizando mais 98 obras de construção, reformas/ampliações de CASAI e UBSI. Assim, as ações voltadas para a ampliação das estruturas físicas de edificações no período de 2012-2015, acumularam um total de 283 contratações de obras.

Diretriz 7 - Reduzir os riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde.

Esta diretriz objetiva o controle dos determinantes, riscos e danos à saúde de populações que vivem em determinados territórios, fornecendo elementos para a integralidade da atenção. As ações específicas de vigilância (epidemiológica, sanitária, em saúde ambiental, e da saúde do trabalhador) compreendem a proteção, prevenção e controle das doenças e agravos à saúde, bem como a promoção da saúde.

Dentro das ações de promoção da saúde, incluem-se a promoção da alimentação saudável operacionalizada por meio do desenvolvimento de ações e abordagens para a prevenção de doenças relacionadas à alimentação e nutrição e a prática de atividade física, por meio do Programa Academia da Saúde, contribuindo para melhor qualidade de vida da população.

Nessa diretriz também estão previstas metas para a estruturação de medidas de saneamento com o objetivo de reduzir a ocorrência de doenças relacionadas ao meio ambiente.

Resultados da PAS 2015

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan-Dez)	Ação Orçamentária PLOA 2015
1. Aumentar em 25% o número de culturas agrícolas a serem analisadas quanto aos níveis de resíduos de agrotóxicos.	Nova cultura agrícola analisada	Meta alcançada	Meta alcançada em 2014.	-
2. Apoiar 1.125 comunidades especiais com ações de controle da qualidade da água para consumo humano.	Comunidade apoiada	290	Alcançada a soma de 3.594 comunidades especiais, rurais e indígenas ao longo do quadriênio 2012/2015. ⁹	2068.20AF - Apoio ao Controle de Qualidade da Água para Consumo Humano.
3. Apoiar 1.500 municípios sede com ações de controle da qualidade da água para consumo humano.	Município apoiado	432	Apoiados 3.063 municípios ao longo do quadriênio 2012/2015. ¹⁰	2068.20AF - Apoio ao Controle de Qualidade da Água para Consumo Humano.
4. Apoiar 320 municípios na melhoria da gestão ou na estruturação dos serviços	Município apoiado	250	Em 2015 foram apoiados 107 municípios com ações de apoio à gestão, totalizando 898 municípios em quatro	2068.20AG - Apoio à Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico em

⁹ É possível que tenha havido ações de apoio em uma mesma comunidade repetidas vezes ao longo desse período. As atividades mais comumente executadas foram visitas para a coleta e análises de amostras de água, capacitação de operadores, orientações técnicas e a realização de diagnóstico da situação das soluções alternativas coletivas de abastecimento de água.

¹⁰ Para o alcance desta meta foram executadas atividades de coleta e análise da água, capacitação, diagnóstico situacional de sistemas de abastecimento ou soluções alternativas coletivas. Ressalta-se que um mesmo município pode ter recebido o apoio da Funasa em ações de controle da qualidade da água durante esse período de quatro anos.

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan-Dez)	Ação Orçamentária PLOA 2015
de saneamento.			anos.	Municípios de até 50.000 Hab.
5. Apoiar 1.500 municípios com capacitação na gestão dos serviços de saneamento, com ênfase na elaboração de planos municipais de saneamento básico.	Município com capacitação na gestão dos serviços de saneamento apoiado	215	Em 2015 foram capacitados técnicos de 21 municípios, totalizando 1.454 no período do PPA 2012-2015.	2068.20AG - Apoio à Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico em Municípios de até 50.000 Hab.
6. Implantar obras de saneamento em 375 comunidades remanescentes de quilombos.	Obra de saneamento implantada	165	Até setembro de 2015, o processo de seleção referente ao ano de 2015 encontrava-se em fase de publicação de edital de chamamento.	2068.7656 - Implantação, Ampliação ou Melhoria de Ações e Serviços Sustentáveis de Saneamento Básico em Comunidades Rurais, Tradicionais e Especiais.
7. Implantar obras de saneamento em 750 comunidades rurais, tradicionais e especiais.	Obra de saneamento implantada	350	Até setembro de 2015, o processo de seleção referente ao ano de 2015 encontrava-se em fase de publicação de edital de chamamento.	2068.7656 - Implantação, Ampliação ou Melhoria de Ações e Serviços Sustentáveis de Saneamento Básico em Comunidades Rurais, Tradicionais e Especiais.
8. Beneficiar 400 municípios com população abaixo de 50 mil habitantes com implantação ou ampliação de sistema de resíduos sólidos urbanos.	Município beneficiado	264	A Funasa publicou a Portaria nº 669/2015 e a Carta Consulta nº 001/2015, afim de selecionar municípios para ação. Ocorre que, por falta de limite orçamentário, não houve a possibilidade de publicação do resultado e seleção de municípios via Programação Funasa para o ano de 2015.	2068.10GG –Implant. e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios de até 50.000 Hab.
9. Beneficiar 500 municípios com população abaixo de 50 mil habitantes com a implantação de melhorias sanitárias domiciliares.	Município beneficiado	136	A Funasa publicou a Portaria 669/2015 e a Carta Consulta nº 002/2015, afim de selecionar municípios para ação. Dessa forma, foram selecionados 88 municípios. Destes, apenas 60 encaminharam propostas, sendo empenhadas apenas 31 proposta.	2068.7652 – Implant. de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos
10. Contratar 2.703 projetos de engenharia de sistemas de abastecimento de água ou esgotamento sanitário, para apoio à execução de intervenções nestes âmbitos, em municípios com população abaixo de 50 mil habitantes com baixos índices de acesso aos	Projeto de engenharia contratado	388	Não houve contratações de projetos de engenharia em 2015.	2068.10GD – Implant. e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 Habitantes; 10GE – Implant. e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Hab.

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan-Dez)	Ação Orçamentária PLOA 2015
serviços ou qualidade insatisfatória.				
11. Beneficiar 160 municípios com melhorias habitacionais para controle da doença de Chagas.	Município beneficiado	34	Até setembro de 2015, o processo de seleção referente ao ano de 2015 encontra-se em fase de publicação de edital de chamamento.	2015.3921 - Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas
12. Aumentar para 35% a cobertura populacional do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan).	Percentual de Cobertura	35	A média da cobertura municipal do Sisvan, segundo dados parciais, foi de 15,5% e o número de indivíduos com acompanhamento nutricional registrado no sistema é de 16,8 milhões. ¹¹	2015.20QH – Segurança Alimentar e Nutricional na Saúde
13. Pactuação da redução do teor de sódio e açúcar em 100% das categorias prioritárias de alimentos processados.	Redução do teor de sódio e açúcar nas categorias prioritárias pactuado (%)	Meta alcançada	O monitoramento do Plano de Redução do Sódio se dá por categorias de alimentos. Considerando a avaliação das categorias prioritárias presentes no 2º Termo de Compromisso avaliadas em 2015, todas apresentaram mais de 95% de adequação, ou seja, 99% do total de produtos atingiram a meta pactuada para 2012.	-
14. Ampliar a confirmação laboratorial dos casos de Hepatite C, passando de 17 UF em 2010 para as 27 UF até 2015.	UF com 93% de confirmação sorológica dos casos de Hepatite C	27	27 com 93% de confirmação sorológica dos casos de Hepatite C.	2015.20YE - Imunobiológicos e Insumos para Prevenção e Controle de Doenças (PO - 0001); 2015.20YJ - Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (PO - 0001)

¹¹ O acompanhamento da situação alimentar e nutricional por meio do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional contempla o registro dos dados antropométricos dos usuários atendidos nas Unidades Básicas de Saúde e o acompanhamento dos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF).

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan-Dez)	Ação Orçamentária PLOA 2015
15. Reduzir a taxa de incidência de Aids de 20,2/100.000 hab. em 2011 para 18,9/100.000 hab. até 2015.	Taxa de Incidência de Aids reduzida	18,9/100.000 hab.	As informações de 2015 serão disponibilizadas ao final do primeiro trimestre de 2016. A taxa de detecção, em 2013, foi de 20,8 (por 100 mil/hab). Já em 2014, essa taxa foi de 19,7/100.000 com um total de 39.951 casos de Aids.	2015.20YJ - Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (PO - 0001); 2015.20AC - Incentivo Financeiro a Estados, Distrito Federal e Municípios para Ações de Prevenção e Qualificação da Atenção em HIV/Aids e outras DST
16. Ampliar o número de UF com 90% de investigação de óbitos com causa básica definida, passando de 20 UF em 2010 para 27 UF até 2015.	UF com percentual de óbitos com causa básica definida	27	Até novembro de 2015, 25 UF apresentaram mais de 90% de investigação dos óbitos ocorridos em 2014 com causa básica definida. A média nacional está em 93,6%.	2015.20YJ - Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (PO - 000A)
17. Ampliar para 70% o percentual de municípios com cobertura vacinal adequada (95%) de tetravalente/ pentavalente em menores de 1 ano, em todos os anos, até 2015.	Percentual dos municípios com 95% da cobertura vacinal de pentavalente	70%	Dados preliminares de janeiro a novembro de 2015, demonstram que o percentual de municípios com 95% de cobertura está em 58,7%. Ressalta-se que esses dados são preliminares e, portanto, podem sofrer variações.	2015.20YE - Imunobiológicos e Insumos para Prevenção e Controle de Doenças (PO - 0002) 2015.20YJ - Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (PO - 0002)
18. Apoiar financeiramente 30 Centrais de Rede de Frio para construção, reforma, ampliação e aquisição de equipamentos até 2015.	Número de Centrais de Rede de Frio apoiadas financeiramente	30	No segundo quadrimestre de 2015, não houve novos apoios. Nos anos de 2013 e 2014, 392 Centrais receberam incentivos financeiros. ¹²	2015.20YE - Imunobiológicos e Insumos para Prevenção e Controle de Doenças (PO - 0002)
19. Ampliar a taxa de cura dos casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera, passando de 74,3% em 2009 para 85% até 2015.	Proporção de cura de casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera ampliado	85%	Até dezembro de 2015, o percentual de cura de casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera diagnosticados entre janeiro e setembro de 2014 está em 69,9%.	2015.20YJ - Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (PO - 0006) 2015.20AL - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde.

¹² Das 355 centrais de rede de frio classificadas como prioritárias de acordo com levantamento realizado em 2011, 220 receberam incentivo nos anos de 2013 e 2014. Adicionalmente, 172 Centrais municipais classificadas como não prioritárias também receberam incentivo em 2013 e 2014, totalizando o número de 392.

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan-Dez)	Ação Orçamentária PLOA 2015
20. Reduzir a incidência parasitária anual de malária (estimada pelo IPA) na Região Amazônica em 30%, passando de 13,1/1.000 hab. em 2010 para 9,45/1.000 hab. até 2015.	Incidência parasitária anual de malária	9,45	A IPA somente é apurada com os dados completos de janeiro a dezembro, uma vez que há atraso na entrada de dados, somente teremos o resultado final em junho/2016. ¹³	2015.20YJ - Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (PO - 0008) 2015.20AL - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde.
21. Reduzir o coeficiente de prevalência da hanseníase, passando de 1,54/10.000 hab. em 2011 para 0,98/10.000 hab. até 2015.	Coeficiente anual de prevalência da hanseníase reduzido	1,4/10.000 hab.	O resultado provisório do coeficiente de prevalência da hanseníase, de janeiro a dezembro de 2015, atualizados em 19/02/2016, é de 1,15 casos para cada 10.000 habitantes.	2015.20YJ - Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (PO - 0007) 2015.20AL - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde.
22. Número de óbitos por dengue reduzido em 50%, passando de 656 óbitos em 2011 para 328 óbitos até 2015.	Percentual de redução do número de óbitos por dengue (com relação a 2013) (Número de óbitos por dengue)	50% (328)	Até a Semana Epidemiológica 53, correspondente ao período de 04/01/2015 a 02/01/2016, foram confirmados 863 óbitos. Isso representa um aumento de 81,7 % em relação ao mesmo período de 2014 quando foram confirmados 475 óbitos por dengue.	2015.20AL - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde 2015.20YJ - Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (PO - 0009)
23. Ampliar o percentual de Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest) que desenvolvem ações de vigilância em saúde do trabalhador, passando de 12% em 2010 para 100% até 2015.	Percentual de Cerest desenvolvendo ações programadas de vigilância em saúde do trabalhador	100	O percentual de Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest) desenvolvendo ações de vigilância em saúde do trabalhador foi ampliado, passando de 62,2% em 2014 para 89,9% do total de 208 Cerest habilitados até 2015.	-
24. Ampliar a Renast, com a instalação de 10 novos Cerest voltados prioritariamente para a população trabalhadora rural.	Cerest voltado prioritariamente para a população trabalhadora rural habilitado	Meta alcançada	-	-

¹³ De acordo com dados de janeiro a dezembro, atualizados em 18/02/2016 (Sivep-Malária) e 11/02/2016 (Sinan), foram registrados 137.811 casos autóctones de malária na região Amazônica, o que equivale a uma IPA de 5,0 casos/1.000 habitantes, portanto, estima-se que a meta será alcançada e bastante superada.

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan-Dez)	Ação Orçamentária PLOA 2015
25. Ampliar em 25 pontos percentuais o número de amostras de água analisadas para o parâmetro coliforme total, passando de 25% em 2010 para 50% até 2015.	Percentual de amostras de água analisadas para o parâmetro coliforme total	70%	Foram realizadas 401.510 análises para o parâmetro de Coliformes Totais, o que corresponde a 55,00% do mínimo estabelecido pela Diretriz Nacional para o ano. ¹⁴	2015.20YJ - Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (PO - 000B) 2015.20AL - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde
26. Ampliar em 25 pontos percentuais o número de amostras de água analisadas para o parâmetro turbidez, passando de 25% em 2010 para 50% até 2015.	Percentual de amostras de água analisadas para o parâmetro turbidez	70%	Foram realizadas 392.601 análises para o parâmetro de Turbidez, o que corresponde a 53,8% do mínimo estabelecido pela Diretriz Nacional para o ano.	2015.20YJ - Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (PO - 000B) 2015.20AL - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde.
27. Implantar a Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos nas 27 UF até o ano de 2015.	UF com Vigilância em saúde de populações expostas a agrotóxico (VSPEA) implantada	27	Todas as 27 UF implantaram a vigilância em saúde de populações expostas a agrotóxicos (vspea).	2015.20YJ - Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (PO - 000B) 2015.20AL - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde
28. Ampliar o percentual de municípios prioritários realizando notificação no SINAN dos casos de intoxicações exógenas por agrotóxicos, passando de 30% em 2013 para 100% até 2015.	Proporção de municípios prioritários realizando notificação dos casos de intoxicações exógenas por agrotóxicos no Sinan	100%	65% (408 dos 627) dos municípios prioritários notificaram intoxicações exógenas por agrotóxicos até o ano de 2015.	2015.20YJ - Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (PO - 0002) 2015.20AL - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde
29. Ampliar o número de unidades de saúde com notificação da violência doméstica, sexual e/ou outras violências, passando de 5.898 em 2011 para 12.200 até 2015.	Unidades de saúde com notificação da violência doméstica, sexual e/ou outras violências	12.200	Dados preliminares de 2015 identificaram 12.511 unidades notificantes em 3.649 municípios, os quais registraram 227.198 notificações de violência doméstica, sexual e outras. ¹⁵	2015.20YJ - Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (PO - 000G) 2015.20AL - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em

¹⁴ É importante destacar que a inserção de dados no Sisagua evoluiu ao longo do ano, sendo que o maior volume de dados é inserido no final do ano e no começo do ano subsequente. (Parâmetros de coliforme total e de turbidez). O prazo para inserção de dados no Sisagua e obtenção do resultado final para o ano de 2015 encerra-se 31/03/2016.

¹⁵ O banco de 2015 fechará em setembro de 2016.

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan-Dez)	Ação Orçamentária PLOA 2015
	implantada			Saúde
30. Apoiar e fortalecer os Núcleos de Prevenção de Violências e Promoção da Saúde nas 27 Unidades da Federação, considerando-se as populações vulneráveis e os índices de homicídios e agressões.	UF com Núcleo de Prevenção de Violências e Promoção da Saúde apoiado	27	Todas as 27 Unidades da Federação tiveram Núcleos de Prevenção de Violências e Promoção da Saúde (NPVPS) apoiados tecnicamente.	2015.20YJ - Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (PO - 000G) 2015.20AL - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde
31. Implantar técnicas de Biologia Molecular para diagnóstico de dengue, influenza e meningite bacteriana em todos os 27 Laboratórios Centrais de Saúde Pública (Lacen) até 2015.	Lacen com técnicas de biologia molecular implantadas	27	24 LACEN possuem técnicas de Biologia Molecular implantadas para diagnóstico de Influenza OU Dengue OU Meningite Bacteriana.	2015.20AL - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde
32. Introduzir a vacina DTPa no calendário nacional de vacinação da gestante, ampliando a cobertura vacinal para 95% até 2015.	Cobertura vacinal com a vacina DTPa em gestantes (%)	95%	Em 2015, a cobertura vacinal da dTpa está em 53,03% (janeiro a novembro de 2015). Importante ressaltar que esse dado é preliminar e, portanto, pode sofrer variação.	2015.20YE - Imunobiológicos e Insumos para Prevenção e Controle de Doenças (PO - 0002)
33. Introduzir a vacina Hepatite A no calendário vacinal infantil para crianças de 1 ano, ampliando a cobertura para 95% até 2015.	Cobertura vacinal com a vacina Hepatite A em crianças de 1 ano (%)	95%	A cobertura vacinal da Hepatite A está em 99,06% (janeiro a novembro). Importante ressaltar que esse dado é preliminar e, portanto, pode sofrer variação.	2015.20YE - Imunobiológicos e Insumos para Prevenção e Controle de Doenças (PO - 0002)
34. Introduzir a vacina tetra viral (sarampo, rubéola, caxumba e varicela) no calendário vacinal infantil para crianças de 1 ano de idade (a partir de 1 ano e 3 meses), alcançando a cobertura de 95% até 2015.	Cobertura vacinal com a vacina tetra viral em crianças de 1 ano e 3 meses (%)	95%	Em 2015, dados preliminares indicam uma cobertura vacinal de 67,47%. ¹⁶	2015.20YE - Imunobiológicos e Insumos para Prevenção e Controle de Doenças (PO - 0002)
35. Implantar as academias de saúde, chegando a 4.000 unidades em 2015.	Polo de Academia da Saúde habilitado	Meta alcançada	De 2011 a 2015 foram habilitadas 3.842 propostas para construção de polo do Programa Academia da Saúde e 450 projetos locais reconhecidos como similares, totalizando 4.292 implantações do Programa em todas as	-

¹⁶ A vacina tetraviral (sarampo, caxumba, rubéola e varicela) foi introduzida no Calendário Nacional de Vacinação em 2013 e substituiu a segunda dose da vacina tríplice viral para as crianças entre 15 meses e dois anos de idade.

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan-Dez)	Ação Orçamentária PLOA 2015
			regiões do País. O número de obras concluída no período atingiu 1.543 e de polos custeados 567.	

Informações Adicionais

Visando ao aprimoramento da vigilância e ao enfrentamento de epidemias de dengue e chikungunya no Brasil, em 2015 foram desenvolvidas uma série de ações preparatórias, tais como: i) repasse de R\$ 143,7 milhões a todos os Municípios para qualificação das ações de prevenção e controle da dengue; ii) distribuição de inseticidas para controle vetorial e kits para diagnóstico de dengue; iii) atualização do Guia de Manejo Clínico de Dengue; iv) curso de Atualização do Manejo clínico da Dengue e Chikungunya em formato EaD (Educação a Distância) em parceria com a Universidade Aberta do SUS (UNASUS); v) realização de reuniões macrorregionais com os dirigentes dos programas de controle da dengue das 27 unidades da Federação; e vi) acompanhamento e financiamento de pesquisas para aprimoramento da vigilância e controle de dengue. Entre 2014 e 2015, embora se tenha observado elevações dos casos notificados e das taxas de mortalidade por dengue, houve redução da letalidade de 0,08% para 0,05%.

O surgimento de pacientes com manifestação neurológica com história prévia de infecção viral tem sido registrado em Estados com circulação do vírus Zika e circulação concomitante de dengue e/ou chikungunya, principalmente nos Estados da região nordeste. As manifestações neurológicas dos pacientes incluem encefalites, meningoencefalite, mielite, Síndrome de Guillain-Barré, entre outras. A alteração do padrão de ocorrência de microcefalias no Brasil, considerada situação de emergência em saúde pública, provocou ações imediatas a exemplo da instalação do Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública – COES (Portaria nº 1813, de 11 de novembro de 2015).

Dos 27 Laboratórios Centrais de Saúde Pública (Lacen's), atualmente 22 (vinte e dois) estão treinados para a técnica de biologia molecular (RT-PCR) para dengue, 16 (dezesesseis) para Chikungunya e 11 para Zika vírus e 17 (dezesete) LACEN para meningite bacteriana. Essa técnica permite a obtenção de uma resposta em tempo oportuno e eficaz.

No campo de prevenção, foi realizada a 36ª Campanha Nacional de Vacinação contra a Poliomielite, bem como a Campanha Nacional de Multivacinação para Atualização de Caderneta de Vacinação. O grupo alvo na campanha contra a poliomielite foram crianças de seis meses a menores de cinco anos de idade, aproximadamente 12,7 milhões de crianças tendo alcançado 94,40% de cobertura vacinal. No combate à gripe, em 2015, também foi realizada campanha nacional de vacinação de população específica, com distribuição de mais de 52,5 milhões de doses, resultando no alcance de 87,1% de cobertura vacinal nos grupos elegíveis (crianças de seis meses a menores de cinco anos de idade (quatro anos, 11 meses e 29 dias), gestantes, pessoas com 60 anos de idade e mais, população privada de liberdade, povos indígenas, profissionais de saúde das unidades que fazem atendimento para a influenza e puerpera). Nessas Campanhas foram produzidas e divulgadas mídias audiovisuais nos meios de comunicação, também ocorreu desenvolvimento de ações informativas junto às redes sociais. A vacina tetraviral (sarampo, caxumba, rubéola e varicela), introduzida no Calendário Nacional de Vacinação em 2013, substituiu a segunda dose da vacina tríplice viral para as crianças entre 15 meses e dois anos de idade. Em 2015 alcançou um percentual de cobertura vacinal de 67,47% e com a expectativa de aquisição de 3,6 milhões de doses nesse ano. Em 2014 o Governo Federal introduziu a vacinação contra a Hepatite A no calendário vacinal infantil para crianças de um ano. Essa iniciativa encontra-se implantada em todo o território e já foram adquiridas mais de cinco milhões de doses.

Como resposta eficaz à epidemia de HIV/AIDS, o Brasil recomenda o início imediato da terapia antirretroviral para todas as pessoas vivendo com HIV e AIDS, independentemente da contagem de CD4 (tratamento para todos). O Brasil não só elevou a cobertura terapêutica de pessoas vivendo com HIV/AIDS, como também, manterá as altas taxas de supressão viral, reduzindo, assim, a possibilidade de transmissão do vírus. A taxa de detecção, em 2013, foi de 20,8 por 100 mil/hab). Quanto a 2014, a

última aferição desse indicador, constante no boletim epidemiológico 2015, apresentou uma taxa de detecção de 19,7/100.00 habitantes e um total de 39.951 casos de aids. Embora a epidemia esteja estabilizada no país e se observe ligeira queda no indicador, existe concentração dos casos em alguns estados. Além disso, a epidemia também apresenta crescimento significativo em algumas populações, como em jovens gays.

A tuberculose é outro desafio colocado, com profundas raízes sociais, por estar ligada diretamente à pobreza. Em 2014, foram diagnosticados e registrados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação 72.240 casos novos de tuberculose. Em 2014, foi incorporado um novo método de diagnóstico da tuberculose (teste molecular rápido – TRM-TB). Em dezembro de 2015, 92 Municípios já contavam com equipamentos de TRM-TB instalados, sendo o equipamento presente em todas as Unidades Federadas.

Em relação à hanseníase, o coeficiente de prevalência está de 1,15 casos para cada 10.000 habitantes, dados preliminares de 19 de fevereiro de 2016, relativos ao período de janeiro a dezembro de 2015. Os dados de 2014 demonstram que houve uma pequena redução no coeficiente de prevalência da hanseníase (1,27/10.000 habitantes) em relação ao ano de 2013 (1,42/10.000 habitantes), o que corresponde a 25.738 casos de hanseníase em tratamento no País. Em 2014 o Governo Federal introduziu a vacinação contra a Hepatite A no calendário vacinal infantil para crianças de um ano. Essa iniciativa encontra-se implantada em todo o território e já foram adquiridas mais de cinco milhões de doses. No que se refere à incidência da malária, de janeiro a novembro de 2015, em comparação com o mesmo período de 2014, houve uma redução de aproximadamente 3% no número de casos autóctones de malária na região Amazônica, passando de 130.223 para 126.962. Até o momento (22/01/2016) foram registrados 136.677 casos autóctones de malária na região Amazônica, o que equivale a uma IPA de 4,9 casos/1.000 habitantes, alcançando uma redução de 62,6% se comparado ao número de casos confirmados em 2011.

Importante ressaltar que foi realizada, em 2014, a Pesquisa Nacional de Saúde, em parceria com o IBGE, a qual coletou informações sanitárias, de acesso e uso de serviços, de ações preventivas, da continuidade dos cuidados e do financiamento da assistência de saúde, além do estilo de vida de 63 mil domicílios, com a finalidade de apresentar resultados que venham a subsidiar a formulação das políticas públicas em saúde nas áreas de promoção, vigilância e atenção à saúde. Os resultados da PNS foram estruturados em 4 volumes, dos quais três já foram publicados. O primeiro volume da pesquisa foi divulgado no dia 10 de dezembro de 2014 com os módulos de estilos de vida; doenças crônicas e percepção do estado de saúde física e mental. O segundo volume foi lançado em 02 de junho de 2015, com os resultados que dão continuidade ao suplemento de saúde da PNAD, englobando acesso e utilização dos serviços de saúde, acidentes e violências, planos de saúde, saúde bucal e atendimento médico. O terceiro volume foi lançado no dia 21 de agosto de 2015 e abrange os ciclos de vida: saúde de crianças com menos de 2 anos de idade, saúde da mulher, atendimento pré-natal e assistência ao parto, funcionalidade dos idosos e saúde da pessoa com deficiência. Além de antropometria e pressão arterial medida. Houve atraso na análise e consolidação dos dados laboratoriais da PNS e com isso o volume 4 terá sua previsão de lançamento alterada. A coleta de dados laboratoriais foi concluída com 9.000 amostras. Reuniões entre MS, IBGE, Sírio Libanês e Fiocruz foram feitas em agosto e setembro e outras estão sendo realizadas em outubro para discutir tanto a representatividade amostral pretendida quanto os pontos de corte para divulgação dos resultados dos exames laboratoriais.

O campo da promoção da saúde trabalha com seu conceito ampliado, onde a visão da saúde é mais do que a ausência de doenças, de que ela é fruto das condições sociais, culturais, ambientais e econômicas na vida dos indivíduos, o Programa Academia da Saúde vem a ampliar o acesso a ações de promoção da saúde e prevenção de doenças a partir da implantação de polos com infraestrutura e profissionais qualificados, além da produção do cuidado e de modos de vida saudáveis da população.

Outra importante estratégia de promoção é o desenvolvimento de uma campanha digital com foco em redes sociais denominada de Campanha de Promoção da Saúde que foi lançada em abril de 2015 com o slogan “Da Saúde se cuida todos os dias”. Conta com temas prioritários da Política Nacional de Promoção da Saúde adaptados e deram origem aos 8 pilares: controle do tabagismo; incentivo à atividade física; incentivo à alimentação saudável; incentivo ao parto normal; enfrentamento ao uso abusivo de álcool; incentivo à segurança no trânsito; incentivo ao ambiente saudável; incentivo à cultura de paz e aos direitos humanos.

Diretriz 8 - Garantir assistência farmacêutica no âmbito do SUS.

Esta diretriz consiste em promover a pesquisa, o desenvolvimento e a produção de medicamentos e insumos, bem como sua seleção, programação, aquisição, distribuição e avaliação de sua utilização, na perspectiva da obtenção de resultados concretos e da melhoria da qualidade de vida da população. Nesse contexto, o MS tem concentrado esforços na integração da Política Nacional de Assistência Farmacêutica às demais diretrizes prioritárias, com vistas a assegurar a articulação necessária para o acesso aos medicamentos no contexto da garantia da integralidade da atenção. Uma das principais estratégias para a garantia da assistência farmacêutica consistirá na promoção do acesso aos medicamentos considerados essenciais, por meio do programa “Farmácia Popular do Brasil”, com foco em sua expansão nos municípios constantes do mapa de extrema pobreza. Além disso, de acordo com a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, cujo objetivo é garantir à população brasileira o acesso seguro e o uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos, promovendo o uso sustentável da biodiversidade, o desenvolvimento da cadeia produtiva e da indústria nacional, desde 2007 é disponibilizado medicamentos fitoterápicos no Componente Básico da Assistência Farmacêutica.

Resultados esperados na PAS em 2015

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan-Dez)	Ação Orçamentária PLOA 2015
1. Disponibilizar 3,9 UI de Fator VIII per capita (hemofilia A) e 0,27 UI de Fator IX per capita (hemofilia B), por ano, para atendimento aos pacientes portadores de doenças hemorrágicas hereditárias.	U.I de fator VIII per capita e U.I de fator IX per capita disponibilizados	3UI fator VIII e 0,8 UI de fator IX	No ano de 2015 foram disponibilizados um total de 3,21 UI's Fator VIII e 0,65 UI's de Fator IX.	2015.4295 - Atenção aos Pacientes Portadores de Doenças Hematológicas
2. Ampliar a cobertura do Programa Farmácia Popular - Aqui Tem Farmácia Popular - nos municípios brasileiros do mapa da extrema pobreza que tenham farmácias, passando de 962 municípios em 2011 para 1.614 municípios até 2015.	Município do Mapa da Extrema Pobreza com ao menos uma farmácia/drogaria credenciada no Programa Farmácia Popular do Brasil.	75	54	2015.20YR - Manutenção e Funcionamento de Farmácias Populares - GRATUIDADE; 20YS - Manutenção e Funcionamento de Farmácias Populares - CO - PAGAMENTO
3. Ampliar o elenco de medicamentos fitoterápicos da assistência farmacêutica básica, passando de 8 medicamentos em 2011 para 16 até 2015.	Medicamento fitoterápico inserido no elenco da Assistência Farmacêutica básica.	16	12	2015.20AE - Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde

Informações Adicionais

No que se refere à ampliação a cobertura do Programa Farmácia Popular, a estratégia atual é credenciar as farmácias localizadas nos municípios mapeados pelo Plano Brasil Sem Miséria (BSM) que ainda não são abrangidos pelo Programa. O mapeamento desses municípios segue o realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. De forma a agilizar o cadastramento, que é realizado pela Caixa Econômica Federal, foi concluído a adequação do sistema de credenciamento (SIFAP) para a realização desse procedimento. Essa adequação facilitou o credenciamento das farmácias e drogarias, sendo observado crescimento no número de municípios em relação a 2015.

No ano de 2015 (até dezembro), registrou-se o credenciamento de 1.361 farmácias, passando de 33.264 farmácias em 4.345 municípios para 34.625 farmácias em 4.446 municípios, portanto ampliou a capilaridade do programa em 101 municípios brasileiros. Desses 101 municípios, 54 são de extrema pobreza. Isso significa que em 2015, o Programa Farmácia Popular ampliou a rede credenciada nos Municípios do mapa de extrema pobreza, passando de 1.590 para 1.644 Municípios do BSM abrangidos pelo Programa, significando que a meta de 1.614 Municípios foi alcançada e ultrapassada.

O uso de plantas medicinais e fitoterápicos foi intensificado nos últimos anos. Em 2015, foram selecionadas 12 secretarias de saúde para desenvolvimento de projetos de apoio à assistência farmacêutica e arranjos produtivos locais de plantas medicinais e fitoterápicos, bem como ao desenvolvimento e ao registro sanitário de fitoterápicos da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename) por laboratórios públicos, com investimento de aproximadamente R\$ 4 milhões. Ao todo, desde 2012, foram apoiados 66 projetos na área de plantas medicinais e fitoterápicos. Ainda com referência ao uso de plantas medicinais e fitoterápicos no SUS, constam 12 medicamentos fitoterápicos na Rename, a qual se encontra em processo de atualização, com possibilidade de incorporação de novos medicamentos fitoterápicos no SUS.

Até novembro de 2015 foi assegurada a disponibilidade de 3,12 UI per capita de Fator VIII e 0,65 UI per capita de Fator IX para o tratamento dos pacientes com hemofilia A e B, respectivamente, incluindo os quantitativos armazenados e distribuídos por demanda do Ministério da Saúde. Foram distribuídos ao SUS 110.549 frascos de Imunoglobulina, 210.638 frascos de Albumina, 9.735 frascos de fator VIII plasmático e 22.404 frascos de fator IX plasmático e no que se refere ao fator VIII recombinante (Hemo 8r) foram distribuídos no mesmo período 474.157.000 de UIs atendendo as necessidades dos usuários do SUS. Em 2015, também ocorreu a formalização dos protocolos de uso de Imunotolerância para Hemofilia A e de Profilaxia Primária para Hemofilia Grave. Ainda na atenção às coagulopatias, ocorreu a revisão do Manual da Hemofilia e elaboração de dois novos manuais: Manual das Coagulopatias Hereditárias Raras e Manual de Atendimento Odontológico a pacientes com Coagulopatias Hereditárias.

Diretriz 9 - Aprimorar a regulação e a fiscalização da saúde suplementar, articulando a relação público - privado, gerando maior racionalidade e qualidade no setor saúde.

Esta diretriz tem por finalidade promover a defesa do interesse público na assistência suplementar à saúde, regular as operadoras setoriais - inclusive quanto às suas relações com prestadores e consumidores – e contribuir para o desenvolvimento das ações de saúde no país. As funções de regulação e fiscalização são essenciais à construção de um setor de saúde suplementar com a protagonização do setor privado, além de conjugarem interesses com o objetivo de promover a geração de saúde.

Resultados da PAS 2015

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan-Dez)	Ação Orçamentária PLOA 2015
1. Ampliar o processo de ressarcimento das operadoras ao SUS, aumentando em 4 vezes o número de AIHs com processos concluídos até 2015.	AIH com processo concluído	474.800	De janeiro a dezembro de 2015, 94.418 processos foram finalizados. Desde 2012 foram concluídos 696.383 processos de ressarcimento de Autorizações de Internação Hospitalar (AIH).	2015.4339 - 2015.4339 - Qualificação da regulação e fiscalização da saúde suplementar
2. Operacionalizar 90% dos acordos de cooperação técnica assinados entre a ANS e instituições parceiras do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor e Centrais Sindicais.	Percentual dos acordos operacionalizados	90%	89,5%	

Informações Adicionais

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) está aprimorando e ampliando o acesso dos consumidores às informações sobre os diferentes tipos de planos de saúde que são comercializados no país. Resolução publicada no dia 29 de abril de 2015 determina que as operadoras informem aos seus beneficiários sobre as principais características dos planos coletivo empresarial, coletivo por adesão e individual ou familiar, para que não haja dúvida sobre o produto contratado. Os esclarecimentos serão prestados aos consumidores que já têm planos e também aos novos beneficiários, no momento da contratação.

A norma faz parte da atualização da lista básica de informações que devem ser prestadas pelas empresas aos consumidores. Passará a valer a partir de janeiro de 2016, juntamente com as demais determinações estabelecidas pela Resolução Normativa nº 360. A medida se soma a um conjunto de medidas para a identificação dos beneficiários, tais como o registro da operadora, número do Cartão SUS, tipo de acomodação, abrangência geográfica e todos os outros itens do produto adquirido.

O meio de disponibilização das informações pode ser físico, com impressão em qualquer material, ou digital, em uma área do portal da operadora com acesso exclusivo para o cliente, além do uso de aplicativos, tablets e celulares. Está sendo desenvolvida, também, proposta de extrato de utilização do beneficiário, com informações selecionadas, relativas ao uso dos serviços, por parte dos beneficiários, tais como consultas, exames ou internações,

A ANS lançou, em julho, cartilha para orientar os consumidores interessados em obter informações ou adquirir um plano de saúde. O material explica, de maneira clara, quais são os tipos de planos e as especificidades de cada um, ajudando escolha do serviço mais adequado.

A cartilha explica que tipo de plano o consumidor pode escolher; onde ele pode ser atendido e por quais profissionais (área de abrangência e rede de prestadores); que tipo de atendimento é ofertado (segmentação assistencial e cobertura); quais os tipos de acomodação em caso de internação; e regras de reajuste. O material também contempla um infográfico que mostra quais as principais características dos planos de saúde individual/familiar, coletivos por adesão e coletivos empresariais quanto ao tipo de adesão, carência, rescisão, cobertura e cobrança. Dessa forma, o consumidor consegue visualizar facilmente as diferenças entre cada modalidade.

Exames e terapias ambulatoriais de alta e média complexidade passarão a ter seus valores ressarcidos ao Sistema Único de Saúde (SUS). A partir de maio, as operadoras passaram a ter de realizar o reembolso por esse tipo de atendimento, quando identificado por meio da Autorização de Procedimento Ambulatorial (APAC).

A medida integra o conjunto de ações do governo federal que objetivam o aprimoramento da cobrança do ressarcimento ao SUS. O cálculo é feito com base nas informações da APAC, que é um item necessário para a realização de determinados exames e terapias no SUS, e a cobrança refere-se ao primeiro trimestre de 2014. Alguns exemplos são: quimioterapia, radioterapia, hemodiálise, cateterismo cardíaco e cirurgia de catarata, entre outros.

Do total de órgãos do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, há 57 parcerias com os Núcleos da ANS, em todas as regiões do País.

As atividades de operacionalização envolvem eventos de capacitação; troca de informações, entendimentos e apoio à tomada de decisões e compartilhamento de fluxos de trabalho que agilizem a solução das demandas dos beneficiários.

Diretriz 10 - Fortalecer o complexo industrial e de ciência, tecnologia e inovação em saúde como vetor estruturante da agenda nacional de desenvolvimento econômico, social e sustentável, reduzindo a vulnerabilidade do acesso à saúde e da assistência farmacêutica no âmbito do SUS

Esta diretriz será implementada em consonância com a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (PNCTIS), cuja finalidade é contribuir para que o desenvolvimento nacional alcance a sustentabilidade buscada, com base na construção de conhecimentos técnicos e científicos ajustados às necessidades econômicas, sociais, culturais e políticas do País.

Resultados da PAS 2015

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan- Dez)	Ação Orçamentária PLOA 2015
1. Disponibilizar 2 produtos para diagnóstico em oncologia. (FIOCRUZ)	Fases dos estudos clínicos acompanhadas.	2	Pesquisas em andamento.	2015.8315 - Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Saúde
2. Disponibilizar 300 mil litros de plasma para o uso industrial e produção de medicamentos hemoderivados.	Plasma disponibilizado (litros)	150.000	Em 2015 foram disponibilizados 128.423,24 litros, resultando em um acumulado de 441.967 litros desde 2012.	2055.1H00 - Implantação da Indústria de Hemoderivados e Biotecnologia - Hemobrás (PE)
3. Concluir a construção do complexo industrial de produção de hemoderivados, até 2015.	% da Construção Concluída	65%	63%	2055.1H00 - Implantação da Indústria de Hemoderivados e Biotecnologia - Hemobrás (PE)
4. Ampliar a produção local integrada dos insumos e produtos de maior conteúdo tecnológico, estratégicos para o SUS, passando de 8% em 2011 para 35% até 2015.	Produção local integrada	50%	28%	2055.8636 - Inovação e Produção de Insumos Estratégicos para a Saúde
5. Ampliar a produção nacional de genéricos dos itens com patentes vencidas, passando de 20% em 2011 para 60% até 2015.	Percentual de produção nacional de genéricos dos itens com patentes vencidas	60%	30%	2055.20K7 - Apoio à Modernização do Parque Produtivo Industrial da Saúde

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan- Dez)	Ação Orçamentária PLOA 2015
6. Atender a demanda nacional do Programa Nacional de Controle da Tuberculose com produção nacional de 2 medicamentos.	Produtos estratégicos com pedido de registro junto à Anvisa relacionados às PDPs	1	Meta alcançada em 2014.	2015.20AE - Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde
7. Atender a demanda nacional do Programa Nacional para a Prevenção e Controle das Hepatites Virais com produção nacional de 2 medicamentos.	Produtos estratégicos com pedido de registro junto à Anvisa relacionados às PDPs	1	Em desenvolvimento	2015.20AE - Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde
8. Atender a demanda nacional do Programa Nacional para a Prevenção e Controle DST/Aids com produção local de 3 medicamentos.	Produtos estratégicos com pedido de registro junto à Anvisa relacionados às PDPs	2	Meta alcançada em 2014.	2015.20AE - Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde
9. Apoiar dois testes clínicos da vacina contra dengue.	Teste clínico apoiado	Meta alcançada	-	-
10. Fomentar a realização de 100 estudos nacionais em temas contemplados na agenda de prioridades de pesquisa do Ministério da Saúde, até 2015.	Estudo nacional realizado	100	Meta alcançada em 2014.	2015.6146 – Pesquisa em saúde e avaliação de novas tecnologias para o SUS

Informações Adicionais

Um destaque são as Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDPs), que envolvem a cooperação entre instituições públicas e entre instituições públicas e entidades privadas para o desenvolvimento, transferência e absorção de tecnologia, produção, capacitação produtiva e tecnológica do País em produtos estratégicos para atendimento às demandas do SUS.

Considerando as PDP 89 PDP vigentes, em 2015, foram realizadas aquisições de 19 produtos, que totalizaram o montante de R\$ 2,75 bilhões, o que corresponde a 28% das compras totais do Ministério da Saúde. As PDP têm contribuído, no âmbito do PROCIS, para o atendimento da demanda nacional dos Programas Nacionais de Controle da Tuberculose, de Prevenção e Controle das Hepatites Virais, e de Prevenção e Controle das DST/Aids, com o fornecimento de medicamentos por FUNED, LAFEPE e Farmanguinhos. Como exemplo, tem-se os antivirais tenofovir e 2 em 1 (tenofovir + lamivudina), produzidos nacionalmente por entidades privadas parceiras, e atazanavir; e o tuberculostático 4 em 1 (rifampicina + isoniazida + etambutol + pirazinamida). Outras PDP com FUNED, LAFEPE, Farmanguinhos e Biomanguinhos têm a previsão de iniciar o fornecimento de Entecavir, ritonavir termoestável, tenofovir + lamivudina + efavirenz (3 em 1) e Filgrastim nos próximos anos. Todos estes produtos encontram-se em processo de transferência de tecnologia para as instituições públicas e com desenvolvimento ou produção nacional dos insumos farmacêuticos ativos (IFA).

No âmbito da produção de medicamentos na Fiocruz, em 2015 foram criados mais 5 novos produtos novos, sejam de absorção de tecnologia ou desenvolvimento, submetidos a registro, que somados aos 75 existentes, somam um total de 80.

Em 2015, foram coletadas pela Hemobrás 583.742 bolsas de plasma de uso industrial, que compõem um volume de 128.423,24 litros de plasma, resultando em um acumulado de 441.967 litros desde 2012.

Diretriz 11 - Contribuir para a adequada formação, alocação, qualificação, valorização e democratização das relações do trabalho dos profissionais e trabalhadores de saúde.

O Governo Federal vem, ao longo dos anos, apoiando os estados e municípios na qualificação de sua força de trabalho, em especial da educação profissional técnica de nível médio, articulada aos serviços de saúde. Dessa forma, colabora para o aperfeiçoamento da gestão de pessoas em atuação no SUS, desafio para os gestores de todos os entes da federação.

Resultados da PAS 2015

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan-Dez)	Ação Orçamentária PLOA 2015
1. Capacitar 7.970 profissionais na área de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria do SUS e Sistemas de Informação em Saúde.	Profissional capacitado	1.800	229	2015.8721 - Implementação da Regulação, Controle e Avaliação da Atenção à Saúde
2. Alcançar 6.600 bolsistas beneficiados pelo Pró-Residência até 2015.	Bolsa disponibilizada pelo Pró-Residência	6.600	6.728	2015.20YD – Educação e Formação em Saúde (PO 0003)
3. Atingir até 2014 a meta de beneficiar 12 mil bolsistas/mês, garantindo a multiprofissionalidade, através do Programa de Educação pelo Trabalho em Saúde (PET-Saúde) articulado ao Pró-Saúde.	Bolsa concedida por meio do PET-Saúde	Meta alcançada	Meta alcançada	-
4. Expandir o Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (Pró-Saúde) para atingir um total de 709 cursos de graduação da área da saúde até 2015.	Curso de graduação oferecido	Meta alcançada	Meta alcançada	-
5. Ampliar e qualificar a formação profissional de 380 mil trabalhadores de nível médio do SUS até 2015.	Trabalhador qualificado	136.000	86.699	2015.20YD - Educação e Formação em Saúde (PO 0002)
6. Implantar 18 Núcleos Estaduais de Telessaúde Brasil até 2015, cobrindo todos os estados.	Núcleo Estadual de Telessaúde implantado	1	1	2015.20YD - Educação e Formação em Saúde (PO 0004)

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan-Dez)	Ação Orçamentária PLOA 2015
7. Inserir 5 mil profissionais de saúde no Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica (Provab) para atuação em municípios e localidade desprovidos de atenção à saúde, até 2015.	Profissionais de saúde inseridos no PROVAB	3.500	2.621	2015.20YD - Educação e Formação em Saúde (PO 0005)
8. Apoiar a Implantação de 20 projetos de Planos de Careira, Cargos e Salários e de Desprecarização do Trabalho nas regiões, estados e municípios, até 2015.	Projetos apoiados	7	5	2015.20YD - Educação e Formação em Saúde (PO 0006)
9. Qualificar 6.000 gestores e trabalhadores, que atuam na gestão do trabalho, em Gestão do Trabalho e Educação em Saúde, nos estados e municípios, até 2015.	Gestores e trabalhadores qualificados	1.500	1.562	2015.20YD - Educação e Formação em Saúde (PO 0006)
10. Apoiar a Instalação de 35 novas Mesas Negociação Permanente do SUS (MNNP-SUS) e garantir o funcionamento das Mesas já instaladas, até 2015.	Mesas instaladas	7	17	2015.20YD - Educação e Formação em Saúde (PO 0006)

Informações Adicionais

No período de janeiro a dezembro de 2015 foram capacitados 229 profissionais na área de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria do SUS e Sistemas de Informação em Saúde, sendo que 198 destes participaram de capacitação para operacionalizar e administrar o Sistema Nacional de Regulação-SISREG e os outros 31 participaram da validação do Curso Básico de Regulação no SUS. Somados aos 4.153 do período de 2012-2014, o total de profissionais capacitados na área de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria do SUS e Sistemas de Informação em Saúde é de 4.382.

O MS tem desenvolvido várias estratégias que fortalecem a discussão da Educação Permanente em Saúde e uma destas ações desenvolvidas neste período foi a Comunidade de Práticas, que é uma plataforma virtual voltada para gestores e trabalhadores da saúde. Visa ser um espaço de interação e compartilhamento de informações entre os diversos profissionais do conjunto do SUS, onde é possível compartilhar relatos de experiências, criar comunidades virtuais e realizar cursos de curta duração. Assim, valoriza a prática e a aprendizagem do trabalhador, promovendo a Educação Permanente em saúde. Atualmente, a Comunidade de Práticas possui 51.828 mil usuários cadastrados de todo o país, mais de 55 mil acessos mensais e cerca de 7.594 relatos publicados.

No período de 2012 a 2015, foram beneficiados pelo PROVAB: 9.386 médicos; 2.038 enfermeiros e 781 odontólogos, somando 12.205 profissionais beneficiados pelo Programa. A partir de 2015, apenas médicos participaram do PROVAB.

A Lei dos Mais Médicos (Lei nº 12.871, de 23 de outubro de 2013) estabeleceu novos paradigmas sobre a formação médica para o Sistema Único de Saúde definindo um novo processo de autorização de abertura de cursos de medicina, novas diretrizes curriculares, mudanças no processo de avaliação e universalização da residência médicas. Estas ações estão sendo desenvolvidas em parceria com o Ministério da Educação (MEC) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP). O Ministério da Saúde participou do processo de avaliação da rede, da elaboração do chamamento público para municípios, do edital de Instituições de Ensino Superior (IES) e da elaboração do novo instrumento de avaliação de Cursos de Graduação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Outra ação relevante no contexto do Programa foi a elaboração das normativas do Contrato Organizativo da Ação Pública Ensino-Saúde (COAPES). O COAPES é um dispositivo que tem o intuito de fortalecer a integração entre instituições formadoras, serviços de saúde e comunidades qualificando a formação. Suas diretrizes foram instituídas pela Portaria Interministerial nº 1.127, de 4 de agosto de 2015. Neste período foram realizadas várias reuniões e oficinas nos estados, visando a sua implantação.

No ano de 2015 foram beneficiados 6.728 (4.104 em Residência Médica e 2.624 em Residência Multiprofissional). No período de 2012 a 2015 foram beneficiados um total de 21.361 Residentes.

O Programa de Educação pelo Trabalho em Saúde (PET-Saúde) articulado ao Pró-Saúde teve sua meta alcançada no ano de 2014 beneficiando mais de 15 mil bolsistas/mês, garantido a multiprofissionalidade com atuação nas redes e na vigilância em saúde. Em 2015, foram beneficiados cerca de 5 mil bolsistas/mês devido a finalização dos projetos referentes aos editais dos anos 2012 e 2013 do PET-Saúde.

Em 2015 foi implantado o Núcleo Estadual de Telessaúde no Estado de Rondônia, atingindo a meta de 18 núcleos Estaduais de Telessaúde no País: Amazonas, Tocantins, Maranhão, Ceará, Rio grande do Norte, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul.

No ano de 2015, foram qualificados 86.699 profissionais de nível médio por meio de projetos de formação do ACS, de convênios (Caminhos do Cuidado, UNASUS, entre outros) e das ações de tele educação desenvolvidas pelo Telessaúde Brasil Redes. Ressalta-se que de janeiro de 2012 a dezembro

de 2015 foram contabilizadas a qualificação e formação de 319.939 profissionais para atender a meta de “ampliar e qualificar a formação profissional de 380 mil trabalhadores de nível médio do SUS até 2015”.

Em 2012/2013 com o ProgeSUS concluíram o curso 622 gestores. Em 2014, com a parceria da UFRN, nos cursos de especialização e aperfeiçoamento foram formados 664 alunos. Em 2014 o Curso de Atualização em Gestão das condições de trabalho e Saúde dos Trabalhadores da Saúde (CEGEST)/UFMG, com realização em 2014 de 1098 alunos formados. A meta de qualificar 6000 gestores não foi alcançada devido a seguintes fatores: greve de servidores da FIOCRUZ; prorrogação de inscrições devido ao baixo número de procura do curso no período de matrícula UFRN, que coincidiram com o período de festas e férias. Outro motivo pode ser a grande oferta de cursos de especialização ocorrido neste período. Não houve formados pelos cursos oferecidos pela Fiocruz/ProgeSUS com término em dezembro de 2015, devido a greve ocorrida na Fundação. Os cursos da UFRN em Mato Grosso do Sul e alguns alunos de Mato Grosso estão em processo de finalização de curso em janeiro de 2016.

Até dezembro de 2015, a MNNP-SUS tem o registro de 63 mesas de negociação instaladas. De janeiro de 2012 a dezembro de 2015, período do PPA, foram instaladas 42 novas mesas de negociação (15 mesas instaladas em 2013; 10 mesas instaladas em 2014 e 17 mesas instaladas em 2015).

Diretriz 12 - Implementar novo modelo de gestão e instrumentos de relação federativa, com centralidade na garantia do acesso, gestão participativa com foco em resultados, participação social e financiamento estável.

A conformação jurídica do SUS define que as ações e serviços de saúde, desenvolvidos pelos entes federativos, sejam organizados de forma regionalizada e hierarquizada, dadas a dimensão territorial e complexidades para promover a equidade, integralidade e universalidade. Essa definição constitucional impõe ao SUS modelo diferenciado de gestão. Compete ao Ministério da Saúde o processo de aperfeiçoamento da gestão do SUS e a incorporação de novos arranjos administrativos de caráter federativo e intergovernamental, sendo a mais recente a construção do Contrato Organizativo de Ação Pública (COAP).

Resultados da PAS 2015

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan-Dez)	Ação Orçamentária PLOA 2015
1. Realizar a 15ª Conferência Nacional de Saúde	Conferência realizada	1	Meta alcançada	2015.5516 – Conferência Nacional de Saúde
2. Apoiar a construção do Plano de Educação Permanente do Controle Social nos 27 Conselhos Estaduais de Saúde.	Plano de Educação Permanente do Controle Social aprovado nos Conselhos Estaduais de Saúde. ¹⁷	-	-	2015.20YM - Ampliação das Práticas de Gestão Participativa, de Controle Social, de Educação Popular em Saúde e Implementação de Políticas de Promoção da Equidade (PO 0002).
3. Capacitar 50 mil pessoas para o controle social e gestão participativa no SUS (conselheiros, lideranças de movimentos sociais, ACS, ACE, educadores populares e gestores) até 2015.	Pessoa capacitada.	20.000	Em 2015, houve 16.424 capacitações. A meta acumulada de capacitações (2012 a 2015) alcançou o total de 57.334 pessoas.	2015.20YM - Ampliação das Práticas de Gestão Participativa, de Controle Social, de Educação Popular em Saúde e Implementação de Políticas de Promoção da Equidade (PO 0002).
4. Implementar 30 Comitês Temáticos de Promoção da Equidade para Populações Vulneráveis nos estados, até 2015.	Comitê temático de promoção de equidade implementado.	6	Em 2015 não houve implementação de Comitês, porém no	2015.20YM - Ampliação das Práticas de Gestão Participativa, de Controle Social, de Educação Popular em Saúde e Implementação de

¹⁷ A construção dos Planos de Educação Permanente é de responsabilidade dos Conselhos Estaduais de Saúde devendo seu processo ser regionalizado de acordo com a realidade local.

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan-Dez)	Ação Orçamentária PLOA 2015
			período 2012-2014 foram implementados 34 Comitês.	Políticas de Promoção da Equidade (PO 0003).
5. Apoiar a inclusão de 100% dos Conselhos Municipais de Saúde nos SIACS.	Conselhos Municipais de Saúde cadastrados no SIACS (%).	100%	80,25%	2015.20YM - Ampliação das Práticas de Gestão Participativa, de Controle Social, de Educação Popular em Saúde e Implementação de Políticas de Promoção da Equidade (PO 0002).
6. Apoiar a incorporação de ações das políticas de promoção da equidade nos 27 Planos Estaduais de Saúde.	Planos estaduais de saúde incorporados com ações da política de promoção da equidade.	16	O DAGEP contabilizou que existem 11 planos estaduais que contemplam políticas de promoção da equidade em 2015.	2015.20YM - Ampliação das Práticas de Gestão Participativa, de Controle Social, de Educação Popular em Saúde e Implementação de Políticas de Promoção da Equidade.
7. Integrar, até 2015, ao barramento de serviços do Cartão Nacional de Saúde, 28 sistemas de informação em saúde, consolidando a identificação dos usuários nas ações e serviços do SUS e o Registro Eletrônico de Saúde do cidadão.	Sistema integrado ao barramento de serviços de Cartão Nacional de Saúde.	8	16	2015.20YN - Sistemas de Tecnologia de Informação e Comunicação para a Saúde (e-Saúde).
8. Alcançar 150 milhões de registros de usuários do SUS higienizados e de duplicados até 2015.	Registros de usuários do SUS higienizados e deduplicados.	150.000.000 ¹⁸	Atualmente a base de dados do Cartão Nacional de Saúde está 100% higienizada e o processo de higienização é feito de forma automática. A média mensal de impressão de cartões em 2015 foi de aproximadamente 2,6 milhões.	2015.20YN - Sistemas de Tecnologia de Informação e Comunicação para a Saúde (e-Saúde).

¹⁸ Serão realizados 15 milhões de registros de usuários do SUS higienizados e deduplicados no ano de 2015, totalizando assim, 150 milhões de registros.

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan-Dez)	Ação Orçamentária PLOA 2015
9. Apoiar a implantação da conectividade e do e-SUS AB em 13.000 Unidades Básicas de Saúde pertencentes ao PMAQ.	Sistema e-SUS AB implantados nas Unidades Básicas de Saúde pertencentes ao PMAQ.	11.000	1.878	2015.20YN - Sistemas de Tecnologia de Informação e Comunicação para a Saúde (e-Saúde).
10. Disponibilizar webservice para integrar 100% das Centrais de Regulação de Urgência (SAMU) ao Cartão Nacional de Saúde.	Central de Regulação de Urgência integrada ao Cartão Nacional de Saúde.	25%	Em apuração	2015.20YN - Sistemas de Tecnologia de Informação e Comunicação para a Saúde (e-Saúde).
11. Apoiar a implantação do e-SUS Hospitalar em 50 hospitais públicos.	Sistema e-SUS Hospitalar implantados em hospitais públicos.	39	02 Sistema e-SUS implantados em hospitais públicos.	2015.20YN - Sistemas de Tecnologia de Informação e Comunicação para a Saúde (e-Saúde).
12. Contrato Organizativo de Ação Pública (COAP) assinado em 40% das Regiões de Saúde até 2015.	Região de saúde ¹⁹ com contrato assinado.	50	Em 2015 foram assinados 02 COAP, que, somados aos outros 24 dos anos anteriores, dão um total de 26, representando 5,9% das 438 Regiões com COAP assinado.	2015.8287 - Aprimoramento, do Pacto Federativo, com desenvolvimento do processo de contratualização, cooperação interfederativa e gestão compartilhada do SUS.

¹⁹ Até dezembro de 2015 existem 438 Regiões de Saúde

Informações Adicionais

A 15ª Conferência Nacional de Saúde foi realizada de 01 a 04 de dezembro de 2015, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília. Foram realizadas conferências livres e pré-conferências locais, 4.706 conferências municipais, 27 estaduais e distrital, com a mobilização de 985 mil pessoas, culminando com a Etapa Nacional de 01 a 04 de dezembro de 2015, credenciando 5.546 participantes entre gestores, trabalhadores, representantes de movimentos sociais e usuários do SUS.

Foram fruto da 15ª oito diretrizes, 40 proposições e 27 moções resultantes das discussões em 28 grupos de trabalho, dos quais participaram usuários, prestadores de serviço, gestores e trabalhadores do Sistema Único de Saúde (SUS) em todo o país. O relatório final, aprovado em plenária, será entregue aos gestores da Saúde na União, estados e municípios e monitorado pelos conselhos de saúde, que promovem reuniões mensais. São orientações políticas e técnicas da sociedade para o funcionamento do SUS nos próximos quatro anos. Elas formam o instrumento de formatação dos documentos de gestão e do controle social. Mais de 1 milhão de pessoas foram mobilizadas desde abril nas plenárias populares regionais, nas conferências municipais e estaduais e nas conferências livres, eventos que resultaram em mais de mil propostas e nos quais foram eleitos os delegados para a etapa nacional.

Em 2015, houve a formação de lideranças de movimentos sociais, gestores e profissionais de saúde para a implementação das Políticas de Equidade e para o Controle Social no SUS nos estados e municípios, bem como a articulação intra e intersetorial com os gestores do SUS. A capacitação englobou as seguintes ações:

LGBT: Módulo em EaD da Política de Saúde da População LGBT com 16.828 inscrições e certificação de 6.022 pessoas;

POPULAÇÃO DO CAMPO, FLORESTA E ÁGUAS: Módulo em EaD de Política da Saúde da População do Campo, Floresta e Águas recebeu 9.095 inscrições, sendo que 2.200 pessoas foram certificadas; Projeto de formação de lideranças da PNSIPCF, totalizando 1484 capacitados.

POPULAÇÃO NEGRA: Módulo em EaD de Saúde da População Negra. Inscreveram-se 11.344 pessoas e 376 obtiveram certificação; Projeto Protagonismo Quilombola - CONAQ E MS, 860 capacitados; Seminário Mãe, Pais e Saúde - Humanização dos Terreiros, 500 capacitados.

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: Capacitação de Lideranças da Região Sul, totalizando 30 capacitados.

EDUCAÇÃO POPULAR: Educação Popular em Saúde – EDPopSUS, com 4752 capacitados; Projeto de Formação dos Coletivos de Educação Popular em Saúde, com 200 capacitados.

Das 20.000 capacitações previstas para 2015, foram realizadas 16.424 no período de janeiro a dezembro, representando 82% da meta do referido ano. A meta acumulada de capacitação (2012 a 2015) alcançou o total de 57.334 pessoas capacitadas (114,6%), superando a meta do PNS.

Em 2015 não houve implementação de Comitês, porém no período 2012-2014 foram implementados 34 Comitês Estaduais de Promoção da Equidade para Populações Vulneráveis, representando assim 113% da meta, que era de 30 comitês.

Destaca-se que as informações sobre os comitês foram revistas considerando o ano da publicação das portarias e não a constituição informal dos comitês:

10 Comitês em 2012: 07 Comitês Pop Negra: AC, BA, PB, RJ, RS, SP e PR; 03 Comitês LGBT: GO, PB e PR.

12 Comitês em 2013: 04 Comitês LGBT: MS, PE, RS e SP; 03 Comitês Pop Negra: DF, GO e MG; 05 Comitês Equidade: ES, PI, RN, SE e MA.

12 Comitês em 2014: 04 Comitês da População em Situação de Rua: BA, GO, PR e RS; 03 Comitês LGBT: BA; RJ; PA; 01 Comitê da População de Campo e Floresta: RS; 01 Comitê de

Educação Popular: RS; 01 Comitê de Equidade e Educação Popular: MT; 02 Comitês Pop Negra: PE e RN.

Foi intensificada a depuração do Cartão Nacional de Saúde, alcançando cerca de 176 milhões de cartões com identificação unívoca de usuários do SUS, com disponibilização de cadastramento de novos usuários pela Internet através do Portal de Saúde do Cidadão ou pelo sistema Cadsus Web. Promoveu ainda a interoperabilidade de 16 sistemas informatizados do SUS com o Cartão Nacional de Saúde e a integração do Cadsus Web com sistemas municipais e estaduais.

Atualmente a base de dados do Cartão Nacional de Saúde está 100% higienizada. Os novos cadastros e as alterações de cadastros são higienizados em tempo de cadastro e, simultaneamente, é feita a varredura na base para a realização da vinculação de cadastros do mesmo usuário (deduplicação). A média mensal de impressão de cartões em 2015 foi de aproximadamente 2,6 milhões. Foi licitada a confecção e distribuição de 191 milhões de mídias plásticas (PVC) do Cartão Nacional de Saúde para todos os municípios do Brasil. Foram distribuídas 34.137.500 (trinta e quatro milhões, cento e trinta e sete mil e quinhentas) mídias plásticas (PVC) do Cartão Nacional de Saúde para 625 municípios brasileiros.

Em 2015, em termos de cumprimento de meta física, foram celebrados dois Contratos Organizativos de Ação Pública – COAP com as duas regiões de saúde do estado do Ceará que ainda não haviam celebrado. Ainda no Ceará, as vigências dos COAPs celebrados com as 20 regiões de saúde restantes foram prorrogadas, ou seja, 100% das 22 regiões de saúde do Ceará estão, hoje, com COAPs assinados e vigentes até dezembro de 2016. Também em 2015 foram aditivados 100% dos COAPs celebrados com o estado do Mato Grosso do Sul, num total de 04. Somados os COAPs do CE e do MS, temos 26 regiões de saúde contratualizadas, num universo atual de 438.

Diretriz 13 - Qualificar instrumentos de execução direta, gerando ganhos de produtividade e eficiência para o SUS.

Esta diretriz contempla o campo da gestão do SUS, seus processos e instrumentos, a geração e disponibilização de informações estratégicas, em tempo oportuno, para subsidiar a tomada de decisão a partir da identificação de problemas visando à correção de rumos. Além disso, tais ações dão subsídios aos processos de elaboração, implantação e fortalecimento do Sistema nas três esferas de governo.

Resultados da PAS 2015

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan-Dez)	Ação Orçamentária PLOA 2015
1. Implantar e implementar o Indicador Nacional de Acesso e Qualidade em Saúde.	IDSUS aprimorado.	1	1	2015.8753 - Monitoramento e Avaliação da Gestão do SUS.
2. Implantar e implementar o Portal da Transparência do Ministério da Saúde.	Portal mantido.	1	1	2015.8753 - Monitoramento e Avaliação da Gestão do SUS.
3. Apoiar o desenvolvimento institucional da gestão orçamentária, financeira e contábil em 100% dos fundos estaduais e municipais de saúde anualmente.	Fundos aperfeiçoados.	5.598	5.598	2B52 - Desenvolvimento Institucional da Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do Fundo Nacional de Saúde e dos Fundos Estaduais e Municipais de Saúde.
4. Apoiar a implantação de 125 ouvidorias/ano com sistema informatizado.	Ouvidoria com implantação apoiada.	125	122	2015.6182 - Ouvidoria Nacional de Saúde.
5. Realizar 4 mil ações de controle interno e auditorias com foco nos contratos de ação pública até 2015.	Ação de controle interno e auditoria realizada.	1.000	Em 2015 foram realizadas 1.072 ações. No período de 2012 a 2015 foram realizadas 5.874.	2015.8708 - Auditoria do Sistema Único de Saúde.
6. Realizar ações de Ouvidoria Ativa no âmbito do SUS, com envio de 10 milhões de Carta SUS/ano até 2015.	Ação de ouvidoria ativa realizada.	10.000.000	Em 2015 foram enviadas 12.339.487 cartas, totalizando 49.865.626 cartas enviadas entre janeiro de 2012 e dezembro de 2015.	2015.6182 - Ouvidoria Nacional de Saúde.
7. Ampliar o Disque Saúde 136, com foco na pesquisa da Rede Cegonha, por meio da realização de 400 mil entrevistas até 2015.	Entrevista realizada.	100.000	43.919	2015.6182 - Ouvidoria Nacional de Saúde.

Informações Adicionais

O Serviço de Informação ao Cidadão recebeu 2.422 pedidos até 31 de dezembro de 2015, todos respondidos. Os conteúdos mais frequentes referem-se à atenção básica, aos programas e ações da saúde, recursos humanos, dados epidemiológicos e assistência farmacêutica. O atendimento presencial da Ouvidoria-Geral do SUS foi assumido pelo SIC a partir de 13 de julho, com média é de 13 atendimentos por mês.

O Processo de ampliação e fortalecimento do Disque Saúde 136, foi iniciado em 2013, por meio da contratação de empresa para a prestação de serviços teleatendimento ativo e receptivo (Call Center), na forma humana e eletrônica, disponibilizando instalações físicas, mobiliário, pessoal, treinamento, telefonia, equipamentos, aplicativos (hardware e software) e os demais recursos necessários à prestação dos serviços, buscando assim a melhoria do atendimento prestado ao cidadão usuário do SUS. Além disso, estão em andamento projetos com entidades de pesquisas buscando qualificar o processo de atendimento e tratamento das manifestações. Assim considera-se ampliado e fortalecido em razão do aumento no quantitativo dos postos de trabalhos e qualificação dos processos de trabalho.

Com objetivo de avaliar a implantação do Programa Rede Cegonha, foi realizada, em 2015, uma pesquisa por telefone com 43.919 mulheres que tiveram partos pelo SUS, abrangendo questões relativas ao pré-natal, parto e pós-parto. Além disso, a pesquisa Rede Cegonha valoriza o olhar das cidadãs e reconhece a necessidade de avaliar os serviços. Esse processo viabiliza melhores escolhas para o planejamento de ações e possibilita um controle técnico e social dos serviços e programas prestados à sociedade. O valor acumulado do número de entrevistas para o período de 2012 a 2015 é de 304.057, tendo em vista que o valor referente a 2014 foi retificado em razão de mudança na metodologia de contagem da pesquisa, o que resultou na diminuição do número final. Em 2014 foram informadas 63.000 entrevistas, porém foram realizadas 62.284.

Em 2015, foram enviadas 12.339.487 de cartas aos cidadãos que passaram por internação hospitalar ou procedimentos ambulatoriais de alta complexidade em hospitais ou unidades de saúde públicas ou contratualizadas com o SUS, totalizando 49.865.626 cartas enviadas entre janeiro de 2012 e dezembro de 2015, culminando no recebimento de 2,82 milhões de respostas via correios, internet e telefone, incorrendo no registro de 9.280 manifestações, das quais 6.565 são denúncias.

O Denasus elencou, para o ano de 2015, cinco atividades prioritárias que compõem o Plano Anual de Atividades do Departamento para serem auditadas, sendo elas: Relatório de Gestão, Rede Cegonha, Farmácia Popular, Saúde da Mulher - Oncologia e SAMU 192. O departamento finalizou o exercício com o total de 815 auditorias, 200 visitas técnicas, 2 fiscalizações, 55 verificações do Termo de Ajuste Sanitário (TAS), totalizando 1.072 ações de controle.

No período de 2012 a 2015 foram realizadas 5.874 ações de controle interno e auditorias abrangendo as seguintes marcas de governo: Saúde não tem preço (Farmácia Popular); Saúde mais perto de você (Atenção Básica); Doenças negligenciadas (Hanseníase); Saúde da mulher (Câncer de Mama); Saúde da mulher (Rede Cegonha); Câncer do colo do útero; Saúde toda hora (Urgência e Emergência); Política Nacional de Cirurgia Eletiva – CATARATA; Demandas da CARTASUS; Aquisição e utilização de OPM – Cardiologia; Aquisição e utilização de OPM – Traumatologia; Saúde conte com a gente - Saúde Mental – CAPS; Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário; Ações e serviços de promoção da Saúde do Trabalhador; Instrumentos de gestão por meio de análise do Relatório de Gestão. A meta fixada para o período de 2012 a 2015 foi superada e atingiu o percentual de aproximadamente 146,85%.

A saúde conta com várias ferramentas de monitoramento e avaliação, como o Índice de Desempenho do SUS (IDSUS) - um indicador síntese que faz a aferição contextualizada do desempenho do SUS - e o Portal da Transparência, que tem por objetivo aumentar a transparência da gestão pública. Essas ferramentas permitem ao cidadão acompanhar como o dinheiro público está sendo utilizado e, dessa forma, fiscalizar a aplicação dos recursos na área da saúde. Estruturaram-se ainda de forma integrada as áreas de Ouvidoria e o Sistema Nacional de Auditoria (SNA), contribuindo com a reorganização das competências e responsabilidades da gestão em saúde. O Sistema Nacional de Ouvidoria está organizado nas três esferas de governo, havendo, atualmente, 1.646 ouvidorias implantadas.

Com a finalidade de expansão e aperfeiçoamento das ouvidorias do SUS, foram ofertadas capacitações para a implantação do OuvidorSUS, sistema específico para ouvidoria. No que tange ao processo de apoio à implementação de Ouvidoria, o Departamento de Ouvidoria Geral do SUS capacitou 142 localidades em Ouvidoria com o Sistema OuvidorSUS. Houve liberação de acesso ao OuvidorSUS para 122 localidades e a implantação de 66 Ouvidorias em secretarias estaduais/municipais de saúde, hospitais e regionais. Além dessas capacitações, destacamos as ações estratégicas para organização e consolidação do Sistema Nacional de Ouvidoria: a) conhecimento do cenário atual das ouvidorias do SUS, não censitário, por meio de parceria com a Fiocruz, b) reuniões com Ouvidores do SUS para planejamento estratégico das ações do Sistema Nacional de Ouvidorias do SUS (SNO/SUS), formulação e implementação da Política Nacional de Ouvidoria do SUS, que ora se encontra em tramitação no Congresso Nacional; c) premiação de experiências exitosas através do Prêmio Cecília Donnangelo de Ouvidoria SUS; d) Curso Nacional de Qualificação em Auditoria e Ouvidoria do SUS em oito estados da federação; e) aplicação piloto do INOVUSUS (indicador criado para avaliação das ouvidorias do SUS), criado pela Portaria nº 2.416, de 7 de novembro de 2014, que estabelece diretrizes para a organização e funcionamento dos serviços de ouvidoria do Sistema Único de Saúde (SUS) e suas atribuições e o lançamento do Manual do Sistema Nacional de Ouvidoria.

Diretriz 14 - Promover internacionalmente os interesses brasileiros no campo da saúde, bem como compartilhar as experiências e saberes do SUS com outros países, em conformidade com as diretrizes da Política Externa Brasileira.

A diretriz 14 reúne e organiza toda a agenda internacional do Ministério da Saúde e instituições vinculadas, sendo definidas suas prioridades a partir de cinco eixos: fortalecimento e desenvolvimento do complexo industrial da saúde; fortalecimento da atuação do setor saúde em fóruns multilaterais; fortalecimento da integração regional em saúde; fortalecimento da cooperação internacional e assistência humanitária em saúde; e aperfeiçoamento da gestão das ações internacionais em saúde.

Resultados da PAS 2015

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan-Dez)	Ação Orçamentária PLOA 2015
1. Promover internacionalmente os interesses brasileiros no campo da saúde, por meio da participação nos fóruns multilaterais e nos mecanismos de integração regional e de fronteira, no desenvolvimento de projetos de cooperação técnica e assistência humanitária, em conformidade com as diretrizes da Política Externa Brasileira.	Iniciativa realizada	30	30	2015.20QG - Atuação Internacional do Ministério da Saúde
2. Consolidar em Moçambique o escritório Fiocruz para a África de Língua Portuguesa.	Escritório mantido	1	Escritório mantido	2015.2B42 - Cooperação Téc. Nac. e Internacional em Ciência e Tecnologia em Saúde

Informações Adicionais

Dentre as 30 iniciativas propostas pela Assessoria de Assuntos Internacionais de Saúde - AISA, foram alcançadas todas. As que merecem destaques em 2015 são:

1. Liderança brasileira na Organização Mundial da Saúde, tendo patrocinado ou copatrocinado 8 das 13 resoluções apresentadas na última Assembleia Mundial de Saúde, em temas como recursos humanos em saúde, hepatites virais, HIV/AIDS, saúde da mulher e da criança, nutrição e segurança alimentar, política de acesso a medicamentos, segurança no trânsito, tuberculose e pesquisa em desenvolvimento, especialmente para doenças negligenciadas.

2. Presidência Pró Tempore brasileira no MERCOSUL, concretizando ações e otimizando recursos financeiros, com avanços em trabalho com países dos BRICS, agenda 90-90-90 (UNAIDS) , e negociação ao acesso universal a medicamentos de primeira linha, e enfoque em saúde sexual e reprodutiva;

3. Estabelecimento de mecanismo, na América do Sul, para compra Conjunta de Medicamentos, de medicamentos específicos com objetivo de chegar a preços mais acessíveis para região s. Como resultado concreto dessa negociação, alguns medicamentos de alto custo alcançaram descontos de até 83%, como exemplo o Darunavir (AIDS), que significou uma redução de US\$ 14,3 milhões para o Brasil;

4. Participação ativa na 156ª Sessão do Comitê Executivo da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) que aconteceu em Washington, para acompanhar a execução de todas as prioridades definidas pelo Conselho Diretor e pelo secretariado da OPAS – Organização Pan Americana da Saúde, avaliar orçamento e planejamento e discutir temas técnicos.

5. Pesquisa e desenvolvimento em parceria com Estados Unidos, com lançamento de edital conjunto e seleção de 19 propostas (6 em imunologia básica, 7 em HIV/AIDS, 3 em câncer, 3 em doenças infecciosas).

6. Iniciativas com a França, em projetos com Instituto Pasteur e parceria com Instituto Fraunhofer. A ideia é montar uma rede de laboratórios internacionais mistos para intercâmbio em pesquisas nos campos de neurociências, bioinformática e doenças emergentes da Amazônia. O Instituto Pasteur aderiu ao Pacto Global das Nações Unidas, iniciativa voluntária que oferece diretrizes para o crescimento sustentável e da cidadania, por meio de lideranças corporativas comprometidas e inovadoras.

7. Projeto com a Alemanha, para fortalecer as ações da Anvisa, de desenvolvimento conjunto de equipamentos de diagnóstico e softwares, de formação de recursos humanos e de boas práticas de gestão. A essas medidas soma-se o trabalho conjunto pela implantação das diretrizes da FAO para eliminação da fome do mundo. o Brasil celebra ter saído em 2014 do mapa da fome mundial.

8. O programa Mais Médicos pode ser considerado uma das maiores referências na área de recursos humanos, despertando interesse de diferentes países para cooperação bilateral.

9. Na política de nutrição e saúde materno infantil, além do reconhecimento e visibilidade, na área de P&D tem ainda ações específicas para produção e Vacinas, assim como para o enfrentamento da dengue com o projeto para Eliminação do *Aedys Aegypti* e combate ao Zika vírus.

10. Reconhecimento das políticas públicas através da premiação da Bloomberg Philanthropies pelo enfrentamento às doenças crônicas não transmissíveis, como combate ao fumo – “Prêmio Bloomberg para o Controle Global do Tabaco”.

11. Na cooperação sul-sul, vários os projetos vem sendo fortalecidos como: anemia falciforme com a Jamaica; resposta a surtos e emergências no Caribe; inovação com Cuba;

política de medicamentos com Chile, Equador e Peru; projeto trilateral Brasil-Cuba-Haiti no estágio de monitoramento, acompanhamento e funcionamento dos 3 hospitais e 1 instituto de reabilitação.

12. Com a Venezuela, para o acompanhamento da Eliminação da Oncocercose e elaboração de plano de ação conjunto visando intensificar a atuação na fronteira entre os dois países e consolidar os avanços obtidos no Programa brasileiro de Eliminação da Oncocercose com a interrupção da transmissão no território nacional.

13. Nas ações de cooperação humanitária, houve o fortalecimento do seu compromisso em respostas emergenciais a países que atravessam crises de abastecimento, situações de conflito e surtos de doenças, tendo doado em 2015 vacinas, preservativos, insumos e kits para situações de calamidade.

14. Recomendações por parte do Brasil, conforme agenda OMS e OPAS em políticas e medidas regulatórias entre os países do MERCOSUL, para prevenção do controle da obesidade e acordo para redução de consumo de sódio na região da América do Sul.

15. Fortalecimento do protagonismo do Brasil no cenário internacional e acompanhamento de temas estratégicos e fundamentais na compatibilização de modelos e normas sanitárias, evidenciando diretrizes, promovendo a cooperação e coordenando ações em vulnerabilidades ambientais.

16. Na área de segurança no trânsito, aconteceu a II Conferência Global de Alto Nível, que além de fazer balanço das iniciativas nacionais, regionais e internacionais adotadas até o momento e apontaram caminhos para avançar rumo às metas previstas no Plano Global para a Década de Ação, o encontro debateu o tratamento do tema na Agenda de Desenvolvimento Pós-2015. Como resultado da 2ª Conferência, foi aprovado um documento final, chamado Declaração de Brasília, por meio de amplo processo de negociação, envolvendo consultas com diversos atores de alto escalão.

17. Destaque para Sessão Especial da Assembleia Geral – UNGASS, foram articuladas ações concretas em temas como problema mundial das drogas e suas soluções; atenção aos usuários de drogas; acesso a medicamentos; usos indevidos de narcóticos por jovens; prevenção em âmbito familiar; mortes por overdose e cooperação judicial e cooperação internacional na resposta às drogas sintéticas até bloqueio aos fluxos financeiros ligados ao tráfico de drogas

O escritório da Fiocruz em Moçambique foi totalmente implantado em 2012. Este tem como finalidade articular, acompanhar e avaliar os programas de cooperação em saúde desenvolvidos pelas unidades da Fiocruz com os países africanos. Principais ações desenvolvidas: cursos de pós-graduação; capacitações em serviço; EaD e formação politécnica; implantação e reformulação dos Institutos Nacionais de Saúde Pública (INSP) dos países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP); e transferência de tecnologia para a área de produção e apoios diferenciados para o fortalecimento dos sistemas de saúde dos países da CPLP. Destaques de 2015: (1) Realizado em jan/15, em Maputo, teve a participação de representantes dos Estados membros da CPLP, à exceção da Guiné-Bissau e Timor Leste. Os integrantes acordaram os seguintes pontos prioritários de atuação em prevenção, preparação e resposta a emergências sanitárias: (a) Ativar/reactivar o portal de saúde previsto no PECS ; (b) Identificar as carências de formação em epidemiologia de campo. Para dar continuidade às ações definidas no seminário foi composto um grupo de trabalho para a realização de um Seminário em Prevenção, preparação e resposta a emergências sanitárias, com foco em biossegurança; bioética; e informação e comunicação. (c) Foram considerados prioritários os seguintes aspectos de apoio logístico e de infraestrutura: promoção na CPLP de compras centralizadas de medicamentos, material cirúrgico, outros consumíveis, EPI, entre outros; criação de um grupo constituído por representantes do Brasil, Moçambique, Portugal e CDC

USA, para a elaboração de especificações técnicas para: a instalação de hospitais de campanha; a instalação de laboratórios móveis; e a gestão de estoque. (2) O Instituto Nacional de Saúde Pública de Cabo Verde teve a oportunidade de treinamento técnico no Instituto Nacional de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica da Fundação Oswaldo Cruz, em Geoprocessamento de Informação Sanitária. (3) Instituto Nacional de Saúde de Moçambique: está em andamento o Curso de Mestrado em "Sistema de Saúde Pública"; realizada visita de estudo à Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde, para aquisição de know how para criação da Fundação de Apoio ao INS. (4) Foi realizada missão técnica da Fiocruz à Guiné-Bissau para assinatura de convênio com o Instituto Nacional de Saúde Pública (INASA), para ações de fortalecimento institucional.

Diretriz 15 - Implementar ações de saneamento básico e saúde ambiental, de forma sustentável, para a promoção da saúde e redução das desigualdades sociais.

A Política Nacional de Saneamento Básico em áreas rurais, com destaque para comunidades tradicionais, quilombolas, assentamentos da reforma agrária, reservas extrativistas e ribeirinhos, tem como objetivo o desenvolvimento de ações de saneamento básico, principalmente a implantação de sistemas de abastecimento de água.

As ações de Saneamento Rural desenvolvidas em comunidades rurais quilombolas e assentamentos da reforma agrária tiveram suas metas estabelecidas até 2014 voltadas para atender principalmente ao programa “Água Para Todos”, mais especificamente ao Plano de Universalização do Acesso a Água para Consumo Humano no Semiárido, com vistas a atender ao Plano Brasil Sem Miséria.

Visando fomentar as ações de cooperação técnica, em 23 de janeiro de 2015 foi publicada a Portaria nº 28/2015 delegando competência para as Superintendências Estaduais formalizarem parcerias, sem repasse de recursos, com instituições governamentais e/ou governamentais em apoio aos municípios na gestão dos serviços públicos de saneamento básico. Tal providência estimulará o desenvolvimento desta ação pelas Suest's, inclusive já há reflexo positivo dessa medida visto que a Superintendência do Estado do Paraná está formalizando o Acordo de Cooperação Técnica nº 001/2015 com o CISPARG-Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná, visando apoiar a gestão técnica e administrativa dos 45 (quarenta e cinco) municípios consorciados.

Também foi instituído no âmbito da cooperação técnica o Programa Sustentar - Saneamento e Sustentabilidade em Áreas Rurais, que objetiva a sensibilização da população, quanto aos aspectos de Saúde e Saneamento Ambiental, com priorização nos efeitos positivos do consumo de água tratada. O programa "trabalha" a apropriação do sistema pela comunidade beneficiada, além de apresentar aos municípios alternativas de gestão de sucesso para o saneamento rural, apoia na seleção de uma alternativa de gestão compatível à realidade da comunidade e capacita representantes das comunidades para operar, manter e realizar o controle da qualidade da água nos sistemas implantados. Salienta-se que ao longo das capacitações é exigida a participação de representante feminino, esses objetivos tem relação direta com os ODS para o Milênio, principalmente no que se refere a igualdade de gênero e água limpa e saneamento.

O caráter inovador do Programa é a promoção da sustentabilidade das ações de saneamento rural a partir do envolvimento da comunidade beneficiada com ações de educação em saúde e saneamento ambientais, bem como a capacitação dos gestores municipais, técnicos e representantes das comunidades beneficiadas.

Diretriz 16 - Contribuir para erradicar a extrema pobreza no país.

No campo da saúde, o Plano Brasil Sem Miséria (BSM) objetiva expandir e qualificar os serviços públicos ofertados às pessoas em situação de extrema pobreza, nos seguintes eixos do Plano: inclusão produtiva, acesso a serviços e garantia de renda. Dentre os resultados apurados até dezembro de 2015, merecem destaque:

Acompanhamento das Condicionalidades de Saúde do Programa Bolsa Família – em relação ao acesso ampliado por meio do acompanhamento das condicionalidades de saúde às ações básicas (pré-natal, imunizações e acompanhamento do crescimento e desenvolvimento) para a 2ª vigência de 2015, o total de famílias a serem acompanhadas é de 11.582.117. Foram acompanhadas 8.895.725, o que representa 76,81% de famílias acompanhadas. Na 1ª vigência de 2015, foram acompanhadas 8.889.141 de famílias do Programa Bolsa Família, totalizando 73,9% de acompanhamento.

Programa Nacional de Suplementação de Vitamina A – Em 2015, foi realizada a distribuição de 2.388.450 cápsulas de 100.000 UI e 9.723.050 cápsulas de 200.000 UI para os estados da federação, tendo sido suplementadas 3.617.784 crianças com idade entre 6 e 59 meses, que representa 60,3% da meta (5.997.821)

NutriSUS – Estratégia de fortificação da alimentação infantil com micronutrientes em pó (vitaminas e minerais) – Entre agosto/2014 e março/2015 foram realizadas oficinas de capacitação para implantação da Estratégia NutriSUS em todos os estados, exceto DF, com apoio dos Grupos de Trabalho Intersectorial (GTI-E). A estratégia conta com a participação de 1.717 municípios, 6.864 creches e 330.376 crianças de todas as regiões do país. Em 2015, 1558 municípios iniciaram a estratégia (159 municípios já haviam iniciado em 2014).

Desnutrição Infantil - Está sendo realizado o monitoramento dos casos de desnutrição infantil nos municípios da ANDI (Atenção Nutricional à Desnutrição Infantil), assim como os impactos da implementação da agenda em outros indicadores de saúde. A partir da publicação da Portaria nº 2267 de 16/10/2014 que autoriza a transferência de recursos de custeio aos municípios participantes da ANDI de acordo com avaliação das metas pactuadas, foi realizado o pagamento fundo a fundo em maio de 2015: 216 municípios de um total de 238 que realizaram a adesão à ANDI, estão aptos a receber o incentivo financeiro. O fechamento da agenda foi realizado no Encontro Nacional com as Referências Estaduais de Alimentação e Nutrição em agosto/2015, com os Estados participantes por meio de balanço dos anos 2012 a 2015 de Agenda. Nesse momento, foi apresentado o monitoramento final da Agenda e realizadas orientações para continuidade das ações para a organização da atenção nutricional nos municípios. Dentre os principais resultados, foi observado aumento da cobertura do acompanhamento do estado nutricional em todos os estados participantes, aumento da média de cobertura com relação ao acompanhamento das condicionalidades de saúde das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, aumento da média de cobertura do Programa de Nacional Suplementação de Vitamina A. Ressalta-se que foram encaminhados aos Estados relatórios de monitoramento com o desempenho individualizado de cada município nos anos de 2012 a 2015.

Programa Aqui Tem Farmácia Popular – O Programa ampliou a rede credenciada mapeada pelo BSM, passando de 1.590 municípios da extrema pobreza abrangidos pelo Programa em dezembro de 2014 para 1.644 em dezembro de 2015.

ANEXO I

Atividades de controle encerradas no 3º Quadrimestre de 2015 – Por tipo

Atividade	Total
Auditoria	814
Fiscalização	2
Verificação do TAS	55
Visita Técnica	200
Total Geral	1071

Atividades de controle encerradas no 3º Quadrimestre de 2015 – Por objeto

Objeto	Total
Assistência Farmacêutica	266
Atenção básica	197
Gestão	100
Investimento	36
Média e Alta complexidade	283
Vigilância em Saúde	57
Cooperação Técnica	21
Fora de bloco de financiamento	109
Outros	2
Total Geral	1071

OBS: Informação acumulada de janeiro a dezembro de 2015.

Classificação das constatações das ações de controle (Auditoria e Fiscalização) - 3º quadrimestre de 2015 –

Classificação das constatações	Conformidade		
	Conforme	Não Conforme	Total Geral
Assistência Farmacêutica	222	413	635
Assistência Farmacêutica - Componente Especializado	13	25	38
Assistência Farmacêutica - Medicamentos estratégicos	4	8	12
Assistência Farmacêutica Básica	197	358	555
Componentes Básico e Especializado	2	6	8
Componentes Básico e Estratégico	1	4	5
Componentes Básico, Estratégico e Especializado	4	12	16

Classificação das constatações	Conformidade		
	Conforme	Não Conforme	Total Geral
Componentes Estratégico e Especializado	1		1
Assistência Média e Alta Complexidade	2153	2166	4319
Assistência Ambulatorial	249	391	640
Assistência Hospitalar	485	765	1250
Assistência Hospitalar/Ambulatorial	305	383	688
SAMU 192	1114	627	1741
Atenção Básica	741	1143	1884
ESF - PACS/PSF	238	298	536
ESF Saúde Bucal	62	106	168
Processo de Trabalho	251	302	553
Resultado	24	42	66
Unidade hospitalar	2		2
Unidades Básicas de Saúde	160	393	553
Visita Domiciliar	4	2	6
Cadastramento de Serviços	5	4	9
Média e Alta Complexidade	5	4	9
Consórcio	3		3
Municipal	3		3
Controle Social	352	366	718
Conferência de Saúde	8	5	13
Conselho de saúde	338	354	692
Ouvidoria/Central de Atendimento ao Usuário	6	7	13
Controles Internos	85	183	268
Estrutura	8	27	35
Processo	75	150	225
Resultado	2	6	8
Engenharia/Arquitetura	65	175	240
Equipamentos	5	22	27
Obras e Serviços	60	153	213
Gestão do Trabalho e Educação em Saúde	28	16	44
Educação em Saúde	21	11	32
Gestão do Trabalho	7	5	12
Gestão Municipal	19	16	35
Assistência de Atenção Básica	10	9	19
Regulação	9	7	16
Humanização da atenção e gestão da saúde	2	4	6
Direitos e deveres dos usuários	2	4	6
Programa Farmácia Popular do Brasil	450	1974	2424
Unidades Privadas-Aqui Tem Farmácia Popular	448	1970	2418
Unidades Próprias	2	4	6
Programas Estratégicos	83	60	143
Estrutura	29	19	48
Processo	39	32	71
Resultado	15	9	24
Recursos Financeiros	1456	1443	2899
Contrato	185	238	423
Convênios	73	65	138
Emenda Constitucional 29/2000	77	39	116
Execução Orçamentária	252	368	620
Fundo a Fundo	249	181	430
Fundo de Saúde	417	299	716
Licitação	203	253	456

Classificação das constatações	Conformidade		
	Conforme	Não Conforme	Total Geral
Recursos Humanos	28	40	68
Gestão	14	25	39
Profissionais de Saúde	14	15	29
Regionalização, Planejamento e Programação	408	456	864
Comissão Intergestores Bipartite	9	1	10
Estrutura Organizacional	25	10	35
Instrumentos de Planejamento PS	1		1
Instrumentos Planejamento PDR/PPI/PDI	16	22	38
Plano de Saúde	200	173	373
Relatório de Gestão	156	241	397
Termo de Compromisso de Gestão	1	9	10
Regulação	66	95	161
Centrais de Regulação	49	36	85
Controle e Avaliação	17	59	76
Saúde Bucal CEO (media e alta complexidade)	13	26	39
Estrutura	6	6	12
Processo	7	17	24
Resultado		3	3
Saúde do Trabalhador	170	120	290
Ações	53	43	96
Estrutura Física	5	7	12
Estruturação	43	10	53
Plano de Ação de Saúde do Trabalhador	2	5	7
Produção de Informação	24	23	47
Recursos Humanos	20	25	45
Recursos Materiais	17	3	20
Regionalização	6	4	10
Sistema Nacional de Auditoria	4	6	10
Estrutura	2	5	7
Processo	2	1	3
Vigilância em Saúde	125	180	305
Vigilância Ambiental	9	19	28
Vigilância Epidemiológica	91	106	197
Vigilância Sanitária	25	55	80
Total Geral	6478	8886	15364